

22

ano 6 | setembro 2015

Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais

@metropolis



revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A *e-metropolis* é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato “pdf”, visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrópoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrópoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetrolopes.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

editores

Ana Carolina Christóvão
Carolina Zuccarelli
Eliana Kuster
Fernando Pinho
Juciano Martins Rodrigues
Patrícia Ramos Novaes
Pedro Paulo Machado Bastos
Renata Brauner Ferreira
Samuel Thomas Jaenisch

assistente

Daphne Besen

conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)
Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)
Prof Dr. João Seixas (ICS)
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)
Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)
Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)
Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)
Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)
Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)
Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)
Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)
Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 22 ▪ ano 6 | setembro de 2015

Autoritarismo, conflitos intergeracionais, experiência urbana, interseções entre raça e gênero, megarregião, migração, urbanização e zoneamento ambiental – esses são os temas em relevo da e-metropolis número 22. Convidamos a todas e a todos para mais um momento de reflexão sobre o urbano, o regional e a vida nas cidades.

Iniciamos a revista com o artigo de Sandra Lencioni, intitulado *Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro*, o qual, a partir do conceito de megarregião, examina a constituição da região urbana Rio de Janeiro-São Paulo, as mudanças na urbanização contemporânea e a metropolização do espaço como uma nova fase da urbanização. Em uma de suas conclusões, a autora indica que a economia petrolífera reforçará essa megarregião, constituindo-se como mais um elemento integrante do desenvolvimento geográfico desigual brasileiro.

Mais adiante, em *¿Autoritarismo en el espacio urbano? Disputas intergeneracionales en la Plaza San Juan, Ciudad de México*, os pesquisadores mexicanos Christian Marín e León Contreras afirmam que, apesar dos avanços democráticos ocorridos nos últimos anos em seu país, uma forte herança autoritária se reproduz, entre outras coisas, na apropriação dos espaços públicos.

No artigo *Migração para e da Região Metropolitana do Cariri nas últimas duas décadas*, Wellington Justo explora o tema da migração nesta região nos períodos de 1995-2000 e 2005-2010, bem como anali-

sa o fluxo da “migração de retorno” para o Nordeste, fluxo em destaque na atualidade. Ao analisar o perfil da população migrante, não migrante e migrante de retorno na última década, observa-se que a Região Metropolitana do Cariri passou a reter os habitantes mais qualificados e atrair de volta à sua terra natal aqueles que haviam deixado à região e que retornaram com maior qualificação.

Em seguida, a questão ambiental em sua relação com os instrumentos legais de gestão do território aparece no texto de Maria do Carmo Bezerra, *A necessária articulação entre os instrumentos de gestão de APA urbanas e o plano diretor*. Aqui encontramos uma análise comparativa dos conceitos de zoneamento de uso do solo e zoneamento ambiental de APAs urbanas, conforme descritos no Plano Diretor e nos Planos de Manejo, respectivamente.

Uma abordagem que considere as interseções entre raça, classe e gênero é o tema do artigo *Mulheres negras, movimentos sociais e direito à cidade: uma perspectiva para as políticas públicas*. Em seu texto, Jessica Raul traz uma importante reflexão sobre o lugar das famílias chefiadas por mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro. Ao considerar as formas de apropriação do espaço urbano e das desvantagens desta apropriação para as camadas populares, a autora busca compreender o impacto da especulação imobiliária e do aumento do custo de vida na cidade para as mulheres negras pobres enquanto grupo social e historicamente vulnerável.

Luz y fuerza: um olhar sobre a

capital portenha, o ensaio fotográfico de Isabel Paz aponta para as especificidades da cidade de Buenos Aires. Feito em 2012, com o interesse de ater-se a detalhes que enriqueceriam a visita à cidade, esse registro pode ser lido como pequenas pistas de uma experiência urbana possível.

Para finalizar esta edição, apresentamos a tradução de uma entrevista concedida pelo renomado teórico urbano Neil Brenner, professor da Harvard University, em que argumenta que a tão-falada ideia de que estamos vivendo na “Era Urbana”. Para Brenner é preciso dar maior complexidade à discussão deste tema, devendo o termo “urbanização” ser redefinido com o objetivo de abarcar, na sua concepção, o poder das cidades em influenciar regiões cada vez mais distantes das tradicionais áreas morfologicamente urbanas.

Boa leitura. Até a próxima edição!

Índice

nº 22 ▪ ano 6 | setembro de 2015

Capa

- 06 Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro
Diffuse urbanization and the creation of mega-regions. The case of São Paulo – Rio de Janeiro
Por Sandra Lencioni

Artigos

- 16 ¿Autoritarismo en el espacio urbano? Disputas intergeneracionales en la Plaza San Juan, Ciudad de México
Authoritarianism in the urban space? Intergenerational disputes in Plaza San Juan, Mexico DF
Por Christian Amaury Ascensio Martínez e León Felipe Téllez Contreras
- 26 Migração para e da Região Metropolitana do Cariri nas últimas duas décadas
Migration in Cariri Metropolitan Region in last two decades
Por Wellington Ribeiro Justo

- 36 A necessária articulação entre os instrumentos de gestão de APA urbanas e o plano diretor
The necessary articulation between Urban Protected Areas management tools and the Master Plan
Por Maria do Carmo de Lima Bezerra

- 46 Mulheres negras, movimentos sociais e direito à cidade: uma perspectiva para as políticas públicas
Black women, social movements and the right to the city: a perspective for public policies
Por Jessica Mara Raul

Ensaio

- 54 Luz y fuerza: um olhar sobre a capital portenha
Light and strength: an overview on the porteña capital
Por Isabel Paz

Entrevista

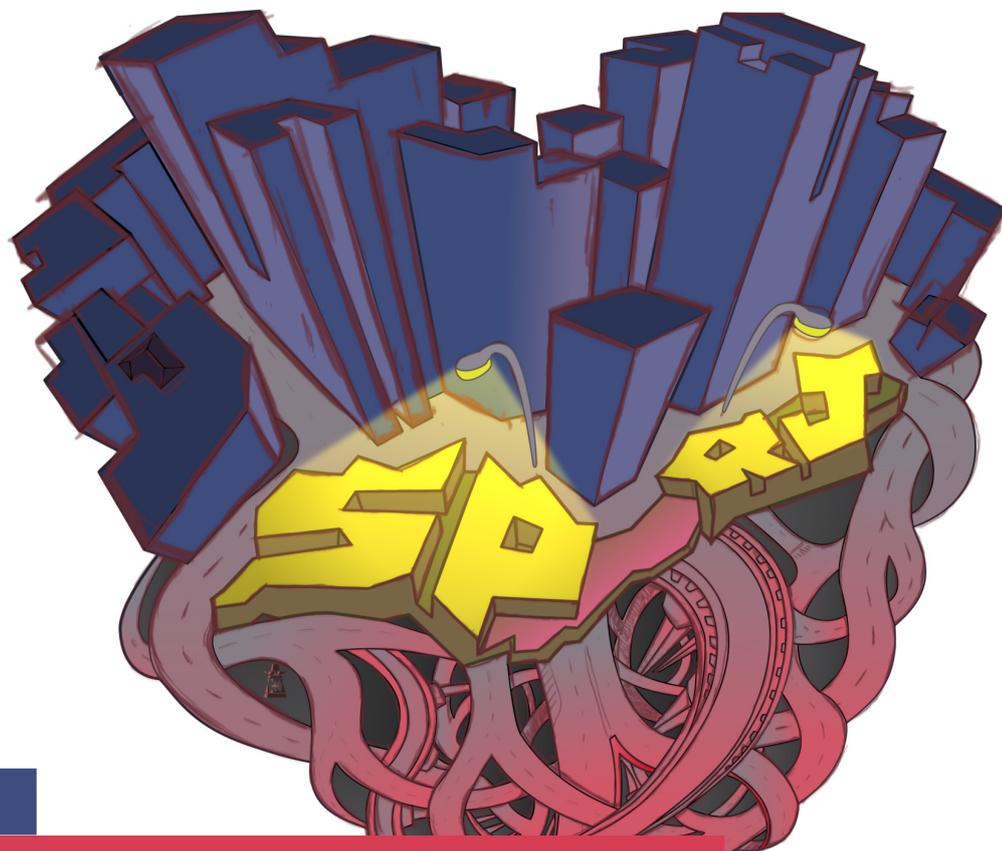
- 58 Em prol de uma reconsideração do urbano e seu impacto global
In favor of a reconsideration of the urban and their global impact
Com Neil Brenner
Por Peter Mares

ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Paula Sobrino
paulasobrino@gmail.com

Revisão
Aline Castilho
alinecastilho1@hotmail.com

A Ilustração de capa foi feita por **Alexandre S. Matos e Emanuel Perez Barroso**, designers, animadores e ilustradores a frente do *Estúdio à Deriva*.
estudioaderiva@gmail.com



Sandra Lencioni

Urbanização difusa e a constituição de megarregiões

O caso de São Paulo-Rio de Janeiro

Resumo

Mudanças na urbanização contemporânea e a constituição de regiões urbanas de grandes dimensões motivam a discussão deste texto, que discute a metropolização do espaço como uma nova fase da urbanização e se utiliza da ideia de nebulosa urbana para expressar a urbanização dispersa. Enfatiza que a dispersão urbana não é infinita e que a chave para se compreender os limites da dispersão reside na questão da integração. Utiliza o conceito de megarregião para examinar a constituição da mais importante região urbana do hemisfério sul: Rio de Janeiro-São Paulo, que tende a se amalgamar, ainda mais, face à economia do petróleo, em especial, devido à exploração do pré-sal.

Palavras-chave: Megarregião; Integração; Urbanização.

Abstract

Changes in contemporary urbanization and the creation of large urban areas motivates the discussion of this text. It discusses the metropolization of space as a new phase of urbanization and use the urban nebula idea to express the urban sprawl. It emphasizes that urban sprawl is not infinite and that the key to understanding the limits of the dispersion repose in the question of integration. It uses the concept of mega-region to examine the constitution of the most important urban area in the southern hemisphere: Rio de Janeiro – São Paulo, which tends further to amalgamate, especially in the face of the oil economy, especially due to the pre-salt exploration.

Keywords: Mega-region; Integration; Metropolization.

Sandra Lencioni

é professora titular do Departamento de Geografia, da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

slencion@usp.br

INTRODUÇÃO

Mudanças na urbanização contemporânea têm levado a interpretações diversas e mencioná-las seria repetir muito do que tem sido dito por vários autores em diferentes disciplinas. Também não é nossa intenção elaborar, aqui, uma sistematização das várias abordagens, uma vez que todas elas, de diversas maneiras, expressam a compreensão de que estamos vivendo uma nova fase da urbanização em que ocorre a dissolução da cidade, como aglomeração concentrada. Esta ideia síntese é gradualmente menos exceção, constituindo-se no anúncio de um devir: o de uma sociedade urbana sem cidades, conforme disseram Borja & Castells (1997).

Dois autores constituíram referências fundamentais e pioneiras nessa discussão: Lefebvre (1970) e Gottmann (1961). O primeiro, hoje em dia bastante mencionado, fala em implosão-explosão da cidade, como resultado, ao mesmo tempo, de concentração e de dispersão de atividades, de pessoas e de riqueza, entre outros elementos. Para Lefebvre, esse momento de implosão e explosão da cidade revela uma zona crítica constituída de maneira diacrônica, ou seja, tecida ao longo da história e que está relacionada à emergência de uma sociedade urbana que nasce da industrialização e a sucede. Quase uma década anterior, Gottmann, atualmente pouco referido, havia falado que o que estava ocorrendo na costa leste dos Estados Unidos era expressão de um estágio superior de desenvolvimento metropolitano. Desenvolvia-se ali uma região urbana com fusão de metrópoles, que ele denominou de megalópole.

Explosão e implosão da cidade e a constituição de uma nova forma urbana, a megalópole, anunciavam, naqueles idos, que caminhávamos em direção a um outro tempo. Proclamavam que estávamos vivendo um momento de descontinuidade, de ruptura do que havíamos herdado do passado. Aquele devir, o momento de vir a ser, anunciado por Lefebvre em 1970, realiza-se atualmente de forma plena e se mostra cristalino. Estrutura-se a urbanização contemporânea de outra maneira e a forma que ela assume, bastante difusa, tem a potencialidade de ser estruturante, tanto quanto a dinâmica do capital financeiro que se mostra com a capacidade de também o ser. Não porque a dispersão urbana e o capital financeiro não existissem anteriormente, mas porque no bojo dos movimentos de ambos, agora estabelecem-se relações que são estruturantes colocando esses elementos — dispersão e finanças — como hegemônicos sobre as demais formas do urbano e do capital.

O momento atual expressa, assim, uma nova fase da história da urbanização na qual emerge com força

o processo de metropolização do espaço, discussão apresentada no primeiro item deste texto. Em seguida, a exposição apresenta a ideia de uma nebulosa urbana, uma expressão metafórica, para discutir, mesmo que de forma breve, a posição precursora de alguns autores diante deste fenômeno urbano que se anunciava em meados do século XX. Na terceira parte do texto, discute-se a dispersão urbana e a ideia de coesão na dispersão. Na última parte fazemos algumas considerações sobre o conceito de megarregião e exemplificamos com o caso de Rio de Janeiro-São Paulo, como expressão da urbanização contemporânea no Brasil.

A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO COMO UMA NOVA FASE DA URBANIZAÇÃO

A ideia síntese de nova fase da urbanização ou de estágio superior do desenvolvimento metropolitano afirma que estamos diante de um momento novo, a pós-urbanização que tem sido referido por muitos como de metropolização do espaço.

De maneira figurativa, é como se a metropolização do espaço se constituísse em uma segunda natureza da urbanização, no sentido de uma urbanização com nova essência e substância. No dizer de Levy, a “emergência do termo metropolização responde à necessidade de identificar esse novo ‘ciclo’ urbano menos marcado que o precedente pelas lógicas espaciais da indústria e marcado por configurações que correspondem às cidades que continuam a crescer sendo afetadas, no seu estilo de desenvolvimento, pelo crescimento dos deslocamentos (uma cidade ‘(auto)móvel’) e da circulação da informação (irrupção, ainda confusa, do ‘cyberurbano’)”. (Levy, 1997, 2). Também Ascher (1998) chama atenção para o fato de que “o processo de metropolização não se restringe ao espaço metropolitano e que, também, não é um simples fenômeno de crescimento das grandes aglomerações. É um fenômeno que diz respeito ao funcionamento cotidiano das grandes aglomerações, das cidades e pequenas cidades mais distantes e que engendra morfologias urbanas de tipos novos.”. (Ascher, 1998, p. 18).

Para Pinçon (2011) “a metropolização é um fenômeno multiforme e contraditório, que age, hoje em dia, tanto em espaços urbanos (e cada vez mais nos espaços rurbanos), como nas armaduras urbanas nacionais e internacionais. A metropolização submete as grandes cidades aos fenômenos de dilatação, de aumento e diversificação das mobilidades; as lógicas da residência, como as das atividades parecem

escapar a todo constrangimento, intensificando, por outro lado, a pressão sobre os espaços naturais e agrícolas. Esses fenômenos de dilatação e de hiper mobilidade não são, necessariamente, incompatíveis com os fenômenos de reurbanização e de redensificação”. Assim, os fenômenos de “retorno ao centro” (...) são indissociáveis do processo de metropolização. (Pinçon, 2011, 40).

A esses autores poderíamos agregar outros, como Volle (1996), Lacourt (1999), Monclús (1999). Enfim, o que queremos é destacar uma significativa bibliografia que considera o processo de metropolização do espaço como expressão de um novo momento (diríamos crítico) da urbanização. A lógica da industrialização e da urbanização, como a da transformação de espaços rurais em urbanos, continua existindo, mas está subordinada à da metropolização. Esta nova lógica é que se coloca hegemônica sobre processos historicamente conhecidos, no sentido de que embora possa não ser quantitativamente a maior, é ela que domina e dirige os processos que metamorfoseiam o espaço.

Nessa metamorfose os padrões de comportamento, signos e hábitos metropolitanos veiculados pelas redes de comunicações chegam a todos os lugares. A antiga distinção entre campo e cidade, tão clara no passado, torna-se mais embaciada e, onde faz-se ainda nítida, ganha opacidade quando se examina o comportamento social pautado por um modo de ser que emana da metrópole e invade o campo. O Jeca-tatu paulista, o caipira, o colono do sul, o caçara, o sertanejo, o candango... se eles já se constituíam como figuras do passado são, agora, figuras de um passado muito mais distante. Os homens do campo e os ribeirinhos, os assentados, os que vivem em pequenas propriedades rurais ou nas cidades, os que vivem em casas flutuantes e nas palafitas, por exemplo, reproduzem hábitos e valores metropolitanos veiculados pela televisão. São todos eles homens de seu tempo com um modo de vida historicamente constituído. Submetem-se progressivamente a uma sociedade de consumo, experimentando signos que apreendem como modernos e contemporâneos, mesclando o tradicional modo de vida com o novo.

Portanto, mais que transformar o espaço, o processo de metropolização produz uma verdadeira metamorfose. Lembrando as libélulas, elas podem exemplificar o que queremos afirmar. De larvas aquáticas se transformam em libélulas voadoras expressando uma metamorfose, uma mudança profunda, na qual não só a forma e a estrutura de larva para libélula se alteram, mas, também, seu habitat. De igual maneira, as transformações urbanas são tão profundas, que se pode conceber com clareza um momento de infle-

xão no tempo histórico a indicar uma nova fase da urbanização. Fase está, é bom não ter medo de dizer, que nos deixa pasmos diante da consciência das condições de vida urbana que tínhamos e da que estamos condenados a viver no presente.

UM MUNDO DE NEBULOSAS URBANAS

As profundas transformações urbanas levaram, já há várias décadas, à reflexão dos novos caminhos da urbanização. O trabalho de Gottmann (1961) sobre o desenvolvimento urbano da costa leste dos Estados Unidos — do sul de Nova Hampshire até o norte da Virgínia — foi e continua sendo uma referência. Foi ele quem conceituou o que vem a ser uma megalópole, conceito usado para se referir a uma região urbana com fusão de metrópoles, que não tem nada a ver com a ideia do senso comum de que uma megalópole significa metrópole grande.

Gottmann não foi a primeira pessoa a usar o termo “megalópole”. Antes havia sido empregado por Gueddes (1915) [1960], por Splenger (1918) [1966] e por Mumford (1938) [1945]. Em todos eles há a ideia de cidades com enorme crescimento. Para Gueddes (1915) [1960] uma megalópole exprime um estágio de desenvolvimento da sociedade. Intui de forma antecipadora que na costa leste dos Estados Unidos se desenvolveria um corredor de cidades. Entende, também, que aí se desenvolveria uma vida social deprimente, com crimes, violência e apatia, uma vida urbana negativa. Em 1938, Mumford vai na mesma direção de Gueddes (1915), chamando de megalópole a cidade hipertrofiada e espraiada que rompe seus limites e se caracteriza por não ter forma. Dizia que ela se constituiria num estágio degradado de cidade a anunciar uma fase de decadência da civilização.

Gottmann se distancia das colocações de Splenger (1918), Gueddes (1915) e de Mumford (1938). Para o autor, o crescimento urbano não se constitui numa preocupação, nem na constituição desmesurada da cidade. E ele tampouco considera que este seja expressão de uma fase de decadência civilizatória¹. Para ele, uma megalópole exprime um estágio superior de desenvolvimento metropolitano e, é importante reiterar, não expressa decadência do processo civilizatório. Outra referência importante é que, para Got-

1 Especificamente, os textos de Randle, (1990) e o de Baigent (2004) fazem uma comparação do termo “megalópole” entre autores. O primeiro, entre Mumford e Gottmann e, o segundo, entre Gueddes, Mumford e Gottmann.

tmann, uma megalópole constitui uma região urbana e essa ideia não se faz presente nem em Splenger (1918) e nem em Mumford (1938).

Foi Gottmann quem analisou com rigor e pioneirismo a constituição de uma região urbana a expressar um novo tempo. Embora seu trabalho anunciasse novos processos e novas configurações urbanas e tenha influenciado uma vasta literatura sobre o urbano, após o auge de trabalhos semelhantes, durante as décadas de 1960-1970, a exemplo da megalópole de Los Angeles-San Diego e de Tóquio-Osaka, a importância do pensamento de Gottmann perdeu fôlego.

Em primeiro lugar porque houve uma grande renovação no pensamento sobre o processo de urbanização dada a influência do pensamento marxista que colocou em xeque a perspectiva clássica dos estudos urbanos, dos quais Gottmann é um dos representantes. Conflitos sociais e a luta pelo espaço passaram, com ênfase, a fazer parte da agenda de preocupações sobre o urbano. Em segundo lugar, porque a ideia de planejamento urbano e regional como uma possibilidade da prancheta e dos órgãos de planejamento foi colocada em dúvida como garantia de sucesso.

No final da década de 1980, e especialmente nas duas décadas seguintes, face às profundas alterações no urbano e ao desenvolvimento de uma urbanização cada vez mais extensiva territorialmente, não são retomadas as colocações de Gottmann sobre megalópole, mas se cunham novos nomes, a exemplo de “metapólis” (Ascher, 1995), “cidade dispersa” (Monclús, 1999) e “cidade-região global”, (Scott, Agnew, Soja & Stopper, 2001).

Estas nomeações, e tantas outras similares, têm vários aspectos comuns presentes na ideia de megalópole de Gottmann. Entre eles destacamos um: o de que todas confluem para a ideia de nebulosa urbana. Como nebulosa, o fenômeno urbano apresenta-se esgarçado, rompido, com porosidades e descontinuidades face a um quadro de volatilidade permanente.

TOTALIDADE E FRAGMENTAÇÃO. A INTEGRAÇÃO COMO ELEMENTO DE COESÃO NA DISPERSÃO

Seja em relação à ideia de megalópole ou em relação a tantas outras a expressar o desenvolvimento de uma urbanização dispersa e cada vez mais extensiva territorialmente, que temos chamado preliminarmente de nebulosa urbana, cabe sempre a indagação acerca do limite dela.

Em suma, se a urbanização é dispersa como apreender seus limites? Como resolver esta questão, uma

vez que o que é considerado disperso não significa sem fim. Em primeiro lugar, cabe lembrar que dispersar exprime a ação de separar os elementos, de romper a unidade de um conjunto. Isso significa dizer que a dispersão tem o seu contraposto: a unidade. No caso em exame, a dispersão urbana tem como contraposto a ideia de unidade, precisamente de uma unidade historicamente constituída, uma vez que o urbano se constitui como feito humano, como produção social. Portanto, estamos a falar de fragmentação de uma unidade, de fragmentação de uma totalidade. E, também estamos a falar de dispersão e de seu contrário, a concentração.

Dizendo com outras palavras, a unidade (totalidade) e a fragmentação se desenvolvem num quadro de dispersão e é a integração na fragmentação que garante o conjunto, a totalidade. Sem a integração não seria possível visualizar os limites da dispersão e nem capturar as relações que são estabelecidas entre os fragmentos. É a integração que permite entender a tensão entre fragmentação e totalidade e que permite compreender que a dispersão significa dispersão de partes de um todo.

Sem a compreensão do entendimento preciso da palavra dispersão e de seu contraponto, a totalidade, cada fragmento em si, comporia uma unidade, um ponto isolado. Como definiu Euclides, o célebre matemático da Antiguidade, um ponto não tem partes. Tal raciocínio impossibilitaria perceber a ideia de conjunto e de limites de uma nebulosa urbana. A chave para se compreender os limites da dispersão reside no exame da integração na dispersão. Só assim é possível compreender que só na aparência os fragmentos dão ideia de pontos isolados. Cada fragmento é parte de uma totalidade.

Uma nebulosa urbana, seja ela considerada uma megalópole, uma metápole ou uma cidade-região, constitui uma totalidade composta de fragmentos de uma unidade. É a integração entre as partes do todo que se constitui na chave para apreensão dos limites dessas grandes extensões urbanas que cada vez mais se afiguram no mapa do mundo.²

² É bastante usual a referência à fragmentação do espaço quando os olhares se voltam para a urbanização contemporânea. Em geral, esse olhar vem acompanhado da discussão sobre dispersão e concentração espacial. Também é comum uma outra referência, a homogeneização do espaço. Mas gostaríamos de destacar um terceiro termo, a hierarquia. O espaço não é só fragmentado e homogêneo. Ele é, também, hierarquizado. O espaço capitalista como sendo homogêneo, fragmentado e hierarquizado encontra-se em Lefévre (1974), que se inspirou no pensamento de Marx que colocou o trabalho como categoria central e que enfatiza ser ele, no capitalismo, homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Foi, então, que Lefévre concebeu essa mesma tríade para a aná-

A integração é que dá coesão ao que se apresenta disperso, ao que se mostra estendido territorialmente como um mosaico de fragmentos. Reiterando, a integração é a chave para se compreender a unidade do que se apresenta fragmentado e disperso. O que permite afirmar que uma nebulosa urbana não conforma uma área, mas uma região. A geografia nos ensina há décadas a diferença entre área e região, afirmando que nem toda área constitui uma região. Para que uma dada área se constitua como uma região é indispensável haver uma unidade interna, uma coesão, ou seja, a constituição de uma totalidade. É importante observar que essa unidade e integração não é definida pela continuidade de elementos espaciais, nem pela homogeneidade de fenômenos, mas pela integração que apresentam. Por isso, uma região pode apresentar descontinuidade territorial dos fenômenos desde que haja integração na dispersão.

Os fluxos, os movimentos, as ligações (*linkages*) entre as partes, bem como as complementariedades entre partes e funções, que se dão pela mediação de diversas dinâmicas e processos e que se desenvolvem no interior da região, são elementos constitutivos da integração. Por isso, a discussão atual sobre as aglomerações difusas, tanto quanto a de megalópole, metápolis, cidade-região, consideram esse espaço como região urbana e não como área urbana. Esta ponderação é importante, porque uma área urbana não se confunde com região urbana.

Temos nos referido a nebulosas urbanas porque se trata de uma expressão de linguagem e não assume, aqui, o sentido de conceito. Não retomamos o conceito de megalópole porque ele foi concebido num quadro sem duas referências importantes para se pensar a urbanização contemporânea. A globalização e a desregulamentação promovidas pelas políticas neoliberais na relação com a produção do urbano e a revolução das comunicações e o desenvolvimento da informática que alteraram profundamente as distâncias.

As nebulosas urbanas constituem regiões. Agora sim, podemos falar de alguns conceitos e abandonar o que era agora apenas uma expressão de linguagem — a de nebulosa urbana. Chegamos ao ponto de falar de conceitos novos que permitem apreender o novo. Abandonando, portanto, a figura de linguagem expressa em nebulosa urbana, vamos, então, caminhar em direção a dois conceitos. O de megarregião e o de urbanização regional.

Megarregião é um conceito usado por alguns autores, entre eles, Sassen (2008). E o de urbanização

regional é um conceito que encontramos em Soja (2013). O que queremos afirmar é que em ambos autores, nas duas concepções, destaca-se a palavra região. A ideia de região ao estar presente expressa o sentido de integração, como assinalamos anteriormente, sentido este indispensável para se compreender uma urbanização difusa e o desenvolvimento de regiões urbanas extensas territorialmente e em coalescência, a expressar unidade na fragmentação. Como afirmamos anteriormente, disperso e difuso não querem dizer infinito.

A interpretação de Soja (2013) e o conceito de urbanização regional guardam relação com sua ideia de transição pós-metropolitana. Nas palavras de Soja estamos vivendo “uma mudança paradigmática na verdadeira natureza do processo de urbanização (...) [e tudo indica] que a era da metrópole moderna parece estar terminando”. (Soja, 2013, 151). O que vemos no seu pensamento é a evolução da ideia de transição pós-metropolitana para a de urbanização regional. Diz ele que “há sinais que a transformação da urbanização metropolitana para a regional e o uso de termos associados tais como cidades-região e cidades regionais crescerão em importância para a análise geográfica urbana ao longo da próxima década”. (Soja, 2013, 150).

Mas, foi a concepção de megarregião, de Sassen (2008), que nos inspirou o olhar sobre a região Rio de Janeiro-São Paulo, como unidade, a ser discutida a seguir. Para ela, “ventajas específicas de la escala megarregional consisten en, y emergen de la coexistencia dentro de un espacio regional de múltiples tipos de economías de aglomeración. Estos tipos de economías de aglomeración están hoy distribuidos a lo largo de diversos espacios económicos y escalas geográficas (...). Cada uno de estos espacios muestra distintas economías de aglomeración y, a lo menos empíricamente, se fundan en tipos diversos de contextos geográficos, desde lo urbano a lo rural, de lo local a lo global.” (Sassen, 2007, 12).

A MEGARREGIÃO RIO DE JANEIRO-SÃO PAULO. A URBANIZAÇÃO REGIONAL DE MAIOR EXPRESSÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: RIO DE JANEIRO-SÃO PAULO

No sudeste do Brasil, ao longo da costa atlântica, as metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo constituem as principais cidades de uma megarregião. Aí se desenvolve a urbanização regional de maior expressão no Brasil e no hemisfério sul. Da região do entorno

lise da produção do espaço capitalista. Esta discussão está no capítulo V de sua obra *Au-delà du structuralisme*.

do Rio de Janeiro, ao longo da costa, indo em direção à Juiz de Fora, penetrando pelo Vale do Paraíba e chegando à Baixada Santista a mancha urbana, quase que contínua, avança para o interior paulista indo além de Campinas e Sorocaba. Esta região integra-se entre si e, em escala global, por meio das atividades econômicas, dos eixos de circulação viária e aérea e das redes de informação e comunicação.

Segundo Davidovich, 2001, no Rio de Janeiro, a “parte considerável do entorno da metrópole apresenta uma configuração espacial em eixo; o do Médio Vale do Paraíba do Sul, o do Litoral Sul e o do Litoral Norte (até a Região dos Lagos), o da Rio-Juiz de Fora, que significam, também, o privilegiamento de alguns lugares, em detrimento de outros”. Acrescenta que este entorno metropolitano constitui uma nítida diferenciação com o resto do estado, onde têm prevalecido o atraso econômico e as funções urbanas tradicionais, à exceção da atividade petrolífera na baía de Campos”. (Davidovich, 2001, 71).

O eixo de ligação entre o Rio de Janeiro e São Paulo, a rodovia Presidente Dutra, capturou, como área de influência de São Paulo, o Vale do Paraíba Fluminense. Como exemplo destas relações intensas vale lembrar a indústria automobilística, na qual as fábricas da Volkswagen, Peugeot, Citroën; Hyundai, Land Rover e Nissan guardam estreitas relações com São Paulo, bem como a fábrica de pneus Michelin. Também vale mencionar que o setor siderúrgico do Rio de Janeiro guarda estreitas relações com São Paulo, tanto que a CSN — Companhia Siderúrgica Nacional — localizada em Volta Redonda, tem sua sede administrativa na cidade de São Paulo.

A porção do Estado de São Paulo é linear no Vale do Paraíba e em direção ao interior paulista, na região de Campinas e de Sorocaba, apresenta um desenho areolar, porque o desenvolvimento econômico não se restringiu aos eixos de circulação tendo se espalhado por áreas inteiras. Isso significa dizer que a megarregião Rio de Janeiro-São Paulo configura-se de forma linear e areolar.

Essa forma híbrida da urbanização regional configura uma megarregião com intensa integração produtiva, forte interação com a economia global e grande densidade dos movimentos pendulares. Mas deve ser assinalado que embora tenha intensos laços com a atividade econômica global, também apresenta uma rede de relações apenas local.

A megarregião é composta, no estado do Rio de Janeiro, por cinquenta municípios, sendo os mais importantes dispostos ao longo dos principais eixos de circulação viária. A região metropolitana do Rio de Janeiro é composta por 21 municípios, sendo o centro a capital do estado, Rio de Janeiro. O entor-

no da região metropolitana inclui a mesorregião do Sul Fluminense que contém as microrregiões: Vale do Paraíba Fluminense, Barra do Piraí e Baía da Ilha Grande que têm como cidades principais: Volta redonda, Barra do Piraí e Angra dos reis, respectivamente. Compreende, também, a microrregião Serra-na, cuja cidade principal é Petrópolis e a microrregião do Lagos, com destaque para Cabo Frio.³ Além de cinco municípios: Paracambi, Seropédica, Itaguaí, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito, que não estão inseridos em nenhuma das microrregiões previamente citadas. A ligação do Rio de Janeiro com Juiz de Fora, em Minas Gerais, se dá, em especial, com os municípios ao longo da rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, um trecho da BR-040.

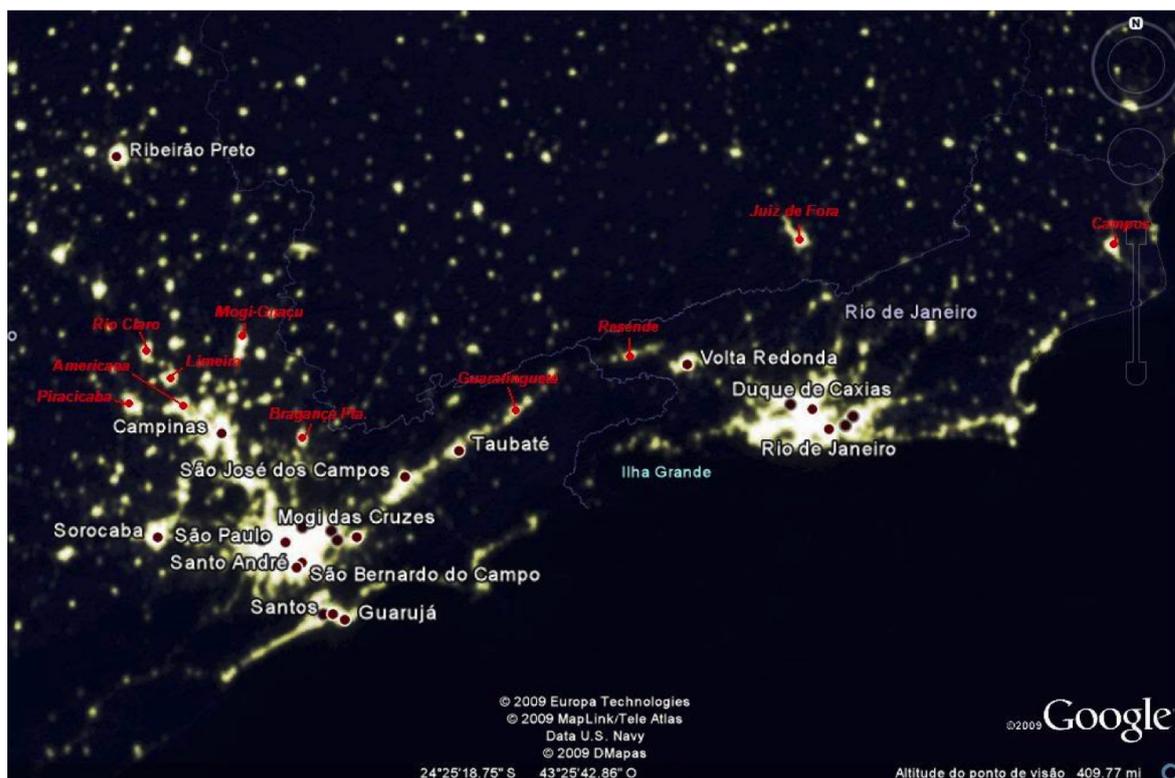
Na porção paulista, a megarregião compreende 167 municípios. Tal informação se funda no minucioso trabalho efetuado pela Emplasa — Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano⁴. Além da região metropolitana de São Paulo, há quatro outras regiões metropolitanas: a de Campinas (metrópole Campinas), a de Sorocaba (metrópole Sorocaba), a do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte (metrópole São José dos Campos) e a da Baixada Santista, com a metrópole Santos. Além de duas outras formações espaciais. A primeira, a aglomeração urbana de Jundiaí e a de Piracicaba, tendo as cidades de Jundiaí e Piracicaba como cidades principais. E, a segunda, a microrregião Bragantina, cuja principal cidade é Bragança Paulista.

A visão noturna da megarregião Rio de Janeiro-São Paulo revela a unidade desta região. As áreas mais escuras, que interrompem a continuidade das luzes, revelam a topografia acidentada. São áreas de serra e de matas a serem preservadas. Devemos ter em conta

3 A mesorregião e a microrregião, no caso do estado do Rio de Janeiro, constituem divisões regionais elaboradas pelo IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística —, que utilizou o critério de similaridade econômica e social para a sua delimitação. A microrregião se constitui numa subdivisão da mesorregião. Ambas, a mesorregião e a microrregião, são divisões utilizadas para fins estatísticos e não constituem uma entidade política ou administrativa.

4 O trabalho da Emplasa considera a macrometrópole constituída por 173 municípios. Este trabalho foi efetuado em 2012. Em 2014 instituiu-se a região metropolitana de Sorocaba que alterou o recorte anterior denominado de Aglomeração Urbana de Sorocaba. Este recorte continha seis municípios que não compuseram a região metropolitana de Sorocaba. Trata-se dos seguintes municípios: Conchas, Laranjal Paulista, Pereiras, Porangaba, Quadra e Torre de Pedra. Em suma, a aglomeração urbana de Sorocaba cedeu lugar à Região Metropolitana de Sorocaba que tem um recorte territorial aproximado ao da Aglomeração Urbana de Sorocaba. Esta alteração que fez com que a cidade-região de São Paulo passasse a ter 167 municípios em vez dos 173.

Figura 1
Megarregião Rio
de Janeiro-São
Paulo (Visão
Noturna)



que as serras presentes nesta região nunca foram obstáculos para a construção de uma unidade territorial tecida historicamente. A serra da Mantiqueira, entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora e na região de Queluz no Vale do Paraíba, bem como a serra do Mar, entre São Paulo e Santos, nunca foram barreiras para o desenvolvimento de relações entre os lugares. Nunca foram impedimentos para o desenvolvimento de relações historicamente construídas ligando povoados, vilas e cidades desde os tempos coloniais.

O mapa a seguir traça os limites dessa megarregião, considerando-se apenas os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a exigir a complementação de municípios de Minas Gerais. Cabe lembrar que o trabalho de André Urani (2007) denominado “A megalópole brasileira” incorporou municípios mineiros, a requerer uma análise comparativa que não se constituiu no escopo deste texto.

Convém chamar atenção para o fato de que os limites dessa megarregião devem ser entendidos em movimento. Por isso abolimos qualquer menção à ideia de extravasamento metropolitano, ideia comum quando se fala do entorno metropolitano. Esta formulação contém a ideia de transbordamento e, portanto, de um limite fronteiro estável. Ora, a história é movimento, é processo, é contínua mudança e quaisquer que sejam as fronteiras, quaisquer que sejam os limites territoriais, eles não permanecem os mesmos; eles não são perenes, imutáveis. Assim, entender como transbordamento ou como extravasamento dos limites é naturalizar os processos de

extensão territorial, é aprender o espaço como fixo. Ao contrário, todo limite e fronteira são frutos da história. Basta lembrar que as convenções fazem os japoneses chamarem de Oriente Próximo o que é distante, pois esta denominação foi dada e se impôs a partir do olhar procedente do mediterrâneo. E isso vale até mesmo para o fuso horário.

A urbanização contemporânea revela com clareza que a cidade como a conhecemos, circunscrita a um ponto, tende, em algumas áreas a se amalgamar com outras e constituir regiões urbanas de grande coesão deixando como imagem do passado a cidade como aglomeração concentrada. Talvez evoluiremos para um mundo sem cidades como a que herdamos do passado e viveremos em grandes aglomerações dispersas. Isso não significa que não haverá mais cidades como aglomerações concentradas, significa apenas que a tendência é a de que, no futuro, multipliquem-se as grandes concentrações urbanas construídas por movimentos de dispersão.

A megarregião Rio de Janeiro-São Paulo anuncia a emergência deste novo tempo. Áreas urbanas convivem com as rurais, que apresentam, muitas delas, signos metropolitanos mesclados com as características de ontem, tornando um pouco mais obsoleta a clássica divisão entre campo e cidade, tanto quanto parece ter caducado a divisão centro e periferia. Apesar de todas estas mudanças cabe chamar atenção para um fato, o de que tais mudanças não invalidam essas noções. Tudo isso é ainda válido, mas se torna defasado e claramente insuficiente quando nos debruçamos

sobre a realidade de uma megarregião.

Como dissemos anteriormente, o contorno dos limites dessa megarregião inspirou-se em duas fontes: para a porção do Rio de Janeiro, nos baseamos no trabalho de Davidovich, (2001), e, para a relativa ao estado de São Paulo, no estudo minucioso da Emplasa (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade dessa megarregião tende a se acentuar nos próximos anos no hemisfério sul. É como se essa megarregião brasileira tivesse um espelho a refletir sua imagem no mar. A exploração do petróleo em águas profundas, a cerca de 1.000 a 2.000 metros de profundidade da lâmina d'água, fará do Brasil um dos grandes exportadores de petróleo em futuro próximo. Das dez maiores reservas de petróleo descobertas no mundo desde o ano de 2008, as três primeiras são do Brasil e estão situadas na Bacia de Santos: a reserva Franco com 21.310 bilhões de barris de petróleo, a Libra com 18 bilhões e a Lara com 17 bilhões.⁵

A exploração do petróleo em águas profundas não se restringe apenas à Bacia de Santos e à de Campos, mas nos referimos a este trecho porque ele reflete, nas águas do Atlântico, a megarregião. Essa

economia em desenvolvimento produzirá grandes mudanças e reforçará a integração dessa região, sendo indiferente se a natureza é terra ou mar, porque é ambas. As águas oceânicas, com as plataformas de exploração e toda a infraestrutura construída, constituem partes pulsantes dessa região. Essas águas não contêm apenas vegetação e animais diversos como os peixes, frutos do mar e algas e, também, não são mais apenas rotas das embarcações. São locais de plataformas de exploração de petróleo e de toda infraestrutura para a exploração desta riqueza natural. Trata-se de espaço produzido sobre novas apropriações da natureza-terra, da natureza-ar e da natureza-água. Os helicópteros que ligam as plataformas de exploração de petróleo voam sobre céus cuja apropriação contém normas de uso. Os céus dos querubins se constituem, cada vez mais, como espaços normatizados. Terra, céu e mar já não são como antigamente.

A publicação do IBGE, de 2015, intitulada “Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil”, comprova o que temos afirmado há algum tempo: a cada dia vivemos menos numa cidade e mais numa região. Mais da metade da população brasileira (55,9%) vive em arranjos populacionais, ou seja, mesmo vivendo em uma cidade, guarda relações estreitas com outras, medidas pelo movimento pendular, que diz respeito aos deslocamentos diários

Figura 2
Megarregião
Rio de Janeiro-
São Paulo

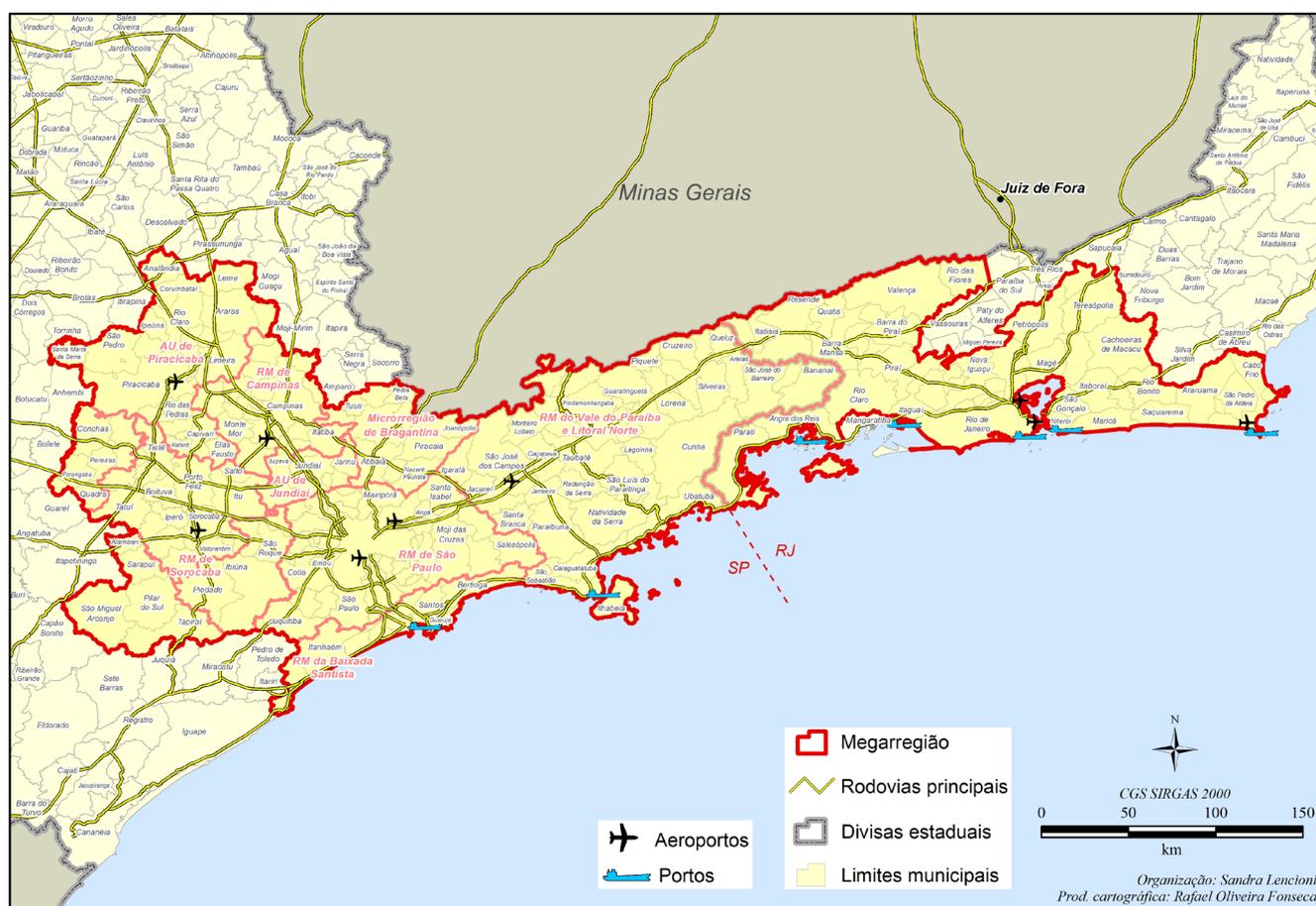




Figura 3
Arranjos
Populacionais

entre o município de residência e outros municípios com a finalidade de trabalho e estudo.

Os dados dessa publicação são de suma importância para a discussão das tendências da urbanização contemporânea, para a discussão do que Soja (2013) chamou de urbanização regional. Todavia, vale dizer que só o movimento pendular não é suficiente para compreender a integração regional, mas é uma das referências mais importantes porque remete ao dia a dia da população, aos deslocamentos diários entre cidades, realizados em função do trabalho e do estudo. Ambos da esfera da economia; o primeiro, parece claro, mas o segundo, vale lembrar, está relacionado à garantia de uma condição geral de produção indispensável voltada para a reprodução da força de trabalho que deve atender às exigências e necessidades do capital, que é a escola como lugar de formação.

Nessa publicação foram construídos cenários futuros indicando que a extensão longitudinal da megarregião no estado do Rio de Janeiro vai se alongar para além de Cabo Frio, devendo estender-se em direção à Macaé e Campos. O Porto de Açu, mais ao norte, já foi declarado como base das atividades *offshore* da Petrobras na exploração do pré-sal, nesta porção fluminense. E já se está duplicando a BR-101 nesta porção, ligando o Rio de Janeiro ao Espírito Santo. O mapa é denominado: Cenários a serem acompanhados no relacionamento entre arranjos populacionais dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. As linhas em vermelho indicam a intensidade dos movimentos pendulares e o corocromatismo representa o grau de integração do arranjo populacional medido pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo ou a contiguidade urbana.

A economia do petróleo irá produzir grandes

mudanças e reforçará essa megarregião. A centralidade econômica dessa porção do território brasileiro se acentuará ainda mais. Talvez aí resida uma das principais questões para os próximos anos, de como enfrentar as novas feições com que se apresentará o desenvolvimento geográfico desigual do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ASCHER, François Métapolis. Ou l'avenir des villes. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995.
- BAIGENT, Elizabeth. Patrick Gueddes, Lewis Mumfort and Jean Gottman: divisions over megalopolis. *Progress in human geography*, 28 (6), p. 687-700, 2004.
- BORJA, Jordi & CASTELLS, Manuel. Local y global, la gestión en de las era de la información. Madri: Santillana S.A. Taurus, 1997.
- DAVIDOVICH, Fany. "Metrópole e território. Metropolização do espaço do Rio de Janeiro". *Cadernos Metrópole*. São Paulo, n. 6, 67-77, 2001.
- GOTTMANN, Jean. *Megalopolis*. Norwood: The Plimpton Press, 1961.
- GUEDDES, Patrick. *Ciudades en evolución*. Buenos Aires: Ed. Infinito, 1960. Original: *Cities in evolution: an introduction to the town-planning*. Londres: Williams & Norgate, 1915.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- LACOURT, Claude. "Méthodologie des recherche et théorisation des villes". In: Lacourt, Claude; PUISSANTS, Sylvette (org.) *La métropolisation*.

Fonte: IBGE (2015).

- Croissance, diversité, fractures, 1999.
- LÉFEBVRE, Henri. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.
- LÉFEBVRE, Henri. *Au-delà du structuralisme*. Paris: Éd. Anthropos, 1971.
- LEVY, Jacques. *Penser la ville: un impératif sous toutes les latitudes*. Cahiers d'Etudes sur la Méditerranée Orientale et le monde Turco-Iranien. Disponível em: <<http://cemoti.revues.org/1458>> Acesso em 20 de maio de 2011, 1997>. Acesso em 05 out. 2015.
- MONCLÚS, François Javier. "Ciudad dispersa y ciudad compacta". *Perspectivas urbanísticas sobre las ciudades mediterráneas*, n.7, p. 95-110, 1999.
- MUMFORD, Lewis. *Original: La cultura de las ciudades*. Buenos Aires: Emecé, 1945. *Original: The culture of the cities*. New York: Harcourt Brace, 1938.
- PINÇON, Gilles. *Les systèmes métropolitains intègres: processus et scénarios*. In: *Des systèmes spatiaux en prospective*. Territoires 2040. Processus et Scénarios de 7 Systèmes Spatiaux. Paris, DATAR, La Documentation Française. *Revue d'études et de prospective* n°4. Disponível em <http://territoires2040.datar.gouv.fr/IMG/pdf/t2040_n4_integralite.pdf>. Acesso em 02.11. 2012.
- RANDLE, Patrick H. Lewis Mumford y Jean Gottmann, *Megalópolis: dos concepções contrapostas*. Disponível em: <<http://www.fundacionspeiro.org/verbo/1990/V-289-290-P-1399-1411.pdf>> Acesso em 20 de maio de 2014, 1990.
- SASSEN, Sassen. "El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza". *Revista EURE*, XXXII, p. 9-34, 2007.
- SASSEN, S. "Toward new urban formats". In: *Cities in Schlossplatz* with Peter Hall, Thilo Sarrazin, Saskia Sassen et al. Berlin: Hertie School of Governance GmbH, 2008.
- SCOTT, Allen; AGNEW, John; SOJA, Edward; STOPPER, Michael. "Cidades-regiões globais". *Espaço & Debates*, 17 (nº. 41), pp. 11-25, 2001.
- SOJA, Edward. "Para além de postmetropolis". *Revista UFMG*, nº 20, 137-167, 2013.
- SPLINGER, Oswald. *La decadencia del occidente*. Tomo I. *Bosquejo de una morfología de la historia universal*. Madri: Espasa-Calpe S.A. 1966. Disponível em: <http://www.abrelosojos.yolasite.com/resources/Libros/La%20decadencia%20de%20occidente%20%28TOMO%20I%29.pdf> Acesso em 2 de fevereiro de 2014. *Original: Der Untergang des Abendlandes. Umrisse einer Morphologie der Weltgeschichte*. Wien: Band 1: *Gestalt und Wirklichkeit*; Band 2: München: C. H. Beck, 1918.
- URANI, André. *A megalópole brasileira*. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/2537581/>> Acesso em 20 de maio de 2014.
- VOLLE, Jean-Paul. *Ville et région. Approches de la question urbaine en Bas-Languedoc*. Toulouse: Thèse de l'Université de Toulouse-le-Mirail, 1996. ■

Christian Amaury Ascensio Martínez
León Felipe Téllez Contreras

¿Autoritarismo en el espacio urbano? disputas intergeneracionales en la Plaza San Juan, Ciudad de México

Resumo

En este artículo se destacan cuestiones del orden social local asociadas a la producción de espacios urbanos autoritarios. Está centrado en la disputa intergeneracional que conduce a la apropiación autoritaria del espacio público, entendida como la expulsión, el desplazamiento y la censura que favorecen la exclusión. Este texto tiene como base el trabajo de campo realizado en 2012 para el estudio del conflicto entre jóvenes y adultos por la definición de los usos de una plaza pública en el Centro Histórico de la Ciudad de México.

Palavras-chave: Espacio público; Autoritarismo; Disputa intergeneracional; Conflictos urbanos; Política pública.

Abstract

In this article are highlighted aspects that are present in the local social order associated to the production of authoritarian urban space. It is focused on the intergenerational struggles that lead to the authoritarian appropriation of public space. The ways in which social groups are excluded through expulsion, displacement or censorship are also reviewed. This paper is based on a fieldwork focused on the conflict between youngsters and adults in 2012, who try to define the uses of a public park in the Historic Center of Mexico City.

Keywords: Public space; Authoritarianism; Intergenerational struggle; Urban conflict; Public policy.

Christian Amaury Ascensio Martínez

*Maestro en Estudios Políticos y Sociales
y candidato a Doctor en Sociología por la
Universidad Nacional Autónoma
de México.*

christian_ascensio@hotmail.com

León Felipe Téllez Contreras

*Maestro en Antropología Social por el
Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, sede D.F.*

lftc10@yahoo.com.mx

Hoy, la vida pública mexicana se asemeja a un archipiélago, pero no es claro si se trata de islas de autoritarismo y corrupción rodeadas de un mar democrático en ascenso, o de pequeñas y recién unguidas islas democráticas sitiadas por un embravecido mar de autoritarismo y corrupción que amenaza con arrasarlas.

— *Lorenzo Meyer, Nuestra tragedia persistente. La democracia autoritaria en México, 2013.*

INTRODUCCIÓN

Al estudiar las formas de control y apropiación del espacio urbano encontramos múltiples regulaciones impuestas por la autoridad a los ciudadanos que desean utilizarlo; y, dependiendo del perfil político-ideológico que ésta encarna, es posible caracterizar sus mecanismos de control del espacio como autoritarios o democráticos. Por ejemplo, se puede decir que se presenta una apropiación autoritaria del espacio cuando una autoridad desaprueba las manifestaciones y protestas en plazas públicas asignándoles un uso exclusivo de forma unilateral. Es indudable que esta caracterización permite comprender la relación vertical que un Estado mantiene con sus ciudadanos; sin embargo, las ciudades también están reguladas por un universo de normas consuetudinarias que los habitantes van estableciendo entre sí.

Las normas implícitas predominan en barrios y unidades habitacionales, donde se apela a ellas para regular la interacción cotidiana y crear un determinado orden urbano local (Duhau y Giglia, 2008), se trata, por lo tanto, de una dinámica que obliga a transitar de la relación ciudadano-Estado a la relación ciudadano-ciudadano. Esta relación varía según los diferentes contextos, en ocasiones es el propio Estado quien se apropia autoritariamente los espacios y para ello apela a sus facultades legales sin consultar a la comunidad. En cambio, en las relaciones ciudadano-ciudadano, supuestamente horizontales, los grupos mejor posicionados (política y económicamente) imponen sus lógicas al resto. En ocasiones, sin embargo, puede coincidir la apropiación autoritaria del espacio de ciertos grupos y el respaldo institucional de ésta, como veremos más adelante.

Desde esta perspectiva se puede caracterizar el tipo de relación que mantienen los ciudadanos entre sí y el tipo de espacios públicos que crean cotidianamente. En ese sentido, hablar de espacios democráticos o autoritarios permite mirar en el universo de reglas implícitas y explícitas con que son producidos los espacios urbanos. Asimismo, ayuda a conocer las implicaciones que estas reglas tienen en las relaciones intergeneracionales a escala local.

ESPACIOS AUTORITARIOS: UNA TENDENCIA HEREDADA

La historia del siglo XX en México está marcada por el triunfo de una revolución con fuerte contenido social, pero también por la construcción de un entramado institucional autoritario vinculado a la creación del Partido Revolucionario Institucional (PRI), el cual gobernó el país durante más de setenta años. Durante ese largo periodo de tiempo, el autoritarismo presidencialista priista se arraigó en la vida pública y estableció las condiciones para negociar lo cotidiano, pues la fuerza de sus estructuras militares, campesinas, proletarias y urbano-populares alcanzaron todos los rincones del país, dando lugar a un pacto de dominación de tintes corporativos (Brachet-Márquez, 1996). Esta lógica se mantuvo relativamente sólida hasta los años ochenta, cuando la crisis de legitimidad, la deuda pública, la fuga de capitales y el estancamiento de la inversión, obligaron al ajuste de la economía nacional (Ortiz, 2007) y posibilitaron el surgimiento de una oposición de tendencia democrática que ha estado presente hasta nuestros días.

Como señala Lorenzo Meyer, la esencia de este sistema autoritario fue “su capacidad para limitar, de ser necesario por la fuerza, el pluralismo político [y] [p]ara ello deb[ió] impedir sistemáticamente la organización y el arraigo de expresiones sociales no aceptadas por quienes detenta[ban] el poder” (2013: Loc 80). En otras palabras, esta lógica supuso la conducción de “un pluralismo limitado e irresponsable” en el que una tendencia centralizadora dominaba la toma de decisiones, teniendo como carácter definitorio la contradicción entre las reglas formales y las normas implícitas que operaban tanto en la política como en la vida cotidiana.

No obstante la algarabía vivida en México al iniciar el siglo XXI por la alternancia y el triunfo del Partido Acción Nacional (PAN) en las elecciones presidenciales, esto no condujo a la tan deseada democratización de las instituciones y de la vida cotidiana. Por el contrario, se mantuvieron las viejas estructuras y se acentuaron algunas prácticas constitutivas de un



sistema anclado en la ilegalidad, el abuso y la corrupción. Esta combinación, de acuerdo con Meyer, llevó a la emergencia de un sistema político de naturaleza mixta en el que conviven los avances democráticos y la herencia autoritaria (2013: Loc 93).¹

Hasta nuestros días, el carácter ambivalente del

¹ La permanencia de las lógicas autoritarias y la debilidad de las apuestas democratizadoras en el México de la transición política bajo la égida del PAN han sido temas de reflexión académica y periodística. Para Meyer (2013), la continuidad se debió a que las élites políticas ganadoras estuvieron indispuestas o fueron incapaces de dismantelar las estructuras corporativas, clientelares y de control político y social que habían definido la existencia de las instituciones y de la vida cotidiana durante las décadas anteriores. La lectura histórica sobre estos hechos es que los actores clave de ese contexto desaprovecharon aquella oportunidad única y decidieron pactar con los poderes fácticos que alimentaban el autoritarismo. La transición política, específicamente presidencial, no significó una transformación de los liderazgos estatales y municipales, ni de los cacicazgos locales, por lo que perduró un cultura política autoritaria en nuestro país. Asimismo, mientras el país se hacía más democrático, institucionalmente hablando (con la creación del Instituto Federal Electoral (IFE)), mantenía vivo el autoritarismo en la vida cotidiana por parte de los grupos más influyentes y acaudalados sobre el resto.

sistema se expresa en la estructura social y en la cultura política, por lo que la vida social local se encuentra enmarcada por reglas y prácticas que no poseen un amplio carácter democrático. Por lo anterior, los contextos de toma de decisiones en la vida cotidiana se caracterizan por su tendencia a cerrar espacios de reflexión y discusión, por divisiones profundas y por la desconfianza entre las partes, que mutuamente se niegan legitimidad. El resultado, explica Meyer, “es la imposibilidad de la negociación de buena fe”, “una baja calidad profesional y moral”, la “pequeñez de miras”, “la costumbre de la corrupción” y el desarrollo del “resentimiento social” (2013: Loc 3318, 4176, 3445).

Es conveniente señalar que la producción del espacio urbano no ha sido ajena a estos procesos de orden político nacional y local, de hecho, la han atravesado de forma intensa y extensa, como se observa en el trabajo de Diane Davis (1998) sobre la Ciudad de México. En consecuencia, el autoritarismo en la producción de los espacios no provino exclusivamente de arriba hacia abajo, o del Estado hacia los ciudadanos, sino que fue una construcción en la que los múltiples actores de la vida cotidiana confluyeron y

establecieron relaciones autoritarias entre sí.

Si bien el Estado autoritario fungió como un regulador dominante de la relación de los habitantes en el territorio, sus prácticas de control social se aclararon y complementaron mediante diversos mecanismos de regulación a escala local. Así, las prácticas autoritarias locales que comprendieron el espectro de la producción del espacio urbano deben entenderse como pertenecientes al registro de la vida cotidiana también en el sentido de auto-ordenación del territorio y de los actores. En el reconocimiento de estas prácticas autoritarias cotidianas podemos comprender cómo una estructura de poder político se articula con una determinada estructura social, sosteniéndose mutuamente.

Estas “prácticas de regulación endógena”, así las llama Quintero (2008, p. 116), pueden ser clasificadas como democráticas o autoritarias, sin embargo, si se sigue la propuesta de Lorenzo Meyer, es necesario preguntar si también expresan la naturaleza mixta de un sistema en el que conviven los avances democráticos y la herencia autoritaria producto de más de setenta años de control político. Tal reflexión es relevante por dos razones, la primera es que la Ciudad de México se ha consolidado a nivel nacional como un espacio urbano que favorece la ampliación de derechos civiles y sociales, y que posee, en materia de producción del espacio, mecanismos de participación ciudadana que otorgan prioridad a la organización vecinal para determinar el destino de los recursos públicos; la segunda, que en la metrópoli siguen siendo visibles las dificultades para abandonar las prácticas de control colectivo y los efectos de la dominación política a escala local (Hurtado, 2013), creando un entorno en el que conviven prácticas antagónicas que moldean la vida cotidiana de mujeres, infantes, jóvenes y adultos.

Es indudable que las denominadas tendencias autoritarias y democráticas de la producción del espacio urbano se manifiestan en las formas de apropiación y control que establecen los actores locales. De este modo, un espacio autoritario supone la apropiación y el control unilateral del espacio público, es decir, éste emerge en la medida que los actores dominantes limitan la pluralidad e impiden sistemáticamente que otros actores se organicen y arraiguen sus prácticas en lugares específicos. De esa manera, el autoritarismo se inserta en el espacio geográfico como un “conjunto de procedimientos tanto discursivos (símbolos, significados colectivos, valores e ideales) como prácticos (vigilancia, castigo, exclusión, presión grupal)” (Quintero, 2008, pp. 106-107), orientados a instaurar los comportamientos que se consideran apropiados para el lugar en cuestión. Esto

sucede porque tales conductas son valoradas como la base de una coexistencia con los mínimos estándares de orden y armonía.

De aquí emerge un control cotidiano cuyas reglas informales conviven con las reglas formales. Pero hay que destacar que el problema no es la existencia de reglas que determinan el control social, sino su cariz autoritario o democrático, pues de su aceptación, exigencia y aplicación se desprenden consecuencias diferentes. Por ejemplo, si en la producción del espacio autoritario se tiende a limitar la pluralidad podemos esperar que las apropiaciones por parte de los actores generen exclusión, desplazamiento y censura de prácticas, especialmente de los actores que no se adecúan a los criterios imperantes.

Existen razones de peso para señalar que la herencia autoritaria instalada en la vida cotidiana, incluso mezclada con los valores democráticos, impulsa los intentos monopolizadores de la producción del espacio urbano, entre cuyos objetivos está el control o la eliminación de las prácticas de quienes son deslegitimados. Al respecto, el trabajo de Mariel Bufarini (2012) recuerda cómo las tendencias autoritarias o democráticas intentan lidiar no sólo con la pluralidad (es decir, la diferencia), sino también con la desigualdad. Así, la tendencia autoritaria identifica el espacio de referencia como un espacio que puede arrebatar a otros, de ser necesario por la fuerza, y con ello, este “epicentro de un núcleo de sociabilidad” se ve trastocado y bloqueado para las mujeres, niños, jóvenes y adultos que lo han tenido como “lugar de lo conocido y cotidiano” (Bufarini, 2012, p. 236). En síntesis, el espacio urbano, como espacio de pertenencia, se torna autoritario para determinados actores porque deben buscar o construir nuevos espacios de referencia donde sus prácticas encuentren cabida y vuelvan a ser parte “constitutiva del ritmo habitual de la vida cotidiana”.

Puesto que la construcción de estos criterios autoritarios o democráticos está atravesada por diversas variables, y en vista de la experiencia registrada en el apartado III de este artículo, a continuación se verá cómo participan las disputas intergeneracionales en su definición.

LA DISPUTA INTERGENERACIONAL: CONTROL Y RESISTENCIA

Como se ha mencionado, la apropiación autoritaria de los espacios públicos es el conjunto de procedimientos discursivos y prácticos que pretenden regular y controlar unilateralmente el comportamiento

to de quienes los utilizan, y puede manifestarse de forma vertical (del Estado hacia los ciudadanos) y horizontal (de ciudadano a ciudadano). Se trata de un procedimiento autoritario debido a que, con mucha frecuencia, este código de actuación es impuesto por un grupo social en detrimento de otros, sin que existan acuerdos o negociaciones que pudieran denominarse democráticos. No obstante, a pesar de que un grupo puede imponer controles y regulaciones a otro, limitando y organizando el uso de los espacios, esto no implica que los afectados queden conformes y se alineen con dicha imposición. Por el contrario, lo que sucede con mayor frecuencia es una confrontación que se traduce en discursos y prácticas de resistencia frente a la apropiación autoritaria. Este ciclo constante de imposición y resistencia puede tener como mediación un marco legal favorable a un grupo, pero ello no implica que sea considerado como legítimo por quienes se ven obligados a cumplirlo.

Las restricciones y el control pueden ejercerse, pero siempre quedará un conflicto entre actores, lo que debilita los lazos sociales, genera desconfianza y produce encuentros problemáticos. En cambio, cuando existe una apropiación del espacio negociada y abierta al diálogo, es decir democrática, los actores trabajan conjuntamente en la elaboración de las reglas y logran acuerdos que limitan la apropiación autoritaria, generando espacios de encuentro y conciliación que permiten regenerar los lazos sociales. Como es sabido, una de las principales apelaciones para la apropiación autoritaria del espacio por parte de los adultos, es la caracterización de la juventud como una etapa violenta y de riesgo, marcada por la agresión, el consumo de drogas y la delincuencia. Esta perspectiva fue cuestionada por Castillo-Berthier (1998), quien postuló que la imagen pública y las categorías valorativas respecto de la juventud (buenos/malos) dependen del ambiente económico, social, político y cultural en que se desenvuelven. Asimismo, la distribución del poder y los elementos culturales que afectan la forma como viven los jóvenes son de la mayor importancia, pues nos permiten ver las relaciones de poder vigentes en una sociedad específica (Feixa y Ferrandiz, 2005).

Dado que nuestras sociedades temen a su propia juventud, los marcos legales e informales son utilizados para controlar y regular autoritariamente las prácticas juveniles, para lo cual apelan a historias de vandalismo, de hechos delictivos y desacato a las leyes. Adicionalmente, la discriminación y criminalización de los jóvenes se construye mediante estereotipos y procesos de exclusión social, entre los cuales destacan nociones como rebeldía, patologías juveniles, con-

ductas delincuenciales, desviaciones, desorientación, barbarie, salvajismo, ansiedad e inmadurez (Valenzuela, 2010). Estas lógicas y representaciones conducen a otra serie de prácticas excluyentes y autoritarias que refuerzan los prejuicios que los adultos tienen sobre la juventud.

Así se legitima y da voz a ciertos actores, mientras se excluye a otros de la participación, de tal manera que sólo los adultos se presentan como “ciudadanos verdaderos” que han cedido el espacio a “los otros”, brindándoles derechos que pueden ser retirados a voluntad. En ese sentido, la propia concepción de ciudadanía se ve trastocada, en tanto que sólo un grupo toma las decisiones y establece normas que se presentan como las únicas “reglas útiles para el bien de todos”. De este modo, el monopolio legítimo de la producción, apropiación, uso y regulación del espacio público por parte de un grupo, en este caso los adultos, se convierte en un poder arbitrario que favorece exclusiones al derecho de ciudadanía. Para ello se argumenta que los otros, en este caso las y los jóvenes, carecen de una voluntad esclarecida o propia, o bien, que puede “legítimamente” suponerse que poseen una voluntad corrupta y peligrosa. En otros casos, se afirma que los jóvenes no tienen sino un interés incierto, parcial y momentáneo por la prosperidad común, por lo que no deben recibir un derecho verdadero.

Al respecto, las y los jóvenes se enfrentan en la actualidad con dos discursos dominantes. El primero naturaliza su vulnerabilidad, negándolos como sujetos totales y representándolos como sujetos en transición, incompletos, que no son niños pero tampoco adultos (Di Leo, 2010). El segundo cuestiona su autonomía al construirlos como juventud-problema que vive una etapa de crisis, que es propensa a la desviación, a la rebeldía, la delincuencia y la violencia. Ello desemboca en la promoción del tutelaje y en su distanciamiento de la participación en las actividades implementadas por la comunidad, aún cuando se trate de la producción del espacio o de las políticas que conciernen a lo juvenil.

Esto no evita, sin embargo, que las y los jóvenes cuestionen las restricciones adultas y exijan la justificación de sus normas. Tal cuestionamiento no es únicamente reflexivo y discursivo, sino que también se expresa mediante prácticas y acciones consideradas indisciplinadas, vandálicas, conflictivas o violentas. Es así como una desconexión entre el modelo democrático promovido socialmente y el autoritarismo local da lugar a una situación de extrañamiento que propicia desencuentros y conflictos. La paradoja es que entre estos excluidos puede generarse una sen-

sación de frustración y resentimiento que puede llevarlos hacia la apropiación autoritaria de espacios, ahuyentando a otros actores sociales mediante la instrumentalización de los propios prejuicios que se les atribuyen.

Así, muchos grupos de jóvenes explotan una forma específica de habitar la ciudad y de apropiarse los espacios públicos, entre cuyos mecanismos están la construcción de fronteras y contornos precisos y la exclusión explícita o implícita de otros grupos. Esto les permite ejercer un control territorial que aprovecha la percepción de inseguridad que ellos mismos generan en las calles y barrios. Tal apropiación juvenil de los espacios urbanos se establece material y simbólicamente, delimitando coordenadas territoriales donde su presencia y la realización de sus actividades mantienen a cierta distancia a otros grupos, entre los que están los niños y adultos.

El caso más extremo de estos procesos lo observamos en las pandillas juveniles, que pueden apropiarse autoritariamente los espacios públicos mediante patrullajes con armas visibles o sin ellas, generando temor entre los miembros de la comunidad y definiendo las reglas espacio-temporales para el uso de su territorio. Incluso pueden desplazar a las policías y a otras autoridades del nivel local para asumir el monopolio de la provisión de seguridad, la mediación en los conflictos de la comunidad y la imposición de sanciones. En los lugares donde operan grupos con tales características, así lo ha registrado Dowdney (2005), pueden verse interrumpidos los servicios públicos, especialmente el ingreso a las escuelas y las instancias de salud, por indicaciones excepcionales o por enfrentamientos entre agrupaciones rivales.

Como podemos ver, en la apropiación del espacio predomina la creación de barreras sociales (Quintero, 2008) que repercuten en las relaciones comunitarias y hacen de la vecindad un asunto conflictivo que modifica negativamente las relaciones de solidaridad y confianza. En la producción del espacio urbano esto se expresa de manera clara, pues allí se anclan las tensiones intergeneracionales de la vida social local y podemos observar con cierta precisión las consecuencias del predominio de los mecanismos autoritarios. Tanto jóvenes como adultos realizan este tipo de apropiación, lo que supone la inexistencia de negociaciones que permitan establecer y regular el uso del espacio con fines de convivencia, es decir, con miras a estar juntos en el mismo lugar y al mismo tiempo. En lugar de existir una definición conjunta de derechos y obligaciones, pareciera que presenciáramos una guerra en la que a cada batalla uno u otro frente se adelantara o retrocediera.

APROPIACIÓN AUTORITARIA DE LA PLAZA PÚBLICA

Lo registrado en la plaza San Juan del Centro Histórico de la Ciudad de México en el otoño de 2012 permite observar las prácticas que conducen a la producción de espacios urbanos autoritarios y las variables de orden intergeneracional que participan en ello. El contexto donde se realizó el registro forma parte de los procesos democratizadores de la ciudad, por lo que nos permite evaluar el argumento sobre el carácter mixto del sistema mexicano planteado por Meyer y retomado en el apartado I. Para aclarar esto vale mencionar que la plaza San Juan se encuentra en el circuito de obras y proyectos realizados para revitalizar el área con valor patrimonial de la capital mexicana, y que para ello, el Gobierno del Distrito Federal (GDF) impulsó algunos esquemas de participación ciudadana. Uno de ellos es el Programa Comunitario de Mejoramiento Barrial (PCMB), que busca ciudadanizar los procesos de producción del espacio público.²

Este impulso democratizador no obtuvo el éxito esperado en el caso de la plaza San Juan, pues el empleo de los recursos públicos y la producción ciudadanizada del espacio encontró trabas en la herencia autoritaria de escala local, resultado de un mecanismo de participación ciudadana endeble y una pluralidad de intereses contradictorios acerca del uso del espacio público. En este ejemplo se mostrará cómo el proyecto de remodelación alentó las tensiones intergeneracionales entre actores y creó las bases para la emergencia de un espacio urbano autoritario.

Es conveniente señalar que, en algunos casos, la apropiación autoritaria suele justificarse mediante la alusión a problemas socioespaciales cuya resolución, se argumenta, favorece la seguridad, la estabilidad y la identidad colectiva, pero, paradójicamente, estas “buenas intenciones” pueden dar lugar a la estigmatización, el desplazamiento, la exclusión y la censura de algunos actores y sus prácticas. De esta manera, el singular encuentro de los avances democráticos y la herencia autoritaria “nos habla más de las distancias sociales que buscan materializarse en el espacio apro-

² Este programa de la Secretaría de Desarrollo Social del GDF permite crear una alianza entre gobierno y sociedad para ayudar a los habitantes de barrios con grados medios y altos de marginación a superar sus desventajas socioeconómicas y urbanas, en otras palabras, una dimensión de la pobreza (Ziccardi, Vázquez y Mier y Terán, 2012). El programa ha sido merecedor de varios premios internacionales por sus múltiples éxitos (Para mayor información: www.sds.df.gob.mx/sds_programa_mejoramiento.php).

vechando los canales institucionales y los discursos dominantes sobre lo público, que de la constitución de una comunidad dialógica capaz de encontrar soluciones negociadas en condiciones de igual acceso a la información y a la capacidad de decisión” (Téllez, 2013, p. 135).

Podemos observar el efecto de la tendencia autoritaria en el modelo de la Plaza San Juan: limpia, segura, iluminada y dedicada al descanso, que alcanzó a las personas sin hogar, a los franeleros,³ a los comerciantes callejeros y a los jóvenes que allí se reunían. Durante este proceso, la tensión intergeneracional se manifestó de forma intensa porque un grupo integrado por 15 o 20 jóvenes, de entre 14 y 30 años, ocupaba una parte de la plaza, después de las cinco de la tarde. Muchos de ellos eran habitantes, estudiantes o trabajadores de la zona que al terminar sus labores se congregaban a las puertas de un templo considerado patrimonio histórico: la Iglesia de Nuestra Señora de Guadalupe “El Buen Tono”, para ejercitarse, jugar frontón o fútbol, montar la patineta, platicar, apostar, fumar marihuana o beber alcohol.

Al realizar estas actividades controlaban la plaza y un paso peatonal cercano hasta muy avanzada la noche, impidiendo los potenciales usos que otros actores de la zona quisieran darles. Esta apropiación exhibía, además de la tolerancia al consumo de estupefacientes, un ambiente hipermasculinizado donde las mujeres participaban muy poco, y un uso constante de las jardineras como baños públicos. En consecuencia, mujeres, niños, adultos y ancianos percibían la plaza como un espacio peligroso y poco propicio para realizar sus actividades mientras estuvieran los jóvenes.

Por medio del trabajo de campo se observó que esta apropiación y la realización de tales prácticas juveniles tenían por lo menos diez años de existencia, y que el malestar expresado por otros actores se remontaba al mismo número de años. Como esta intensa actividad juvenil también causaba estragos en las condiciones físicas de la plaza (rotura de lámparas, vitrales, bancas, acumulación de basura), varios vecinos de entre 30 y 70 años conformaron un grupo de oposición para condenar las prácticas que creían negativas y a los actores que las realizaban. Así, una de las operaciones simbólicas que entró en juego fue la oposición antinómica entre jóvenes y adultos, como construcción de una dicotomía nosotros/otros. El bloque de adultos aglutinó a individuos de muy diversas ocupaciones y se dispuso a echar a andar sus

recursos para controlar al grupo de jóvenes que era percibido como “amenazante” y “dañino”, y señalado como promotor de la indisciplina, la ilegalidad y la desconfianza.

Este universo de representaciones constituyó un pilar de la estigmatización, que entonces se convirtió en el arma más poderosa de los adultos para involucrar a la autoridad en la re-apropiación y control de la plaza. De esta manera, los adultos organizados exigieron vigilancia constante para inhibir las prácticas condenadas, y de esta manera evidenciaron que la apropiación del espacio público efectuada por los jóvenes era más “frágil [y] susceptible de ‘expropiación’ para otros usos” (Téllez, 2013, p. 149). A diferencia de otras ocasiones en las que los jóvenes habían escapado a la presencia policial (con frases burlonas como “¡Otra denuncia ciudadana, otra denuncia ciudadana!”), el nuevo mecanismo de vigilancia (una patrulla, una cámara y anuncios con advertencias) consiguió impedir la reunión, el juego y el consumo de cualquier sustancia prohibida en dicho espacio. Esta forma de «contención territorial» (Haesbaert, 2012) logró la dispersión de los jóvenes y se convirtió en la antesala de su desplazamiento hacia otros rincones del Centro Histórico, por cierto, unos más ocultos, insalubres y peligrosos, como el Callejón de San Ignacio, donde realizaban las mismas prácticas que antes, pero rodeados de basura y del deterioro de la infraestructura urbana.

Este ejemplo muestra cómo los adultos organizados lograron articularse con la autoridad para ejercer una política autoritaria de producción del espacio urbano que despojó a los jóvenes de la plaza mediante la apelación a los estereotipos negativos más recurrentes. Es conveniente señalar que, apenas dos meses después de haber iniciado el trabajo de campo, en septiembre de 2012, el carácter autoritario de la plaza pública se instauró sin alentar un proceso de diálogo y negociación con los jóvenes usuarios, y en cambio, se optó por impedir la organización y el arraigo de aquellos actores considerados “molestos”, cuya capacidad para articular una resistencia resultó ser endeble ante la alianza de los adultos del barrio con el gobierno. Aunque pueden encontrarse justificaciones para esta apropiación adulta del espacio, dado el consumo de estupefacientes por parte de los jóvenes, no es allí donde radica el carácter autoritario de las prácticas regulatorias ni el origen de la contradicción con los avances democratizadores de la política pública de mejoramiento barrial, sino en la incapacidad mostrada por los actores locales para hacer de la pluralidad, el diálogo y el consenso un conjunto de principios organizadores de la producción del espacio urbano.

Por el contrario, el desplazamiento, la exclusión

³ Los franeleros son trabajadores informales que ayudan a los automovilistas a estacionar sus vehículos en la vía pública a cambio de alguna aportación económica voluntaria o de una cuota preestablecida.

y la censura de los actores y sus prácticas devino en estigmatización y desarticulación del grupo de jóvenes: “Ya se quemó el parque, ya no dejan jugar... ni fumar. Ya no se juntan todos”, sintetizó un asiduo asistente joven. Por parte de los adultos, la vigilancia policial eliminó la corrección política y algunos vecinos se congraciaron con la expulsión de “los vándalos”, como se les llegó a llamar. Adicionalmente, la disputa y los encuentros cotidianos condujeron a la imposición de un conjunto de reglas que sancionó la conducta de los jóvenes, creando un entorno de violencia y conflicto donde no tuvo lugar negociación alguna. Con ello, la producción del espacio urbano se orientó hacia la política de controles intensivos (Bufarini, 2012), tan recurrente en las áreas centrales revitalizadas o rescatadas, con lo cual se alentó la tendencia autoritaria en la vida pública. En este caso no fueron las autoridades las promotoras del control, sino los actores de la vida social local, cuyas orientaciones buscaron llevar al extremo la demanda de seguridad y vigilancia para hacer imperar una concepción de plaza pública.

Por otro lado, la experiencia de investigación mostró que los adultos aludían frecuentemente a la “falta de espacios públicos para jóvenes”, refiriéndose a estos como “canchas y gimnasios” al aire libre. Es conveniente destacar que al referirse a espacios para jóvenes, señalaban horarios y lugares distintos a los frecuentados por las familias, generando una división espacial y temporal. Como se definió unilateralmente lo que significaba “espacios juveniles”, no fue extraño que las y los jóvenes los subutilizaran o despreciaran, razón por la cual su deterioro se hizo notable al poco tiempo de su instalación.

Es indudable que la posibilidad de realizar actividades deportivas y culturales contribuye a que las y los jóvenes tengan mejores herramientas para eludir las adicciones y la delincuencia, pero si la definición de lo que es un “espacio joven” no pasa por la negociación y el entendimiento propositivo, la producción del espacio urbano se convierte en una acción autoritaria, como efectivamente ocurrió.

En otro orden de ideas, el grupo de adultos que actuaba en torno a la plaza San Juan propuso, de forma poco enérgica y organizada, que los jóvenes pidieran a la autoridad la construcción de una pared de frontón o de un deportivo. Ninguno de los proyectos obtuvo el apoyo necesario, en parte porque el mecanismo “adulto” para crear la interlocución exigía hacer una lista con los nombres, firmas y números de contacto de todos los jóvenes implicados, los cuales, por supuesto, no dieron un solo dato. La desconfianza creciente entre las partes jugó su papel, en especial por el hecho de que el grupo de

adultos gestionaba paralelamente la intervención de la policía preventiva. Si bien el discurso dominante ha implicado responsabilizar a los jóvenes reunidos en los espacios públicos de los delitos cometidos en la zona, este intento de involucrarlos en una acción ciudadana ante la autoridad nos reveló otra dimensión de la producción del espacio autoritario. Así, al dispersarse y negarse a participar en la propuesta, los jóvenes contribuyeron indirectamente a justificar la necesidad creciente de vigilancia encabezada por el grupo de adultos, y posibilitaron que se les transfiriera la responsabilidad de la inexistencia de un “espacio juvenil” específico en las inmediaciones de la plaza.

De esta manera, reunirse a realizar actividades deportivas, socializar o “pasar el rato” se convirtió en un blanco de la extorsión y la represión policial y comunitaria, mediante procesos de discriminación y criminalización que se articularon con las representaciones dominantes sobre la juventud. La mirada de los jóvenes fue contraria a esta visión estigmatizadora, pues repudiaron la afirmación, señalando que “no todos son delincuentes”. En cambio, muchos jóvenes rememoraban el pasado inmediato con cierta nostalgia, pues aseguraron haber tenido en otros tiempos un espacio para jugar fútbol o frontón y para encontrarse con sus amigos o parejas sentimentales sin ser molestados. La apropiación de dichos espacios mediante sus prácticas fue la pauta para experimentar lo lúdico, no obstante que en un entorno de múltiples actores esto haya sido el detonante de un contexto de violencia y conflicto con los adultos.

Los jóvenes reconocieron haberse apropiado espacios para su goce y disfrute porque “les gusta el frontón” y porque, según ellos “no se meten con nadie”; sin embargo, las concepciones de la cultura cívica, de la juventud y de lo público, condujeron a desalentar mediante letreros o la acción policial un conjunto de actividades “juveniles”. El proceso que llevó al establecimiento de esta apropiación autoritaria del espacio destruyó la confianza de los jóvenes hacia las autoridades, incrementó su distancia frente a los adultos, desmotivó su participación y generó resentimiento, pues se les negó el diálogo y la negociación al no consultarlos e involucrarlos en la búsqueda de otras soluciones.

En este caso se ha mostrado cómo la apropiación autoritaria del espacio puede apoyarse en la ley y, de acuerdo al contexto, favorecer la ampliación de la distancia social y física entre jóvenes y adultos de una comunidad. Si a ello añadimos que muchos jóvenes consideran que gran parte del trabajo de “recuperación” de espacios urbanos sólo favorece a algunos jóvenes, “a los que van llegando y tienen dinero”, y que excluye a quienes “siempre habíamos estado y

jugado ahí sin meternos con nadie”, el contraste con los procesos democráticos aumenta. Es en este punto en el que recordamos la conveniencia de observar las consecuencias que produce la interrelación entre los avances democráticos y la herencia autoritaria en su escala local, para entonces poder imaginar ese marco de incorporación ciudadana “directa, comunitaria y autónoma” que permita “organizar las nuevas coordenadas vitales” (Subirats, 2014, p. 117).

En su obra *La ciudad cautiva*, José Cortés (2010) nos muestra diversas aproximaciones artísticas que rondan los escenarios distópicos del control y la vigilancia en el espacio urbano. La desconfianza y el temor mutuo de los actores de lo local, sumados a los principios autoritarios que aún persisten en México, parecieran hacer honor a esta estética de la destrucción del lazo social, la exclusión y el sometimiento de los otros que no embonan en la concepción dominante en los diferentes contextos de la ciudad. De esta manera se impide la emergencia de mecanismos democráticos por medio de los cuales los diferentes vecinos puedan producir conjunta y negociadamente el espacio urbano. Apelar a las prácticas democratizadoras no es garantía de éxito si tenemos en cuenta la persistente existencia del autoritarismo local, pero se trata de insistir en el avance de políticas públicas fundadas en la “democracia implementativa” (Subirats, 2014, p. 110), aquella que sea capaz de dar respuestas desde la auto-gestión, para que podamos cuestionar las concepciones y prácticas que recrean en lo local la herencia política autoritaria que desde hace varias décadas intentamos desterrar.

REFLEXIÓN FINAL

La producción autoritaria del espacio urbano se encuentra vinculada a una tradición política que privilegió la imposición y el control del pluralismo sobre la participación, la negociación y la convivencia. No importa si el autoritarismo es ejercido por jóvenes, adultos u otros grupos sociales, tampoco es relevante si alguno de ellos tiene el respaldo de un marco legal, lo central es que se trata de apropiaciones del espacio no negociadas, con las que se espera limitar la organización y el arraigo de otras expresiones sociales en la escala local. La distancia social y física, la imposibilidad de generar espacios de encuentro y el rechazo a la convivencia negociada entre grupos es una de sus consecuencias en el mediano y largo plazo. Es por lo anterior que consideramos conveniente el involucramiento de los distintos actores en la resolución de los problemas colectivos y la mayor aproximación

al origen y los efectos de dichos problemas que puede “producir soluciones específicas adaptadas a la heterogeneidad y la diversidad de la nueva sociedad” (Subirats, 2014, pp. 105-106). Para lograrlo es necesario poner entre signos de interrogación algunas de nuestras prácticas cotidianas y desnaturalizar las concepciones que marcan nuestra manera de relacionarnos con los otros habitantes de la ciudad.

Esto implica romper con la noción de “espacios juveniles” y “espacios familiares” como si se tratara de dos lugares distintos, y superar las temporalidades que segregan y dan materialidad a las distancias sociales en el espacio público. Si nos ponemos como meta trascender las disputas intergeneracionales y la producción autoritaria del espacio público, será importante identificar los estereotipos y los criterios reguladores del tiempo y el espacio que cierran las posibilidades a la producción democrática de la vida cotidiana. Sin este acompañamiento transformador de las prácticas locales, los avances democráticos de orden gubernamental, jurídico y escolar tropezarán una y otra vez, pues las tendencias competitivas que imploran la imposición de un grupo sobre otro predominarán sobre cualquier defensa del sentimiento de comunidad, de la comprensión mutua, del diálogo, del acuerdo conjunto y del respeto hacia “los otros”.

Es fecundo señalar que la participación comunitaria en la recuperación negociada de espacios puede dar lugar a una organización capaz de resolver conflictos de forma no-violenta, pero ello supone un aprendizaje y una construcción colectiva, en lo local, de los mecanismos que permiten solucionar problemáticas comunes de la vida social, incluyendo la producción del espacio urbano. Transitar hacia este nuevo escenario exige que principios como la coparticipación y la corresponsabilidad se contrapongan y hagan evidente la tradición autoritaria incorporada en la estructura social. De otra manera son inimaginables nuevos espacios de la vida fincados en una tendencia democratizadora. Las fuerzas en tensión que exponen el carácter ambivalente del sistema político mexicano, una vez expresadas en la singularidad del espacio local, nos plantean serios dilemas sobre el futuro de la producción de las ciudades y sus barrios. Una de esas disyuntivas es si estamos dispuestos o no a permitir que regrese “la conformidad con las prácticas antidemocráticas que caracterizaron durante largos periodos a nuestro país”, no obstante que, como advierte Meyer, ello supondría “un nuevo triunfo de la mediocridad material y moral en la vida pública” (2013: Loc 7068).

BIBLIOGRAFÍA

- BRACHET-MÁRQUEZ, Viviane. El pacto de dominación. Estado, clase y reforma social en México, 1910-1995. México: El Colegio de México, 1996.
- BUFARINI, Mariel. Vivir en el espacio público: Consideraciones sobre las políticas de control urbano. *Nómadas*, N° 37, octubre, pp. 231-239, 2012.
- CASTILLO-BERTHIER, Héctor. Juventud, cultura y política social. Un proyecto de investigación aplicada en la Ciudad de México, 1987-1997. México: FCPyS-UNAM. 1998. (Tesis de doctorado).
- CORTÉS, José M. La ciudad cautiva. Control y vigilancia en el espacio urbano. Madrid: Akal, 2010.
- DAVIS, Diane. The Social Construction of Mexico City: Political Conflict and Urban Development, 1950-1966. *Journal of Urban History*, Vol. 24, N° 3, marzo, pp. 364-415, 1998.
- DI LEO, Pablo. Experiencias juveniles de confianza, reconocimiento y transformación en escuelas medias. *Tramas. Subjetividad y Procesos Sociales*, 31, pp. 67-100, 2010.
- DOWDNEY, Luke (coord.). Informe Ni Guerra ni Paz. Viva Rio. Brasil: ISER-IANSA, 2005.
- DUHAU, Emilio y Ángela GIGLIA. Las reglas del desorden: habitar la metrópoli. México: Siglo XXI, 2008.
- FEIXA, Carlos y Francisco FERRANDIZ. Jóvenes sin tregua: culturas y políticas de la violencia. Barcelona: Anthropos, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. Del mito de la desterritorialización a la multi-territorialidad, en Seminario Permanente Cultura y Representaciones Sociales, 21 de Septiembre de 2012, México: IIS-UNAM, 2012. (Conferencia).
- HURTADO, Edison. El trabajo político. Prácticas políticas e intermediación de demandas urbanas en colonias populares de Tlalpan, Ciudad de México, 2009-2012. México: El Colegio de México, 2013. (Tesis de doctorado).
- MEYER, Lorenzo. Nuestra tragedia persistente. La democracia autoritaria en México. México: Debate, 2013. (Edición Kindle).
- ORTIZ, Eteberto. Políticas de cambio estructural en la economía mexicana. Evaluación y perspectivas para un nuevo proyecto de nación. México: UAM-X, 2007.
- QUINTERO, Gloria I. Las prácticas de control socio-espacial y sus efectos territoriales. *Bitácora* 12, N° 1, enero-junio, pp. 105-116, 2008.
- SUBIRATS, Joan y Marc PARÉS. Cambios sociales y estructuras de poder ¿Nuevas ciudades, nueva ciudadanía?. *INTERdisciplina*, Vol. 2, N° 2, enero-abril, pp. 97-118, 2014.
- TÉLLEZ, León F. Vivir en el cambio. Vida vecinal, prácticas espaciales y espacio público en la plaza San Juan y su entorno, Centro Histórico de la Ciudad de México. México: CIESAS, 2013. (Tesis de maestría).
- VALENZUELA, José M. Juventudes demediadas. Desigualdad, violencia y criminalización de los jóvenes en México. En Rossana Reguillo (comp.). *Los jóvenes en México*. México: FCE, 2010.
- ZICCARDI, Alicia, Isabel VÁZQUEZ y Arturo MIER Y TERÁN. Pobreza urbana, segregación residencial y mejoramiento del espacio público en la Ciudad de México. En Alicia Ziccardi (coord.). *Ciudades del 2010: entre la sociedad del conocimiento y la desigualdad social*. México: UNAM, pp. 689-724, 2012. ■

Wellington Ribeiro Justo

Migração para e da Região Metropolitana do Cariri nas últimas duas décadas

Resumo

Este artigo tem como objetivo estimar os fluxos migratórios de e para a Região Metropolitana do Cariri nas últimas duas décadas. Neste sentido, foram estimados os fluxos migratórios entre os municípios da RMC e entre estes e as capitais dos estados do Nordeste juntamente com Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Também foi analisado o perfil do migrante, não migrante e do migrante de retorno. Foram construídas matrizes destes fluxos migratórios. Em termos de destino, os migrantes da RMC foram predominantemente para São Paulo e Salvador, em 2000, enquanto em 2010 para Fortaleza e São Paulo. O grande destaque é mudança no fluxo migratório dos três maiores municípios: Barbalha, Crato e Juazeiro que passam a apresentar taxa líquida positiva no último período analisado. Finalmente em relação ao perfil da população das três categorias analisadas, puderam-se observar mudanças entre 2000 e 2010.

Palavras-chave: RMC; Migração; Migração de retorno.

Abstract

This article aims to estimate migration flows to and from the metropolitan area of Cariri in the last two decades. In this sense, it was estimated migration between the municipalities of RMC and between them and the capitals of Northeastern states, Brasília, Sao Paulo and Rio de Janeiro. Also the migrant's profile, non-migrant and the return of migrants was analyzed. Arrays of these migration flows were built. In terms of destination, migrants from RMC were predominantly for São Paulo and Salvador, respectively in 2000, while in 2010 to Fortaleza and Sao Paulo. The highlight is change in the migration of the three largest cities: Barbalha, Crato and Juazeiro who present positive net rate in the last reporting period. Finally in relation to the profile of the population of the three categories analyzed, it could be observed changes between 2000 and 2010.

Keywords: RMC; Migration; Return migration.

Wellington Ribeiro Justo

é doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Professor Associado da Universidade Regional do Cariri.

justowr@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Há décadas, movimentos populacionais no Brasil envolvem milhões de pessoas, seja do ponto de vista das macrorregiões seja entre os estados ou municípios. De certa forma, a dimensão territorial do Brasil e suas desigualdades regionais sociais e de renda estimulam a população a mudar sua residência do campo para as áreas urbanas, do próprio município ou de estados. O certo é que uma parcela significativa da população em algum momento da vida realizou algum tipo de migração (Brito e Carvalho, 2006).

A atenção aos movimentos migratórios internacionais e não diferentemente no Brasil tomou outra dimensão com formulação de modelos e a disponibilização de microdados que permitiram apreender uma série de nuances peculiar a estes movimentos evidenciando algumas regularidades.

Nesse sentido, a retomada das principais formulações teóricas e o surgimento de novas formulações a respeito da migração e seu cotejamento contextualizado norteiam um entendimento das diversas dimensões da migração.

Neste artigo pretende-se explorar a migração da e para a Região Metropolitana do Cariri (RMC) nos períodos de 1995-2000 e 2005-2010, bem como de um fluxo migratório que tem se destacado em períodos recentes notadamente para o Nordeste, que é a migração de retorno. Busca-se contemplar, portanto, a mensuração dos fluxos migratórios e o perfil dos migrantes, não migrantes e dos retornados ao longo das últimas décadas fazendo uso dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, portanto, as bases de dados mais atuais para este tipo de estudo com informações municipais.

O artigo está dividido em mais cinco seções, além desta introdução. A seção dois trata das raízes históricas da migração. A terceira seção traz a metodologia. Na quarta e quinta, são apresentados os fluxos migratórios e o perfil do migrante e retornado, respectivamente, e, finalmente, a última seção, com as considerações finais.

AS RAÍZES HISTÓRICAS DA MIGRAÇÃO NO BRASIL E NO NORDESTE

A partir dos anos 1950, quando se acentuaram os desequilíbrios regionais e houve melhoria no sistema nacional de transporte, aumentou de forma expressiva o volume de migrantes: intraestadual; interestadual e intermunicipal, a despeito das distâncias. Considerando o período entre 1960 e 1990, apenas o

êxodo rural foi estimado em 42,6 milhões de pessoas (Carvalho e Garcia, 2002).

Tradicionalmente o Nordeste e o estado de Minas Gerais sempre foram os maiores emissores de migrantes que deixavam a sua terra natal em direção a São Paulo, Rio de Janeiro e às regiões de fronteiras agrícolas.

Parte significativa dos deslocamentos populacionais no Brasil é motivada pela incessante busca de melhores oportunidades de renda, educação, saúde, de melhorias na qualidade de vida seja do ponto de vista individual ou da família.

O crescimento da importância dos estudos e análises dos movimentos migratórios, contudo, deve-se, em parte, às mudanças na população, em particular, à convergência dos níveis de fecundidade e mortalidade, que pouco a pouco, envolve maiores contingentes populacionais ampliando espaços diversos quanto às suas características econômico-sociais. Essas mudanças têm refletido nos decréscimos acentuados das taxas de crescimento populacional. Por outro lado, tornam-se evidentes as disparidades da distribuição populacional no espaço, e suas mudanças, em virtude de fluxos migratórios expressivos e diversificados, no que diz respeito ao perfil dos migrantes, tornando-se crucial na dinâmica demográfica (Pacheco e Patarra, 1997).

O questionamento fundamental nos estudos de migração tem sido o que levam as pessoas a migrarem. Além do tradicional argumento neoclássico de comportamento maximizador de utilidade intertemporal do migrante, outros argumentos têm sido considerados. Forte suporte teórico e empírico existe para relevância de variáveis como idade, educação, raça, status do emprego, pobreza, histórico familiar e a expectativa da renda, entre outros. De modo geral, as características pessoais condicionam de forma importante a decisão de migrar. Ao lado destas, atributos locais, amenidades naturais e sociais parecem atuar sobre tal decisão (Justo, 2008).

As diversas dimensões da migração no Brasil observadas ao longo das últimas décadas não permitem caracterizar uma novidade sem precedentes, se comparadas com movimentos internacionais e internos de períodos passados. Contudo, variam, e muito, as condições históricas, econômicas, culturais e políticas que respaldam a predominância de determinados padrões de migração (Justo, 2006).

As desigualdades entre as regiões brasileiras agravaram-se com o processo de industrialização a partir dos anos 1930, período em que a atividade industrial concentrou-se na região Sudeste, em função do protecionismo concedido à indústria nacional nascente e pelos desequilíbrios cambiais favorecendo a

expansão e modernização da indústria do Sudeste em detrimento da incipiente indústria da periferia, notadamente do Nordeste. Efeitos desta política refletiram, até recentemente, na magnitude dos fluxos migratórios da região Nordeste do Brasil e do estado de Minas Gerais para os demais estados brasileiros. Estes locais foram onde aconteceram os últimos ciclos econômicos brasileiros, acumulando um considerável contingente populacional.

Ressalta-se, também, que as intempéries climáticas, notadamente as secas na década de 1970, do século passado, que atingiram a região Nordeste, parte de Minas Gerais (Norte e Vale do Jequitinhonha) e parte do Espírito Santo impactaram negativamente na economia destas regiões refletindo, possivelmente, nos deslocamentos populacionais destas áreas. Se por um lado a emigração está relacionada com a escassa ou ausência de oportunidades econômicas, sociais e culturais para a população residente das regiões que dão origem aos fluxos migratórios (fatores de expulsão), por outro lado a atração de migrantes reflete aspectos positivos de determinados locais na ótica de quem decide deixar o seu estado de origem em busca de melhores oportunidades (fatores de atração) (Justo e Silveira Neto, 2008).

Os dados dos Censos de 1980, 1991 e 2000, por exemplo, evidenciam transformações consideráveis nos volumes e características dos fluxos migratórios no Brasil quando comparados com dados de décadas anteriores, sugerindo tratar-se de reflexos de transformações ocorridas na dinâmica econômica do mesmo período. O estoque de migrantes cresceu ao longo destas três décadas, mas com taxas decrescentes. Em 1980 o estoque de migrantes interestaduais era de 15 milhões de pessoas e em 2000 era de aproximadamente 21,5 milhões (Justo e Silveira Neto, 2007a).

Outra informação não menos relevante em relação aos fluxos migratórios nesse período é a mudança no perfil locacional. Ou seja, ao longo dessas três últimas décadas do século passado a migração urbana-urbana passa a ser preponderante em relação

à migração rural-urbana. Em outra dimensão da migração também se observam mudanças no perfil do migrante ao longo do tempo bem como as regiões de destino preferidas pelos migrantes.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão é de natureza predominantemente quantitativa e descritiva, haja vista o uso de mensurações dos fluxos migratórios. Apresenta-se também como pesquisa descritiva e explicativa por descrever e analisar o perfil do migrante de retorno assim como também do migrante e não migrante da RMC.

Será considerado migrante de retorno da RMC o indivíduo que nasceu em algum município da RMC e que na data da entrevista (2010) estava em seu município natal e declarou que cinco anos atrás (2005) estava fora da RMC. O mesmo para o período de 1995-2000

Migrante é aquele que em 2010 estava em algum município da RMC e declarou que em 2005 estava em outro município fora da RMC. Da mesma forma para o período de 1995-2000.

Não migrante é o indivíduo que nasceu na RMC e na data da entrevista (2010) e (2000) estava em um dos municípios da RMC e cinco anos atrás também se encontrava nesta região.

Caracterização da área de estudo

A área da pesquisa encontra-se na região Sul do estado do Ceará, a aproximadamente 560 km da capital Fortaleza, sendo composto pelos municípios: Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Santana do Cariri, Farias Brito, Caririçu e Jardim, os quais constituem a Região Metropolitana do Cariri (RMC), instituída a partir da Lei Complementar Estadual nº 78 sancionada em 29 de junho de 2009. A Tabela 1 apresenta informações socioe-

Tabela 1
Informações
socioeconômicas
dos municípios
da RMC

Municípios	População	RPCD	IDHM	Gini	Anos de estudo
Barbalha	47.031	233,87	0,517	0,62	7,89
Caririçu	25.733	122,43	0,392	0,59	6,66
Crato	104.646	333,37	0,577	0,64	8,95
Farias Brito	20.145	142,4	0,447	0,57	8,72
Jardim	26.414	134,08	0,439	0,62	8,24
Juazeiro do Norte	212.133	291,71	0,544	0,6	8,1
Missão Velha	32.586	190,28	0,444	0,63	7,56
Nova Olinda	12.077	198,86	0,451	0,65	7,48
Santana do Cariri	16.847	116,03	0,424	0,64	6,92
Total/Média	497.612	195,89	0,47	0,62	7,84

Fonte: PNUD (2013).

conômicas da RMC. O município mais populoso é Juazeiro do Norte e o menos é Nova Olinda. A maior renda domiciliar per capita da RMC está no município de Crato que se destaca, também, por apresentar o maior IDHM, a renda mais concentrada e a maior escolaridade média. Em geral, não diferentemente de outras regiões brasileiras, observam-se disparidades entre os municípios.

A Tabela 1 mostra a localização geográfica da RMC. Observa-se que no estado do Ceará há duas regiões metropolitanas: Região Metropolitana de Fortaleza de RMC. A RMC fica praticamente equidistante de todas as capitais do Nordeste em um raio de aproximadamente 700 km.

Matriz dos fluxos migratórios

Para verificar o fluxo de indivíduos retornados à RMC será construída uma matriz de migração de retorno intrarregional compreendendo todos os municípios da RMC. De acordo com Justo et al. (2009), a matriz pode ser expressa da seguinte forma:

$$A = \begin{pmatrix} a_{11} & \dots & a_{1j} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{j1} & \dots & a_{jj} \end{pmatrix}$$

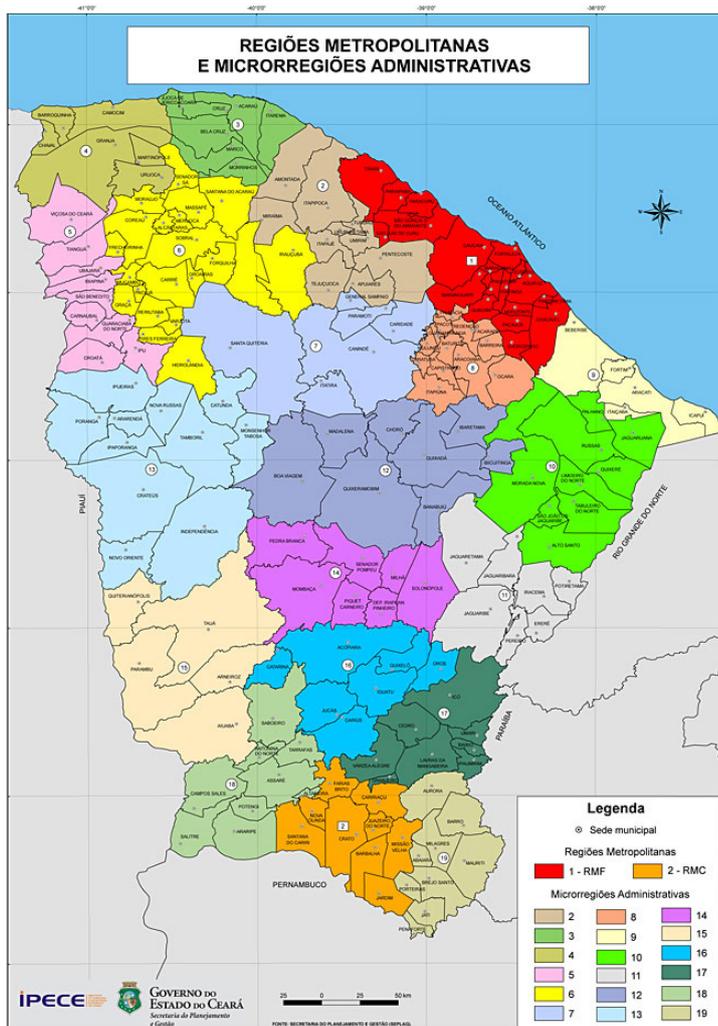
a_{ij} = saída do migrante de retorno do município i para o município j ;

$\sum_{j=1}^9 a_{1j}$ = total de pessoas que retornam (saída) do município 1 para os demais municípios;

$\sum_{i=1}^9 a_{i1}$ = total de pessoas que retornam (entrada) dos demais municípios para o estado 1;

$$a_{11} = a_{22} = \dots = a_{jj} = 0$$

Também foi estimada uma matriz como a anterior considerando o fluxo de migração entre os nove municípios da RMC e entre estes e todas as capitais dos estados do Nordeste e mais: Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com esta matriz é possível isolar apenas os municípios da RMC e identificar o fluxo de pessoas (migrante e migrante de retorno) que se deslocaram destas capitais para a RMC.



Fonte: Ipece (2014).

Figura 1
Localização da RMC

CONFIGURAÇÕES DA MIGRAÇÃO NO ESPAÇO DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI

Como evidenciado anteriormente, analisando informações censitárias das últimas três décadas, observam-se evidentes mudanças nos fluxos migratórios. Em particular destaca-se aqui uma maior expressão dos fluxos urbano-urbanos em detrimento da migração rural-urbana. No entanto, quando se aprofunda a análise, observa-se, por exemplo, que este último fluxo ainda é expressivo do Nordeste para as demais macrorregiões brasileiras até o ano de 2000 (Justo e Silva, 2013).

Nos estados nordestinos como Pernambuco e Paraíba, a saída de migrantes se deu fortemente para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. Mesmo no Ceará, sendo também tradicio-

	Barbalha	Caririaçu	Crato	Farias Brito	Jardim	Juazeiro do Norte	Missão Velha	Nova Olinda	Santana do Cariri	TOTAL
Aracaju	11	0	-3	0	0	9	0	21	0	38
Fortaleza	-231	-37	4	-76	-79	123	9	-25	34	-278
João Pessoa	-33	0	-78	0	0	-30	9	0	0	-132
Maceió	0	0	0	0	0	-3	12	0	0	9
Natal	0	0	-16	0	0	-18	0	0	0	-34
Recife	-68	0	-133	0	56	29	0	0	0	-116
Salvador	58	-11	97	-16	0	171	22	0	0	321
São Luiz	72	0	0	0	0	-28	0	26	0	70
Teresina	0	-12	24	0	0	-55	0	-25	0	-68
Brasília	9	30	-143	0	-35	-95	-11	-10	-12	-267
Rio de Janeiro	-7	-92	-118	1	-10	-31	11	32	10	-204
São Paulo	108	23	27	4	8	766	-69	7	-154	720
TOTAL	-81	-99	-339	-87	-60	838	-17	26	-122	59

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados do Censo Demográfico do IBGE de 2000.

Tabela 2
Fluxo migratório líquido entre os municípios da RMC e as capitais do Nordeste, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo: 1995-2000

nal estado emissor de migrantes, a migração ocorreu para vários estados e não de forma concentrada como nos estados anteriormente citados. Segundo Justo (2007b), o equivalente a 12% da população do Estado de Pernambuco e aproximadamente 7% da população do Ceará em 2000 residiam em São Paulo. Isto é, os migrantes do Ceará tendem a se distribuir espacialmente mais que os pernambucanos e paraibanos. Falar em migração interestadual da Região Metropolitana do Cariri é, portanto, considerar, também, a migração para vários estados brasileiros.

O fluxo de saída de migrantes dos municípios da região metropolitana do Cariri para as capitais do Nordeste, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo entre 1995 e 2000 foi de 7.753 pessoas e entrada de migrantes destas capitais para os municípios da Região Metropolitana do Cariri foi de 7.812. Assim, tem-se um fluxo total de 15.565 migrantes, com um saldo migratório positivo da RMC de 59 migrantes neste período.

A Tabela 2 traz de forma detalhada o fluxo líquido de migrantes por capital e por município. Observa-se que São Paulo apresenta o maior fluxo positivo de migrantes da RMC. Ou seja, São Paulo recebeu 720 migrantes a mais do que enviou. Por sua vez, Fortaleza apresentou um fluxo líquido negativo de 278 migrantes. Observa-se também que houve fluxo líquido positivo ou negativo entre Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo e todos os municípios da RMC.

Analisando o fluxo líquido de migrantes dos municípios da RMC por macrorregião, tem-se que, para as capitais do Nordeste, o fluxo líquido é negativo em 190. A região Norte apresenta saldo negativo de 267 e a região Sudeste, saldo positivo de 516.

Ainda na Tabela 2, observando os dados do ponto de vista dos municípios, Juazeiro do Norte apresen-

tou o maior fluxo positivo de migrantes com saldo de 838 migrantes. Já o Crato apresentou o maior fluxo líquido negativo que foi de 339. Apenas o município de Juazeiro apresentou movimentação de migrantes diferente de zero para todas as capitais analisadas.

Entre 2005 e 2010 a entrada de migrantes das capitais para a RMC foi de 7.586 enquanto a saída destes municípios para as capitais foi de 6.416 migrantes. Ou seja, um fluxo total de 14.002 migrantes, com o saldo migratório positivo em prol da RMC, de 1.100 migrantes. Em relação ao período anterior, tem-se uma redução de 10,04% no fluxo total, enquanto o saldo migratório favorável à RMC aumenta em mais de 17 vezes. Esta tendência de redução do fluxo de migrantes é verificada na migração intermunicipal no Brasil como um todo (Justo, 2013). Já o expressivo aumento no saldo migratório positivo para a RMC pode ser em virtude da maior participação de migrante de retorno no total de migrantes, o que será explorado mais adiante.

A Tabela 3 traz os fluxos líquidos de migrantes dos municípios da RMC e as capitais analisadas no período de 2005-2010. Observa-se que Fortaleza apresenta maior saldo migratório positivo enquanto Maceió, o maior saldo migratório negativo. Assim, Fortaleza inverte a tendência em relação ao período anterior. Possivelmente, esse resultado está atrelado à concentração de investimentos públicos estaduais e federais na região metropolitana de Fortaleza.

A Tabela 4 traz a migração intrarregional, ou seja, examinam-se agora os fluxos migratórios entre os municípios da RMC no período de 1995-2000. A Tabela é construída de maneira que a coluna refere-se à saída e a linha, à entrada de migrantes. A diagonal principal é constituída de zeros, a fim de não considerar a migração entre o próprio município.

	Barbalha	Caririáçu	Crato	Farias Brito	Jardim	Juazeiro do Norte	Missão Velha	Nova Olinda	Santana do Cariri	TOTAL
Aracaju	10	0	-196	0	0	-146	0	10	0	-322
Fortaleza	151	13	488	-2	-25	561	18	-60	-10	1134
João Pessoa	-16	0	8	-19	0	-146	14	0	0	-159
Maceió	0	0	18	0	0	-777	0	6	0	-753
Natal	10	0	19	13	0	62	0	0	12	116
Recife	-16	0	209	0	-29	344	0	0	5	513
Salvador	9	0	21	0	0	217	0	0	0	247
São Luiz	0	0	-106	0	0	30	0	0	0	247
Teresina	20	0	-13	6	0	202	0	0	0	215
Brasília	33	25	-210	-62	0	-27	0	-54	16	-279
Rio de Janeiro	-13	-16	5	0	0	-99	0	-7	0	-130
São Paulo	315	148	169	-124	-80	128	49	-56	45	594
TOTAL	503	170	412	-188	-134	349	81	-161	68	1100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Tabela 3
Fluxo migratório líquido entre os municípios da RMC e as capitais do Nordeste, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo: 2005-2010

O fluxo total de migração entre os municípios da RMC entre 1995-2000 foi de 9.439. Juazeiro do Norte é o único município em que há entrada e saída para todos os demais. Crato, por sua vez, apresenta saída também para todos os municípios. Em termos absolutos, Juazeiro apresenta o maior volume de pessoas que deixam o município, seguido por Crato e Barbalha, o que é de certa forma esperado porque são os municípios mais populosos. Contudo, em relação à entrada, os municípios que mais recebem migrantes são Juazeiro do Norte, seguido pelo Crato e Caririáçu.

Estes resultados reforçam a evidência dos determinantes da migração do papel de algumas variáveis. Destacam-se, aqui, o efeito da vizinhança, ou seja, se houver diferenciais de renda que estimulem a migração para localidades mais próximas do local de origem esta possibilidade será levada a efeito pelos migrantes, e, por outro lado, os possíveis efeitos de redes de migração que atenuam os custos da migração. Dito de outra forma, as redes de migração facilitam e podem diminuir os custos monetários da migração através do acesso do migrante ao mercado de trabalho e localização de moradia, bem como reduzir os custos não monetários da migração, que se refere a distância da cidade e dos parentes. Segundo Januzzi e Aranha (2008), para aproximadamente 28% dos migrantes para São Paulo, estar próximo de parentes é importante na decisão de migração. É possível, não obstante, que parte desta migração seja de retornados.

Do total de migrantes que decidem residir no Crato, aproximadamente 77% são de Juazeiro do Norte. Já os que vêm para Juazeiro são procedentes predominantemente de Barbalha. Já dos migrantes que chegam à Barbalha, cerca de 74% são originados

de Juazeiro. Além disso, pode-se observar também que do total de migrantes de entrada, cerca de 58% são destes três municípios.

Em sentido contrário, ou seja, analisando a saída de migrantes, tem-se que cerca de 50% dos que deixam Barbalha vão para Juazeiro. O destaque é que dos migrantes de saída do Crato, cerca de 38% vão para Nova Olinda. Já dos migrantes que deixam Juazeiro, cerca de 40% vão para o Crato. Assim, tem-se que do total de migrantes de saída, cerca de 80% são dos municípios de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte. Desta forma, tem-se como uma característica da RMC uma maior interligação populacional entre estes três municípios, que é denominada conturbação Crajubar.

Uma característica da migração é que são municípios com maior população que se originam os fluxos migratórios, o que dificulta uma análise com valores absolutos. Contudo, a taxa líquida de migração permite a comparação relativa. A Tabela 5 traz informações sobre o saldo migratório da migração, ou seja, a entrada menos a saída dividida pela população, a população de cada município em 2000 e as respectivas taxas líquidas de migração. Destaca-se Nova Olinda com a maior taxa líquida positiva e Barbalha com a menor taxa líquida negativa. Assim, fica evidenciado que os três municípios mais populosos, Barbalha, Crato e Juazeiro, que em conjunto representam cerca de 73% da população da RMC, apresentam saldo migratório negativo. Este movimento pode ser explicado em parte por possíveis efeitos desaglomerativos intrarregionais, com destaque para elevação dos índices de criminalidade e possivelmente também pela especulação imobiliária. Pode ser que alguns desses municípios que apresentam taxas líquidas positivas estejam se tornando cidades-dormitório.

	Barbalha	Caririaçu	Crato	Farias Brito	Jardim	Juazeiro do Norte	Missão Velha	Nova Olinda	Santana do Cariri	TOTAL
Barbalha	0	19	0	0	41	309	30	5	11	415
Caririaçu	100	0	179	131	0	807	0	0	0	1.217
Crato	44	98	0	19	3	1557	0	194	104	2.019
Farias Brito	0	0	379	0	0	208	0	11	0	598
Jardim	220	0	170	0	0	95	4	0	0	489
Juazeiro do Norte	769	544	464	123	14	0	198	28	13	2.153
Missão Velha	358	14	50	0	0	467	0	0	0	889
Nova Olinda	41	8	836	45	0	119	0	0	82	1.131
Santana do Cariri	0	0	96	0	0	292	0	140	0	528
TOTAL	1.532	683	2.174	318	58	3.854	232	378	210	9.439

Tabela 4
Fluxo de migração intrarregional na região metropolitana do Cariri: 1995-2000

A Tabela 6 apresenta a migração entre os municípios da RMC entre 2005 e 2010. Há um total de 9.342 migrantes. Uma queda de pouco mais de 1% em relação ao fluxo do período anterior. De qualquer forma, mantém-se a tendência da diminuição ocorrida no Brasil como um todo, como apontou Justo e Silva (2013).

A Tabela é construída de forma que se têm as entradas na linha e as saídas de migrante nas colunas e a diagonal principal é constituída de zeros por não se considerar a migração entre o próprio município. Barbalha, Crato e Juazeiro são os destinos preferidos de cerca de 78% dos migrantes que deixam os demais municípios da RMC.

No fluxo de saída, destacam-se, na ordem absoluta, Juazeiro do Norte, Crato e Missão Velha como os que mais emitem migrantes. Estes três municípios são responsáveis pela emissão de aproximadamente 62% dos migrantes da região. Crato e Juazeiro do Norte são os únicos municípios que apresentam migração de entrada e de saída para todos os demais.

A Tabela 7 fornece informações sobre a população dos municípios da RMC em 2010, o saldo migratório líquido e a taxa líquida de migração. Destaca-

se Nova Olinda novamente como o município com maior taxa líquida de migração positiva de forma similar ao período anterior, contudo com uma magnitude bem menor. Diferentemente do período anterior, os três maiores municípios apresentam agora taxa líquida positiva. O município com maior taxa líquida negativa é Santana do Cariri.

Ressalta-se que esse período contempla a consolidação de uma mudança significativa em termos de conjuntura econômica nacional, que foi a expansão do volume de recursos aplicados pelo governo federal em políticas sociais. É sabido que os efeitos socioeconômicos desta política não ocorreram de forma homogênea entre os municípios brasileiros e, desta forma, explica, em parte, a migração intrarregional, tendo em vista que os três maiores municípios da RMC são os que apresentam maiores taxas de crescimento econômico neste período.

O município de Nova Olinda tem se destacado na mídia nacional pela Fundação Casa Grande, que tem atraído turistas de várias regiões do país e do exterior por conta do artesanato em couro, oferecendo produtos com grande aceitação por parte de artistas famosos. Talvez, isto explique, em parte, esta migração aliada à outra atividade em destaque no município, que é a exploração da pedra Santana que tem sido exportada para todo o Brasil, assim como a exploração de calcário.

Já o saldo migratório positivo dos três mais populosos municípios se deve, em grande medida, ao expressivo crescimento econômico destes municípios, com a expansão do setor de serviços, em especial o ensino universitário e a instalação de grandes empresas comerciais.

Tabela 5
Taxa líquida de migração entre os municípios da região metropolitana do Cariri

Municípios	Saldo migratório: entrada-saída (a)	População em 2000 (b)	Taxa líquida de Migração (c)=(a)/(b) (%)
Barbalha	-1.117	47.031	-2,38
Caririaçu	534	25.733	2,08
Crato	-155	104.646	-0,15
Farias Brito	280	20.315	1,38
Jardim	431	26.900	1,6
Juazeiro do Norte	-1.701	212.133	-0,8
Missão Velha	657	32.586	2,02
Nova Olinda	753	12.077	6,23
Santana do Cariri	318	16.847	1,89
TOTAL	0	498.268	0

UM OLHAR SOBRE O PERFIL DOS MIGRANTES, RETORNADOS E NÃO MIGRANTES DA RMC

A proporção de homens entre os não migrantes e migrantes retornados é praticamente a mesma girando em torno de 49% e menor entre os migrantes. Já as mulheres apresentam maior participação entre os migrantes em 2000¹.

No que diz respeito à raça, observa-se que a categoria com maior participação é a formada por pardos, seguida pela categoria dos brancos. Contudo, há diferença entre a participação dos migrantes, não migrantes e retornados. Destaca-se a participação dos índios entre os não migrantes, chegando a ter uma participação de cerca 3,5 vezes mais que entre os retornados. Este resultado é esperado, haja vista a presença de tribos indígenas no Cariri desde o período de colonização, o que inclusive deu origem ao nome da região.

Observa-se que a média de idade dos não migrantes é menor que dos retornados, que, por sua vez, é menor que a idade média dos migrantes. Este resultado contrasta com o perfil por idade dos migrantes brasileiros apontados por Justo (2007b).

Um dado importante é o percentual de pessoas analfabetas entre as categorias analisadas. Observa-se uma elevada participação da população de não migrantes com este perfil. Por outro lado, a participação de retornados analfabetos é bem inferior, o que indica que as pessoas que deixam a região procuram suprir esta deficiência quando fora da sua terra natal.

Este resultado é corroborado pela distribuição da população das três categorias analisadas por faixa de escolaridade. Observa-se que, em geral, os retornados apresentam-se com maior participação nas faixas

de maior escolaridade quando comparados aos não migrantes e migrantes. Ainda assim, observa-se que muito há de ser feito no que diz respeito à ampliação do ensino universitário, tendo em vista que nas três categorias a participação de pessoas com nível superior é inferior a 5%. Contudo já se percebe o efeito da presença da Universidade Regional do Cariri (Urca) na região, pois a participação de não migrantes com nível superior incompleto ultrapassa 14% nesta população.

Os solteiros são maioria entre os não migrantes e retornados, enquanto os casados são maioria entre os migrantes. A este respeito Justo (2007a) justifica que, ao longo do tempo, este perfil tem mudando, pois, historicamente, a grande maioria dos migrantes era constituída por solteiros.

Outro resultado importante no que diz respeito às categorias analisadas é o maior percentual de aposentados entre os migrantes, assim como a maior renda média entre as três categorias.

Em síntese, o perfil médio do não migrante da RMC é o indivíduo solteiro, pardo com escolaridade até o ensino fundamental e com renda média de R\$ 591,66. Já o migrante também é predominantemente pardo, porém casado, com escolaridade até o fundamental e renda média de R\$ 691,23, ou seja, quase 17% maior que a do não migrante. Finalmente, entre os retornados predominam os pardos, solteiros, com escolaridade até m o fundamental e renda média R\$ 538,12, quase 10% inferior aos nativos.

Em relação à distribuição da população nestas três categorias no que diz respeito ao ao gênero, observa-se uma maior equidade quando comparado à década anterior.

Já em relação à raça, a maior parcela da população nas três categorias se declara parda ou branca, sem segundo lugar. Novamente observa-se uma maior participação de índios entre os não migrantes, mas com uma participação bem inferior ao período passado.

Tabela 6
Fluxo de migração intrarregional na região metropolitana do Cariri: 2005-2010

	Barbalha	Caririáçu	Crato	Farias Brito	Jardim	Juazeiro do Norte	Missão Velha	Nova Olinda	Santana do Cariri	TOTAL
Barbalha	0	0	129	0	211	976	278	25	0	1.619
Caririáçu	29	0	30	25	0	273	0	0	0	357
Crato	109	71	0	77	446	1.139	24	119	132	2.117
Farias Brito	0	0	88	0	0	147	0	10	0	245
Jardim	33	0	11	0	0	22	0	0	0	66
Juazeiro do Norte	458	489	1.243	327	209	0	593	120	77	3.516
Missão Velha	163	0	51	0	23	329	0	0	0	566
Nova Olinda	0	0	140	123	0	91	0	0	246	600
Santana do Cariri	0	0	130	0	0	111	0	15	0	256
TOTAL	792	560	1.822	552	889	3.088	895	289	455	9.342

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados do Censo Demográfico do IBGE de 2000.

1 Por falta de espaço não são apresentadas as tabelas com o perfil dos migrantes, mas podem ser disponibilizadas pelo autor.

Municípios	Saldo migratório: entrada-saída (a)	População em 2010 (b)	Taxa líquida de Migração (c)=(a)/(b) (%)
Barbalha	827	55.323	1,49
Caririaçu	-203	26.393	-0,77
Crato	295	121.428	0,24
Farias Brito	-307	19.007	-1,62
Jardim	-823	26.688	-3,08
Juazeiro do Norte	428	249.939	0,17
Missão Velha	-329	34.274	-0,96
Nova Olinda	311	14.256	2,18
Santana do Cariri	-199	17.170	-1,16
TOTAL	0	564.478	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados do Censo Demográfico do IBGE de 2000.

Tabela 7
Taxa líquida de migração entre os municípios da região metropolitana do Cariri

Examinado a escolaridade da população nas três categorias observa-se que a presença de pessoas analfabetas é maior entre os não migrantes e menor entre os retornados, mantendo o mesmo comportamento em relação à década anterior. Contudo, há uma queda acentuada entre 2000 e 2010, sugerindo que as políticas públicas de redução do analfabetismo se fizeram presentes na população como um todo.

A política de ampliação do ensino universitário no país a partir do primeiro governo de Lula e mantida pela presidente Dilma com expansão das instituições federais de ensino superior, programas de bolsas e de financiamento para ingresso nas faculdades privadas que se instalaram na região faz com que se observe uma elevação substancial em relação à década passada da população que cursa ou que já possui nível superior completo.

Uma mudança perceptível no perfil da população das três categorias analisadas é o estado civil. Os solteiros são maioria entre os não migrantes e migrantes, enquanto os casados são maioria entre os retornados.

E em relação à renda, observa-se que o retornando apresenta a maior renda entre as categorias analisadas. Enquanto os migrantes apresentam a menor. Este resultado, em combinação com a escolaridade, sugere que a região tem conseguido segurar a população com melhor qualificação. A forte expansão do ensino universitário na região com a criação de dezenas de cursos superiores distribuídos principalmente nos municípios de Juazeiro, Crato e Barbalha explica em parte este resultado, que também sugere que os migrantes que retornam ao Cariri são exitosos em sua decisão de migração².

2 Segundo Justo e Ferreira (2012), quando os migrantes decidem retornar à sua terra natal é por motivo de sucesso na sua decisão anterior de migração e, por isto, tendem a ter maior renda, maior escolaridade e idade mais elevada. Por sua vez,

Em síntese, o não migrante em 2010 é predominantemente solteiro, pardo, com escolaridade inferior ao ensino fundamental e com renda média de R\$ 684,34. Basicamente, o que mudou em relação à década passada é o aumento real na renda média de cerca de 16% seguindo o padrão brasileiro. O migrante por sua vez é caracterizado por ser um indivíduo predominantemente solteiro, com escolaridade inferior ao fundamental e com renda média de R\$ 435,43. Percebe-se uma mudança significativa na renda do migrante em relação aos não migrantes e retornados, em 2010, e uma queda na renda média real em comparação a 2000 de cerca de 37%. Assim, o migrante que em 2000 era a categoria com a maior renda média passa ser a com menor entre as três categorias analisadas. Finalmente, o retornado é um indivíduo predominantemente do sexo feminino, com escolaridade inferior ao fundamental e com renda média de R\$ 770,12 passando a ser a categoria com a maior renda média em 2010. A mudança em relação à década passada é que as mulheres passaram a ser predominantes nesta categoria e a elevação da renda média real de 143%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo pôde-se fazer uma descrição das diversas dimensões da migração da Região Metropolitana do Cariri (RMC) para as capitais e das capitais para a RMC, considerando as informações obtidas dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, notadamente: migração entre os municípios da região metropolitana do Cariri e destes municípios para as capitais do Nordeste, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, assim como o fluxo inverso. Pode-se, também, identificar o perfil do não migrante, migrante e retornado em 2000 e 2010.

Em termos do fluxo total da migração para a região metropolitana do Cariri, este apresentou uma queda 10% entre as duas últimas décadas com comportamento similar ao fluxo total de migração no Brasil. Contudo, o saldo migratório favorável à RMC cresce de forma significativa.

Em relação ao destino, os migrantes da RMC foram predominantemente para São Paulo e Salvador, em 2000, enquanto, em 2010, foram para Fortaleza e São Paulo. Isto aponta para um maior dinamismo da capital cearense através da repercussão da concentração dos investimentos estaduais neste município e por outro lado pelos efeitos desaglomerativos da capital paulista.

quando a decisão se dá por fracasso, estes tendem a ser mais jovens e com menor escolaridade.

Já quando se analisa a migração intrarregional destacam-se, em 2000, os municípios de Nova Olinda e Caririáçu por apresentarem as maiores taxas líquidas positivas. Em 2010, Nova Olinda ainda se destaca com a maior taxa líquida positiva. O grande destaque é mudança no fluxo migratório dos três maiores municípios, Barbalha, Crato e Juazeiro, que passam a apresentar taxa líquida positiva. Este resultado é reflexo das altas taxas de crescimento econômico destes municípios entre os dois períodos analisados, em especial, em Juazeiro do Norte. Crato que, historicamente apresentava a maior renda per capita da região, perde esta colocação para o município de Juazeiro do Norte.

Finalmente, em relação ao perfil da população das três categorias analisadas, puderam-se observar mudanças entre 2000 e 2010. Os migrantes que apresentavam a maior renda média em 2000 passam a ser a categoria com menor renda média em 2010. Já os retornados passam a ser a categoria com a maior renda média em 2010. Este resultado sugere que a RMC que poderia estar perdendo migrantes mais qualificados em 2000 passou a conseguir segurar os habitantes mais qualificados e atrair de volta à sua terra natal pessoas que haviam deixado à região e que retornaram com maior qualificação. O que provavelmente cria um círculo virtuoso, já que estes indivíduos voltam à sua terra natal porque a região tem apresentado taxas de crescimento econômico elevada com aumento da oferta de serviços, em especial a educação superior e, por conseguinte, tem apresentado maior qualificação e renda, o que contribui ainda mais para o crescimento da RMC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITO, F., CARVALHO, J.A.M.. “As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pela pnads recentes”. In: Anais Encontro ABEP: Campinas, 2006.
- CARVALHO, J. A. M. de, GARCIA, R. A. “Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985/1990”. In: Relatório de Pesquisa, Projeto Saldos Migratórios. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002. 300f.
- JANNUZZI, P. de M. e ARANHA, V. “Migração em São Paulo: evidências e hipóteses da redução da intensidade migratória”. In: Anais Encontro ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.
- JUSTO, W.R. Migração interregional no Brasil: determinantes e perfil do migrante brasileiro no período 1980-2000. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-PIMES), Recife, 2006.
- JUSTO, W.R., SANTOS, J.C.dos.” Fluxo migratório entre o cariri cearense e as capitais brasileiras: evidências de fuga de cérebro”. e-metropolis, n.11,p. 44-66, 2012.
- JUSTO, W.R.; SILVEIRA NETO. R. da. “Padrões de migração interna no Brasil”. V ENABER. ABER: Recife, 2007a
- JUSTO, W.R.; SILVEIRA NETO. R. da. “Migração e seleção: evidências para o Brasil”. V ENABER. ABER: Recife, 2007b.
- JUSTO, Wellington Ribeiro, SILVEIRA NETO, Raul da. “Migração interregional no Brasil: evidências a partir de um modelo espacial”. Economia, v.7.n.1, 167-183, 2006.
- JUSTO, W.R., FERREIRA, R. de. “Migração interestadual no brasil: perfil do retornado: evidências para o período de 1998-2008”. In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2012.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, Neide. “Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?”. In: Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993/Neide Patarra et.al., org. – Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1997.
- RIOS-NETO, E. L. G., GUIMARÃES, R. “The demography of education in Brazil: inequality of educational opportunities based on grade progression probability (1986-2008)”. Vienna Yearbook of Population Research, n. 8, p. 283–312. 2010. ■

Maria do Carmo de Lima Bezerra

A necessária articulação entre os instrumentos de gestão de APA urbanas e o plano diretor

Resumo

O artigo aborda conflitos entre os princípios norteadores dos instrumentos de ordenamento territorial previstos na legislação ambiental e urbana brasileira. Trata-se de uma análise comparativa entre os objetivos do zoneamento de uso do solo, parte integrante do Plano Diretor e o zoneamento ambiental de Áreas de Proteção Ambiental (APA) situadas em áreas urbanas previsto nos Planos de Manejo do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O método compara as lógicas conceituais que estruturam as temáticas ambiental e urbana com fundamento nas correntes de pensamento estruturantes das normas legais de criação das APAs: conservacionismo e preservacionismo. Os resultados indicam os conflitos conceituais que precederam a base legal que ancora a criação de APAs que são legalmente Áreas de Uso Sustentável, mas que possuem instrumentos de gestão que as aproximam de áreas de uso integral com reflexos sobre sua compatibilidade com atividades urbanas quando as mesmas se encontram nos limites das cidades. Por fim, sugere-se que a compreensão das disfunções geradas pelos equívocos conceituais no disciplinamento dos instrumentos que levaram ao não entendimento da dinâmica urbana pela gestão das APAs implica a revisão dos referidos zoneamentos para consolidação em um único zoneamento que contemple aspectos urbanísticos e ambientais no âmbito do Plano Diretor.

Palavras-chave: Plano diretor; Zoneamento ambiental; Áreas de proteção ambiental.

Abstract

The article discusses conflicts in the application of instruments of spatial planning of urban space under Brazilian urban and environmental legislation. The situation analyzed concerns the overlapping rules disciplining of urban land when implementing the Management Plan and its zoning of Environmental Protection Areas (APA), located in urban areas and zoning land use, part of the Urban Master Plan. The method used for comparative analysis of the propositions of the two instruments was based on conceptual logical structuring the two themes - environmental and urban and environmental perspective in the currents of thought that underlie the legal rules established in the areas of environmental protection, in this case the conservationism and preservationism. Finally, it is suggested that an understanding of the dysfunctions caused by conceptual errors in disciplining instruments that led to no understanding of urban dynamics brings revision of environmental and urban zonings to consolidate into a single zoning - the Urban Master Plan.

Keywords: Urban master plan; Environmental zoning; Environmental protection area.

Maria do Carmo de Lima Bezerra

é professora associada da Universidade de Brasília atuando no Programa de mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo.

mdclbezerra@gmail.com

INTRODUÇÃO

O entendimento das regras de disciplinamento ambiental e urbanístico nas cidades tem sido marcado, no Brasil, por conflito que se verifica tanto nas formulações teóricas sobre sociedade e natureza quanto nas políticas públicas urbana e ambiental e nas práticas dos movimentos sociais que lutam por direitos de acesso à cidade ou pela preservação de seus recursos naturais. A questão é analisada, sob enfoques distintos, por autores como Ribas (2003), Steinberg & Amado (2006).

Tradicionalmente os instrumentos de gestão urbana estão voltados para o controle do uso do solo e para a promoção da eficiência no funcionamento da cidade assumindo que desequilíbrios provocados pelo uso dos recursos naturais podem ser equacionados pela tecnologia. Esta visão ignora os conceitos de finitude e de sensibilidade da natureza lógica que, por outro lado, norteiam a abordagem conservacionista adotada pela gestão ambiental (Bezerra & Ribas, 2012).

O disciplinamento territorial das Unidades de Conservação de Uso Sustentável inseridas nos espaços urbanos é um exemplo desses possíveis conflitos de gestão por parte da política ambiental e da política urbana quando aplicados seus respectivos instrumentos de zoneamento do solo.

Postas estas reflexões cabe introduzir o tema das Unidades de Conservação (UC) em áreas urbanas. Inicialmente, os objetivos que justificavam a criação das Unidades de Conservação não eram considerados compatíveis com a ocupação humana em seus limites, o que demandava a necessidade de remoção e realocação do contingente de população que vivia nessas áreas. A posição preponderante era de que, para conservar a natureza, era necessário separar totalmente a área da sua relação com o homem.

Com o tempo, o conceito de áreas protegidas evoluiu juntamente com a perspectiva de manutenção de populações humanas em seu interior, surgindo novas categorias de proteção cujo objetivo é a utilização sustentável dos recursos naturais.

No Brasil, este processo de evolução do entendimento de áreas protegidas foi semelhante ao da prática internacional, sendo que a criação de categorias mais flexíveis foi motivada, em um primeiro momento, por dificuldades na implantação das Unidades de Conservação, notadamente no que se refere aos custos necessários à desapropriação de terras.

Desta forma, surge, em 1981, a Área de Proteção Ambiental, inspirada nos Parques Naturais de Portugal e da França, que compatibilizavam a conservação da natureza com a propriedade privada. Esta

nova possibilidade acarretou a criação de um grande número de Unidades de Conservação inseridas nessa categoria na década de 1980, instituídas tanto em terras públicas como em terras particulares que, por sua vez, são submetidas a restrições de uso visando à utilização sustentável dos recursos naturais existentes (Urban, 1998).

Seguindo uma tradição da criação das primeiras Unidades de Conservação brasileiras, muitas APAs foram criadas próximas aos grandes centros urbanos, o que resultou na existência dentro de sua área não só do uso rural como também do uso urbano, com o exercício de atividades habitacionais, comerciais e mesmo industriais.

A APA foi mantida pelo SNUC, aprovado no ano de 2000. A legislação não descarta o uso urbano nessas unidades, uma vez que não foram estabelecidos parâmetros para o “certo grau de ocupação” que consta na norma legal que a criou. Assim, podem existir Unidades de Conservação nesta categoria que não contenham qualquer tipo de ocupação humana até aquelas que apresentam dentro de seus limites desde pequenos núcleos urbanos até uma ou mais cidades.

Em outros casos, as APAs são instituídas em áreas rurais, mas limítrofes às cidades ou núcleos urbanos, em locais que podem ser caracterizados como vetores de expansão urbana. Desta forma, apresentam um aspecto rural, mas escondem uma pressão por uma ocupação de caráter urbano.

Todavia, a dimensão urbana que uma APA pode conter não é facilmente percebida na atual lógica da gestão ambiental, pelo que os estudos e instrumentos ambientais não têm considerado ou têm abordado de maneira insatisfatória os diversos aspectos e demandas oriundos do espaço das cidades e núcleos urbanos existentes dentro de sua área ou limítrofes ao seu perímetro.

Apesar do centro da discussão no presente documento ser a interface na adoção dos zoneamentos previstos nos instrumentos de regulação das APAs e no Plano Diretor Urbano, não se pode deixar de dizer que muitos dos conflitos nestas áreas advêm da época de sua criação, quando não eram realizados os devidos estudos ambientais para caracterizar a relevância ambiental das áreas e discussões com a sociedade, todos os requisitos definidos em norma legal.

Assim, podem ser identificadas situações nas quais as APAs instituídas sem que tenha havido uma motivação explícita de proteção de um atributo ambiental relevante, motivadas apenas por questões políticas e/ou sem a realização de consulta pública para envolvimento e conhecimento da comunidade local sobre sua definição. Situações que trazem complexi-

dade nas etapas subsequentes de implantação de uma área protegida.

Com um pré-zoneamento genérico e definido por norma legal para todos os tipos de APA, sejam elas urbanas, de influência urbana, rurais ou de áreas não antropizadas, a situação ganha contornos de conflito no que se refere a algumas obrigatoriedades contidas nas normas como a que se refere ao zoneamento que deve, por exemplo, necessariamente possuir uma “zona de vida silvestre”, independente do grau de urbanização da APA.

Algumas contradições começam a ser entendidas quando se verifica que muitos dos instrumentos de gestão das unidades de conservação definidas como de uso sustentável, no caso as APAs, originaram-se de uma estratégia preservacionista e advêm de um entendimento do que seria uma gestão de áreas de proteção integral, categoria, esta sim, fundamentada no conceito do preservacionismo, ou seja, aquelas que estruturaram as mais tradicionais e restritivas estratégias de proteção dos recursos naturais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PRESERVACIONISMO E CONSERVACIONISMO

A Lei Federal do SNUC, ao estabelecer as categorias de áreas protegidas dispôs sobre as Áreas de Proteção Ambiental, enquanto Unidades de Uso Sustentável o que pressupõe sua coexistência com diferentes usos do solo inclusive o urbano.

Esta definição legal corrobora com a evolução conceitual quanto aos objetivos e funções das áreas protegidas que deixam de ser exclusivamente áreas isoladas de qualquer atividade humana. Tal conceito é melhor entendido quando analisadas as correntes de pensamento do conservacionismo e do preservacionismo. Segundo nos esclarece McCormick (1992), Diegues (1994) e Araújo (2007), no campo teórico, no final do século XIX, nos Estados Unidos, consolidaram-se essas duas correntes distintas de proteção do “mundo natural”, que se tornaram relevantes também fora do país norte-americano.

Os preservacionistas buscavam estabelecer as áreas virgens, livres de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional; e os conservacionistas almejavam explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável (McCormick, 1992).

John Muir sintetizou a corrente preservacionista, que pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). As posições preservacionistas continuaram no início do século XX com os trabalhos

de Aldo Leopold, graduado em Ciências Florestais. Como professor em manejo de vida silvestre, a partir de 1933, na Universidade de Wisconsin, beneficiou-se dos avanços da ecologia como ciência, principalmente da noção de ecossistema, criada por Tansley em 1935. Em 1949 escreveu o livro *A Sand County Almanac*, que se tornou um dos livros mais importantes para os preservacionistas (Diegues, 1994).

Enquanto os preservacionistas falavam em “proteger” ou “preservar” o meio ambiente, o que implicava a exclusão de qualquer atividade que não fosse para recreação, outros estudiosos falavam de “conservação” ou de exploração sustentada de recursos tais como solo, florestas e águas. Uma das primeiras questões da conservação foi a proteção das florestas: a maneira como deveriam ser gerenciadas de modo a contribuir para a economia norte-americana, o que trouxe a público a divisão entre preservacionistas e conservacionistas.

Assim, conforme registra Milano (2002), com contradições e movimentos variados foram sendo estabelecidos os princípios da proteção da natureza, tendo como um de seus pilares de sustentação o estabelecimento de áreas naturais protegidas. O modelo americano de parques, baseado na corrente preservacionista, que se expandiu mais rapidamente pelo mundo, com a criação de espaços protegidos, cujo uso seria controlado pelo Poder Público, com uma perspectiva de antagonismo entre “homem” e “natureza”.

No Brasil este processo se deu de forma semelhante com a criação dos Parques Nacionais ainda na década de 1930, com o primeiro parque estabelecido – o Parque Nacional de Itatiaia. O enfoque originou conflitos em decorrência da presença de moradores nestas áreas, que deveriam ser removidos, já que sua presença era considerada incompatível com os objetivos de preservação.

As discussões sobre os distintos entendimentos sobre as funções das áreas protegidas ganham espaço com a realização de diversos congressos internacionais, nos quais aos poucos os conceitos e os instrumentos de gestão começam a tomar forma. Para traçar a evolução ocorrida na concepção e gestão das áreas protegidas, Phillips (2004) realizou uma análise dos temas escolhidos para as recomendações internacionais nos Congressos Mundiais de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizados em Seattle, 1962; Yellowstone, 1972; Bali, 1982 e Caracas, 1992, bem como os temas selecionados para o quinto congresso de Durban, em 2003.

A análise dos temas escolhidos para as recomendações revela, segundo Philipps (2004), como as ideias sobre as áreas protegidas mudaram bastan-

te em um curto espaço de tempo. O resultado é o aparecimento de um novo paradigma para as áreas protegidas que pode ser identificado pelas seguintes características:

- considerar uma escala mais ampla de planejamento, não mais manejadas como “ilhas”, mas desenvolvidas como “redes”;
- incorporar a participação de uma gama maior de atores, tanto no processo de criação como de gestão;
- ampliar a compreensão de área protegida e respectivas categorias, possibilitando incorporar áreas com moradores.

Ao ampliar a compreensão de área protegida, foi aberta a possibilidade de instituição destas unidades contemplando não só no ambiente rural mas também em áreas que apresentavam uso urbano.

Entretanto, prepondera até hoje na prática da gestão de áreas protegidas a lógica que considera incompatíveis usos do solo e mais ainda a existência de habitantes. São raros os estudos a respeito de áreas protegidas que abriguem áreas urbanas internas a seu perímetro, e não se sabe ao certo no que consiste a sustentabilidade dos recursos naturais que em tese estão previstas em áreas de proteção de Uso Sustentável (Granja, 2009).

DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA DE ANÁLISE

A institucionalização das Áreas de Proteção Ambiental no Brasil, especialmente nos espaços urbanos, foi analisada à luz das correntes de pensamento presentes quando do estabelecimento das normas legais, no caso o conservacionismo e o preservacionismo com objetivo de contextualizar seu instrumento legal de gestão, o Plano de Manejo que será a seguir tratado.

Com o objetivo de discutir a relação entre Plano de Manejo de APAs inseridas em áreas urbanas é necessário, ainda, fazer referência ao Plano Diretor que é o instrumento orientador do planejamento municipal conforme o Estatuto da Cidade – Lei Federal no 10.527/2001. Nele encontra-se definida a função social da propriedade estabelecida por meio de limites construtivos e os usos e atividades que podem ocorrer em diferentes áreas. O zoneamento de uso e ocupação do solo é o mais tradicional mecanismo de ordenamento do território urbano. Em relação à escala de abordagem pode ser de dois tipos: um macro-zoneamento que estabelece a qualificação do solo em rural, urbano ou de expansão urbana¹ e ou-

tro local, mais detalhado, que propõe os parâmetros de uso e ocupação do solo para cada zona.

Áreas Protegidas de Uso Sustentável e sua compatibilidade com atividades urbanas

A tramitação do Projeto de Lei do SNUC foi pautada por diversas discussões e embates, que acabaram por revelar posturas e interesses de grupos distintos na preservação da natureza.

De um lado os seguidores do preservacionismo a defenderem como principal estratégia para proteção dos recursos naturais a natureza livre de qualquer interferência humana. Para estes as Unidades de Conservação deveriam possuir proteção integral.

De outro, os socioambientalistas, que se baseiam, segundo Santilli (2005), no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só têm eficácia social e sustentabilidade política se incluem as comunidades locais e promovem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais. Assim, entende-se que pode haver a compatibilização entre a conservação da natureza e o uso dos recursos naturais, por meio de Unidades de Conservação caracterizadas pelo uso sustentável.

Compatibilizando essas visões o SNUC estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação em duas categorias: Unidades de Proteção Integral, nas quais o objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais; e Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Apesar dos esforços empreendidos, cumpre registrar que ainda permanecem imprecisões e sobreposições entre os dois tipos de Unidades o que transparece a permanência do embate entre os conceitos de preservação e conservação. Verifica-se isso na análise dos instrumentos definidos para gestão das Unidades.

São raros estudos brasileiros que tratam da conservação e do uso dos recursos naturais em unidades de conservação quando estão envolvidas demandas advindas das áreas urbanas existentes no interior ou nas imediações destas unidades. Existe sim um número razoável de análises que apontam os impactos, sejam sociais ou ambientais, dos usos em áreas protegidas, mas não estudos de compatibilidade de usos possíveis. (Granja, 2009).

proteção ambiental, refletindo a existência de unidades de proteção integral de grandes dimensões.

¹ Alguns macrozoneamentos também estabelecem zonas de

Assim, se pode concluir que nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável ainda há um longo caminho a trilhar no sentido de ser definido “o que pode ser utilizado, quem pode utilizá-lo e quanta utilização é sustentável”, considerando, inclusive, a diversidade de situações dentro de uma mesma categoria.

As APAs foram concebidas como áreas de Uso Sustentável?

A categoria APA² foi instituída inicialmente pela Lei Federal n.º 6.902, de 27 de abril de 1981, que estabeleceu objetivos bastante genéricos como o “bem-estar das populações humanas” e “conservar ou melhorar as condições ecológicas locais”. A referida lei previu ainda que nas APAs seriam estabelecidas normas, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, limitando ou proibindo:

- a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando tais iniciativas implicarem sensível alteração das condições ecológicas locais;
- o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional.

Ao analisar esse dispositivo Côrte (1997) registra que o reduzido número de restrições pode ter sido consequência da estratégia para uma tramitação mais ágil do projeto de lei, pois devido ao pioneirismo da matéria os dispositivos referentes às APAs foram reduzidos ao mínimo. A autora registra, ainda, que a proibição para realização de obras de terraplenagem não deveria constar da legislação, já que nas APAs não se proíbe a ocupação urbana, salvo quando previstas no respectivo zoneamento e, portanto, tais obras seriam inerentes a este tipo de ocupação.

De acordo com Ibama (1999), o grande empecilho para a aprovação da lei era a restrição à implantação de loteamentos, que a redação original continha. No entanto, uma alteração da redação retirou a referência de proibição explícita aos loteamentos, mas

incluiu determinadas restrições, tais como “proibição de qualquer movimentação de terra que cause erosão, assoreamento e alteração das condições ecológicas locais”, possibilitando a aprovação da lei e deixando uma herança de embates para sua gestão.

Pode ser constatado, portanto, que a APA já nasceu conflituosa no que se refere ao tratamento a ser dado às áreas urbanas. A presença destas foi admitida em tese, mas negada na prática, por meio de diretrizes que inviabilizariam tal ocupação.

Pelo Decreto n.º 88.351/1983, o Conama estabeleceu normas relativas às Estações Ecológicas, Reservas Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico – ARIE e APAs. No referido decreto, existe um capítulo específico sobre as APAs, determinando que para sua criação sejam estabelecidos a denominação, os limites geográficos, os principais objetivos e as proibições e as restrições de uso dos recursos ambientais nela contidas.

De acordo com Côrte (1997), ao dar espaço para que o Decreto de criação da APA proibisse ou restringisse os usos considerados inadequados, foi suprida a lacuna existente na Lei n.º 6.902/81, comentada anteriormente. Já para Röpper (2001) este decreto aumentou a confusão, já que não esclareceu se as restrições seriam aquelas já previstas na Lei n.º 6.902/81 ou se é possível definir restrições adicionais ou até flexibilizá-las.

Posteriormente a Resolução do Conama n.º 11, de 03 de dezembro de 1987 veio representar um fortalecimento da visão preservacionista estabelecendo a obrigação das APAs de contarem com zonas de vida silvestre e os corredores ecológicos. Detalhou ainda as características que deveriam possuir estas zonas; até mesmo definiu diretrizes para a mencionada zona de vida silvestre e para os corredores ecológicos.

A Resolução do Conama n.º 10, de 14 de dezembro de 1988, veio ratificar a definição de APA como uma unidade de conservação destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais existentes, mantendo a abrangência do objetivo: “melhorar a qualidade de vida da população local”. Não se sabe se o objetivo era voltado a habitantes urbanos e rurais ou população no sentido amplo de meio biótico.

A citada Resolução definiu a obrigatoriedade de realização de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para essas unidades, onde deveriam contar as normas de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agro-pastoris, extrativistas, culturais e outras. A Resolução estabeleceu também que:

- todas as APAs deverão ter uma zona de vida silvestre, onde será proibido ou regulado o

² A presente discussão pode ser melhor entendida se consultado a dissertação de Mestrado de GRANJA, L. V. C. Brasília, 2009.

- uso dos sistemas naturais;
- as reservas ecológicas e outras áreas com proteção legal equivalente constituirão as zonas de preservação da vida silvestre, onde serão proibidas as atividades que impliquem a alteração antrópica da biota;
- serão consideradas como zona de conservação da vida silvestre as áreas nas quais poderá ser admitido um uso moderado e autossustentado da biota, regulado de modo a assegurar a manutenção dos ecossistemas naturais;
- nas APAs onde existam ou possam existir atividades agrícolas ou pecuárias haverá zona de uso agropecuário, onde serão proibidos ou regulados os usos ou práticas capazes de causar sensível degradação do meio ambiente, bem como não será admitida a utilização de agrotóxicos e outros biocidas que ofereçam riscos na sua utilização, inclusive no que se refere ao seu poder residual. O cultivo de terra será feito com práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão agrícola, não sendo admitido o pastoreio excessivo, capaz de acelerar os processos de erosão;
- não serão permitidas atividades de terraplenagem, mineração, dragagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para pessoas ou para a biota. Entretanto, tais atividades quando exercidas num raio mínimo de mil metros no entorno de cavernas, corredeiras, cachoeiras, monumentos naturais, testemunhos geológicos e outras situações semelhantes, dependerão de prévia aprovação de estudos de impacto ambiental e de licenciamento especial pela entidade administradora da APA;
- qualquer atividade industrial potencialmente capaz de causar poluição, além da licença ambiental, deverá providenciar uma licença especial emitida pela entidade administradora da APA;
- nenhum projeto de urbanização poderá ser implantado numa APA sem a prévia autorização de sua entidade administradora, que exigirá: a) adequação com o zoneamento ecológico-econômico da área; b) implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos; c) sistema de vias públicas sempre que possível e curvas de nível e rampas suaves com galerias de águas pluviais; d) lotes de tamanho mínimo suficiente para o plantio de árvores

em pelo menos 20% da área do terreno; e) programação de plantio de áreas verdes com uso de espécies nativas; f) traçado de ruas e lotes comercializáveis com respeito à topografia com inclinação inferior a 10%.

- os loteamentos rurais deverão ser previamente aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela entidade administradora das APAs, que poderá exigir que a área destinada à reserva legal de cada parcela fique concentrada num só lugar, sob a forma de condomínio formado pelos proprietários dos lotes.

As categorias de zonas estabelecidas pela Resolução/Conama nº 10/88 se pautavam pelas categorias em uso no zoneamento de parques nacionais (Röpfer, 2001), o que significa pouca adequação à categoria das APAs. Pode ser observado também que, mesmo quando existe referência a uso do solo, o mesmo possui a lógica rural, havendo a previsão apenas de zonas ambientais e agropecuárias, em que pese haver a referência ao projeto de urbanização que poderia ocorrer na área.

Assim, no âmbito dessa Resolução podem ser constatadas incoerências quanto ao tratamento dado às áreas urbanas nos seguintes termos: a) ratifica a proibição para atividades de terraplenagem, mas estabelece diretrizes para a implantação de projetos de urbanização; b) inclui exigência para previsão de sistema de vias públicas sem se ater ao fato de que o mesmo acarretaria a realização de obras de terraplenagem para o preparo do terreno. O Decreto nº 88.421/88 foi substituído pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, que não alterou o seu conteúdo, agindo apenas no sentido de atualizá-lo diante das mudanças institucionais, notadamente no que se refere à estrutura do Sisnama.

No que se refere a instrumentos de gestão a que as APAs são sujeitas, o SNUC estabelece a necessidade de um Plano de Manejo e não altera a norma que exige o ZEE como apresentado anteriormente. Claramente é de se observar que se foram somando dificuldades para uma efetiva gestão das APAs, especialmente as de caráter urbano.

Existe, portanto, um histórico de dispositivos que se sobrepõem e apresentam incoerências, prevalecendo o enfoque ecológico sobre o da sustentabilidade para lidar com a gestão de Áreas de Uso Sustentável e de grande atividade antrópica como as APAs urbanas.

O Plano de Manejo de uma unidade de conservação define como ocorrerá a utilização dos recursos naturais, indicando as atividades e ações que devem ser realizadas no interior da unidade. Envolve um zo-

neamento que define o tipo e o grau de ocupação e uso do solo, tendo em vista a capacidade de suporte dos recursos naturais.

Gestão ou Manejo de Áreas de Proteção Ambiental?

Os termos “manejo” e “gestão” têm sido utilizados para designar atitudes similares em diferentes categorias de Unidades de Conservação. O primeiro é usado para designar as atividades e ações que podem e devem acontecer em Unidades de Conservação de Uso Indireto³, cujas terras estão sob o domínio do poder público e onde o uso é bastante restrito. Por sua vez, o termo “gestão” tem sido usado para designar o ato de gerir as Unidades de Conservação de Uso Sustentável⁴, ou seja, aquelas que, mesmo permanecendo nas mãos dos seus proprietários, são submetidas a restrições de uso.

Entretanto, o SNUC no inciso VIII do artigo 2º define “manejo” como “todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas”, por outro lado, da mesma lei utiliza o termo “gestão”, como atividade atrelada à criação e implantação das Unidades de Conservação. O artigo 27 reza que o Plano de Manejo deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. O artigo 28 estabelece que sejam proibidas, nas Unidades de Conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Por que o tema é importante para entender os conflitos que dele podem decorrer no disciplinamento do solo urbano?

Segundo Araújo (2007) o termo “manejo de Unidades de Conservação” está consagrado em toda a América Latina, relacionando-se principalmente à manipulação dos recursos naturais, como manejo de fauna, manejo florestal, manejo de solo, entre outros. Ocorre que no gerenciamento de uma Unidade de Conservação de uso sustentável são realizadas diversas atividades que vão além do manejo de recursos naturais. Assim, o mais apropriado, segundo o autor, seria a utilização do conceito de gestão dessas unidades, termo mais amplo que engloba tanto as atividades

de manejo dos recursos naturais quanto regulação de impacto dos demais usos entendidos como possíveis.

Guapyassú (2000) ressalta que, muitas vezes, os Planos de Manejo e Zoneamentos de Unidades de Uso Sustentável são calcados em premissas estritamente preservacionistas e não em princípios conservacionistas.

As áreas protegidas no Zoneamento do Plano Diretor Urbano

Uma questão que emerge da gestão de APAs urbanas localizadas em cidades com mais de vinte mil habitantes é a sobreposição do zoneamento de seu Plano de Manejo com o zoneamento do Plano Diretor para a zona na qual a APA esta inserida. O tema dá origem a discussões acerca da prevalência de um ou outro instrumento no disciplinamento do uso do solo na área em questão.

Cabe uma breve revisão sobre os vários tipos de zoneamento, que, possuindo conceitos jurídicos e técnicos diferentes, visam a delimitar geograficamente áreas territoriais com o objetivo de estabelecer regimes especiais de uso do solo pelo proprietário. O solo passa a não poder ser utilizado da maneira que convier ao proprietário, mas sim da forma que respeite os interesses coletivos como a função social e/ou conservação do meio ambiente.

Historicamente, as políticas urbanas no Brasil têm estabelecido o ordenamento territorial normatizando a utilização do município em áreas urbanas e rurais por meio do zoneamento de uso e ocupação do solo. Este zoneamento baseia-se, de modo geral, em critérios urbanísticos e recentemente passou a incorporar critérios de cunho ambiental. Teve suas primeiras propostas disseminadas na Europa e, em especial, nos Estados Unidos, quando passou a ser o “carro-chefe” do movimento de planejamento urbano em quase todo o mundo.

O Estatuto da Cidade indica o Zoneamento Ambiental como instrumento de planejamento municipal, o que permite a incorporação de princípios de utilização sustentável dos recursos ambientais na elaboração do Plano Diretor o que levaria a pressupor que o mesmo zoneamento ambiental subsidiasse tanto o zoneamento de uso e ocupação do solo, parte do Plano Diretor, quanto o zoneamento de Planos de Manejo de APAs ou outras Unidades de Conservação de uso sustentável inseridas em área urbana.

O zoneamento ambiental surgiu no Brasil a partir dos anos 1970, com um enfoque normativo, restritivo, voltado para a proteção do meio ambiente contra impactos negativos do crescimento econômico, onde se dividia o território em parcelas nas quais se autori-

3 Designação dada às Unidades de Proteção Integral antes da aprovação do SNUC.

4 Designação dada às Unidades de Uso Sustentável antes da aprovação do SNUC.

zavam ou não as atividades (Guapyassú, 2003). Definido como um dos instrumentos da Política Ambiental, houve poucos avanços quanto a elaboração e normatização de zoneamentos de caracterização dos recursos ambientais do território brasileiro, tendo sido mais utilizados para Unidades de Conservação após o advento no SNUC, onde tem prevalecido a abordagem preservacionista.

Entretanto, a visão conservacionista deveria nortear um zoneamento ambiental de uma área com características urbanas sendo este o caráter do zoneamento que prevê o Estatuto da Cidade e que também deveria ser o fundamento do zoneamento das APAs.

Sua natureza diria respeito a harmonizar os modos de apropriação do espaço e a capacidade estrutural dos geossistemas de suportar e absorver os efeitos dos diferentes usos para que não resultem em instabilidade do ambiente, em formas de degradação, poluição ou mesmo em escassez de recursos naturais, que provocam sérias consequências adversas aos ecossistemas, reduzindo a resiliência dos mesmos. Por meio da identificação das suscetibilidades (vocações) e restrições (fragilidades) ambientais, o zoneamento ambiental pressupõe o conhecimento dos atributos naturais no sentido de caracterizá-los e diagnosticá-los, permitindo a planificação dos espaços e seus respectivos usos e ocupação (Cabral, 2005).

Em síntese, o zoneamento ambiental não define zonas de uso e ocupação do solo e sim suscetibilidades e fragilidades ambientais frente à pressões que por ventura ocorram. Entretanto, o zoneamento ambiental do Estatuto da Cidade não possui definição de seu caráter e não está claramente definido como um passo necessário na elaboração do Plano Diretor, o que constitui uma fragilidade quando avaliada da consideração da dimensão ambiental em tais Planos. Esta é uma constatação de pesquisa realizada pelo Ministério das Cidades em 2011 com análise de trezentos Planos Diretores em diversas cidades brasileiras, todos elaborados após a edição do Estatuto.

Visando a avançar sobre o entendimento de qual Zoneamento Ambiental está se referindo o Estatuto da Cidade, o tema foi objeto de análise por Batistella (2007) quando foi apontado que o Zoneamento Ambiental mencionado pelo Estatuto da Cidade pode ser entendido como sendo o ZEE, já que existe definição legal clara neste sentido, o que não implicaria nova normatização e muito menos realização de dois zoneamentos – o que só faria aumentar o nível de sobreposição dos estudos sobre um mesmo território e, por conseguinte, o grau de conflito em suas implementações.

Com a edição do Decreto nº 4.297/02, o ZEE

foi definido como instrumento estratégico de organização do território, com o objetivo de subsidiar as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas e projetos que utilizem recursos naturais. Del Prette (2006) esclarece que o ZEE é um instrumento mais abrangente e geral que os zoneamentos setoriais e tem o papel de orientar as ações de comando e controle, com vistas à proteção ambiental, assim como subsidiar a adoção de instrumentos econômicos que propiciem um novo padrão de financiamento, fortalecer as negociações sobre conflitos socioambientais e estabelecer um novo pacto de uso.

O ZEE, como disciplinado em norma legal, possui o caráter de macroplanejamento e pode subsidiar o Plano Diretor em suas definições na esfera municipal de forma transitória – como é o caráter do Plano Diretor, que deve ser revisto periodicamente.

RESULTADOS

O zoneamento do Plano de Manejo tem sido entendido pela comunidade ambientalista como o que deve prevalecer para todo tipo de APAs, estando as mesmas em áreas urbanas ou não. O fato gera conflito por sobreposição e natureza de abordagem com o zoneamento de uso e ocupação do solo previsto no Plano Diretor, acarretando duplo comando no disciplinamento do solo com prejuízo para a dinâmica socioeconômica existente nas áreas urbanas.

Destacando as contradições, verifica-se que a Resolução Conama nº 10/88 define o ZEE como o instrumento que deve dispor sobre as normas das APAs, e a lei do SNUC veio a ser o Plano de Manejo. O Decreto nº 4.297 de 2002, por sua vez, regulamenta o Zoneamento Ambiental previsto na Lei nº 6.938 de 1981 como sendo o ZEE; e o Estatuto da Cidade contempla o Zoneamento Ambiental como instrumento de apoio ao planejamento municipal sem dizer qual o caráter deste zoneamento.

Mesmo diante do entendimento de que o mencionado Zoneamento Ambiental do Estatuto da Cidade poderia ser o ZEE do município, o Estatuto carece de uma regulamentação específica no sentido de a avaliação dos aspectos dos meios físicos e bióticos serem incorporados ao Plano Diretor municipal, de maneira a introduzir de forma percussora a sensibilidade ambiental do território na consideração das áreas a serem urbanizadas.

Outro destaque fica por conta da prática ter demonstrado que tanto os zoneamentos oriundos dos Planos de Manejo como o zoneamento advindo do Plano Diretor têm se valido de categorias de uso do

solo para expressar suas recomendações e restrições. Se observados os respectivos objetivos, é possível vislumbrar que, enquanto o zoneamento do Plano de Manejo⁵, instrumento da política ambiental, deveria se ater aos aspectos de fragilidades e potencialidades de uso do território, em decorrência da sensibilidade a danos ambientais, o zoneamento do Plano Diretor deveria expressar os usos do solo em resposta às necessidades de determinado momento da formação socioeconômica da cidade. Este ponto nos parece essencial para evitar sobreposições e criar interfaces capazes de promover a incorporação da dimensão ambiental nas políticas urbanas.

Assim entendido, seria possível a convivência harmônica entre os instrumentos das duas políticas, pois seriam complementares, com o zoneamento ambiental subsidiando o zoneamento de uso do solo previsto no Plano Diretor.

Em que pese a tradição de que os instrumentos urbanos e ambientais sejam conduzidos de maneira isolada, entende-se que a conciliação entre estes instrumentos é o caminho mais indicado e que a análise procedida indica uma possível aproximação entre as suas abordagens, o que pode contribuir para minimizar a incidência de embates entre esses instrumentos. Clarificar os objetivos de cada um dos instrumentos num plano legal, tendo em conta o objetivo de seu estabelecimento no âmbito da política pública correspondente, contribuiria ainda para a promoção da desejada gestão ambiental urbana resultante da integração de instrumentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ambiguidades da legislação em relação à gestão das APAs, ora tratadas como espaços de preservação, ora, de conservação, podem explicar parte dos conflitos entre os zoneamentos dos planos diretores urbanos e dos planos de manejo das APAs urbanas. Em tese, ambos deveriam estar consolidados em um único zoneamento – o do Plano Diretor, elaborado com base no ZEE.

1. A categoria de Unidade de Conservação APA foi criada sob intenso conflito entre as correntes preservacionista e conservacionista, especialmente no que se refere ao tratamento dado às áreas urbanas. Verifica-se que estas foram admitidas em tese, mas os instrumentos de gestão e diretrizes estabelecidos para

ela inviabilizam sua efetiva existência.

2. A instituição de APAs em áreas urbanas ou de influência urbana não tem a capacidade de substituir os instrumentos de desenvolvimento urbano e ordenamento territorial e, assim, o diálogo com estes instrumentos deve ser constante e ter início desde o momento de criação.
3. Conclui-se afirmando que as APAs podem se constituir em valioso instrumento tanto para a conservação dos recursos naturais como para a sustentabilidade urbana. Os espaços naturais irão conviver cada vez mais com espaços urbanizados. Aprimorar os instrumentos de disciplinamento de uso e ocupação do solo que conciliem aspectos urbanos e ambientais deve ser considerado prioridade para uma concreta aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Marcos Antonio Reis. Unidades de Conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.
- BATISTELA, Tatiana Sancevero. O Zoneamento Ambiental e o desafio da construção da gestão ambiental urbana. Tese de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília. 2007.
- CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião; SOUZA, Marcelo Pereira. Área de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas. São Carlos: RIMA, 2005. 158p.
- BEZERRA, Maria do Carmo L. & RIBAS, Otto T. “Política de preservação e desenvolvimento urbano no Brasil: dicotomias e similaridades conceituais”, In: Oculum Ensaios, n. 15, PUC-Campinas, 2012
- CÔRTE, Dione Angélica de Araújo. Planejamento e gestão de APAs: enfoque institucional. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997. 106p.
- DEL PRETTE, Marcos Estevan. “Metodologias de zoneamento: controvérsias sobre o ecológico e o econômico”. In: STEINBERGER, Marília (org). Território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006. 408p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB – USP, 1994.
- GUAPYASSÚ. Sandra Maria dos Santos (editora). Gerenciamento de áreas de proteção ambiental

⁵ Aqui nos referimos ao que hoje estabelece a legislação em que pese a discussão deste artigo sobre a inadequação do termo “manejo” para Unidades de Uso Sustentável.

- no Brasil. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003. 144p.
- GRANJA, Leda V. A, Carvalho, O papel das Areas de Proteção Ambiental - APAs na Conservação dos Recursos Naturais em Áreas Urbanas. dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Roteiro Metodológico para gestão de área de proteção ambiental. Brasília, 1999.
- McCORMICK, John. Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume – Dumará. 1992.
- MILANO, Miguel Serediuk. “Por que existem as Unidades de Conservação?”. In: _____ (org.) Unidades de Conservação: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.
- PHILLIPS, Adrian. “The history of the international system of protected area management categories”. In: Parks. v. 14, n. 3, p. 4-14. 2004.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas / Orlando Alves dos Santos Junior, Daniel Todtmann Montandon (orgs.). – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.
- RIBAS, Otto. A sustentabilidade das cidades: os instrumentos da gestão urbana e a construção da qualidade ambiental. Tese de doutorado, CDS/UnB, Brasília, 2003.
- RÖPER, Monika. A Área de Proteção Ambiental brasileira: “instrumento demagógico” ou palco de experiências inovadoras?, 2001. Disponível em <<http://www.participando.com.br/>>. Acesso em 22/07/2007.
- SEIFFERT, Mary Elizabete Bernardini. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007.
- STEINBERGER, Marília; AMADO, Theodolina Moreira. “O espaço urbano no zoneamento ecológico-econômico: esboço metodológico”. In: STEINBERGER, Marília (org). Território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006. 408p.
- VULCANIS, Andréa. “Aspectos legais das áreas de proteção ambiental: conceito legal, Plano de Manejo, zonas de amortecimento, conselho, limitações à propriedade e indenização”. In: GUA-PYASSÚ, Sandra Maria dos Santos (editora). Gerenciamento de áreas de proteção ambiental no Brasil. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003. 144p.
- URBAN, Teresa. Saudade do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998. ■

Jessica Mara Raul

Mulheres negras, movimentos sociais e direito à cidade

uma perspectiva para as políticas públicas

Resumo

A partir da reflexão sobre o lugar das mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro, em um contexto de profundas transformações no espaço urbano e seu novo status de mercadoria no sistema mundial, pretende-se demonstrar que as demandas da classe dominante irão sobrepujar as estratégias de sobrevivência das classes trabalhadoras através de mecanismos capazes de afastar cada vez mais a população pobre, em sua grande maioria negros, das áreas valorizadas da cidade. Pesquisas que se apoiam na natureza interseccional das opressões de raça, classe e gênero demonstram que as mulheres negras acumulam desvantagens e vulnerabilidades. A partir desta reflexão procurei compreender suas consequências para as famílias chefiadas por mulheres negras e problematizar a necessidade de se pensar políticas específicas para esta parcela da população que lhes garanta o direito à cidade e, conseqüentemente, à cidadania.

Palavras-chave: Mulher negra; Especulação imobiliária; Direito à cidade; Políticas públicas.

Abstract

From the reflection on the place of black women in the city of Rio de Janeiro, in a context of deep transformations in the urban space and its new commodity status in the world system, we intend to demonstrate that the demands of the ruling class will overcome the survival strategies of the working classes through mechanisms capable of removing more and more poor people, mostly blacks, from the valued areas of the city. Researches that lean on the intersectional nature of racial, class and gender oppression showed that black women accumulate disadvantages and vulnerabilities. From this reflection, we will seek to understand its consequences for families headed by black women and problematize the need to think specific policies for this part of the population that guarantees the right to the city and thus to citizenship.

Keywords: Black woman; Real state speculation; Right to the city; Public policies.

Jessica Mara Raul

é graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestranda em Relações Étnico-Raciais no CEFET/RJ.

jraul.prof@gmail.com

INTRODUÇÃO

A primeira grande remoção no Rio (a derrubada dos cortiços) foi um marco no que diz respeito à segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro e teve como saldo a transferência da população pobre para os morros, charcos e áreas no entorno da capital, liberando, a partir deste momento, áreas bem localizadas e já integradas à malha urbana. O espaço, antes desvalorizado, foi liberado em função de interesses hegemônicos.

Para Andreilino Campos, historicamente, os grupos dominantes produziram a “estigmatização do espaço” apropriado pelas classes trabalhadoras. A favela, segundo ele, surge como resultado de fatos delimitados espacial e temporalmente sem, no entanto, estar contextualizada em um processo social. O autor sugere que, para compreender a favela, uma das possibilidades é trabalhar com a ideia de um espaço transmutado, do quilombo à favela (Campos, 2007, 63).

Nesta perspectiva, cabe pensar que a senzala, o quilombo, os cortiços e as favelas foram e são alvos de ações diferentes ao longo dos séculos e refletem a mesma necessidade dos senhores de escravos: a manutenção de hierarquias estabelecidas historicamente na sociedade brasileira, que tem no critério da cor da pele seu fator estruturante através do racismo¹ e sua divisão racial do trabalho.

O autor nos fala que a favela, ainda hoje, está umbilicalmente ligada à questão do risco, e que a cada momento as classes dominantes criam um discurso que dê sustentação às suas práticas socioespaciais, baseando-se quase sempre nos ideários discriminatórios e segregacionistas. O autor aponta que:

A questão da higiene foi fundamental para justificar a construção capitalista no espaço do Rio de Janeiro, colocando-se, em nome do bem comum (quase de todos), a necessidade de afastar da área central grande parte dos cortiços que abrigavam os negros egressos da escravidão e, em menor proporção, os outros segmentos sociais. Posteriormente entrou em cena o “risco” ambiental, quando foram removidas (desconstruídas) centenas de favelas. Atualmente, vê-se a sociedade buscar soluções contra o “risco” da segurança pública, principalmente no que tange ao tráfico de varejo. Qualquer dessas situações implica a intervenção do Estado no espaço favelado, seja de maneira “cirúrgica”, seja removendo as favelas como uma “doença urbana”, seja promovendo programas de urbanização com custos sociais muito altos, procurando assim contemporizar com as ações políticas das classes dominantes (Campos, 2007, 71-72).

O processo de formação da classe trabalhadora do Rio de Janeiro está ligado à integração do Brasil ao sistema mundial e a isso corresponde a necessidade de modernizar a cidade, sobretudo a capital federal, e colocá-la digna dos padrões europeus da *Belle Époque*. A adequação do espaço urbano às necessidades do capital redefiniu os usos do solo, que se concretizou com a derrubada dos cortiços e a expulsão das populações pobres da área central da cidade, processo que se deu com a justificativa do discurso higienista que a colou como uma questão de saúde pública.

Este processo foi o ponto inicial das ocupações que foram combatidas ao longo do último século XX: as favelas. Já na época das reformas urbanísticas do prefeito Pereira Passos, Sidney Chalhoub nos fala que um aspecto fundamental da vida cotidiana do pobre urbano da cidade do Rio de Janeiro era o problema da moradia (Chalhoub, 2001, 187). Aos negros e negras era cerceada a oportunidade de atuar no mercado de trabalho, e a Lei de Terras de 1850 foi um obstáculo ao seu acesso à propriedade da terra. Segundo Paixão, apoiado em Hardman e Leonard, em 1915, 85% da força de trabalho empregadas na indústria na cidade de São Paulo eram formadas por estrangeiros (Paixão, 2005, 39).

Além disso, existem fatores de gênero que incidem com maior peso na vida das mulheres, tornando-as mais vulneráveis com relação à pobreza. Para Melo (2005), apesar do progresso na redução das desigualdades de gênero, ainda permanecem substanciais diferenças entre os sexos, agravadas pela questão racial, fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto feminino negro.

Para Ratts (2013), os espaços privados e públicos são vividos diferencial e desigualmente por homens e mulheres, por negros e brancos. Barreto e Santos nos falam que apenas em 2004 a divulgação de dados desta natureza passou a dar visibilidade às desigualdades raciais e de gênero, questão esta que historicamente a sociedade brasileira resistiu a incluir na sua agenda. As autoras completam dizendo que as análises e pesquisas que se apoiam na dimensão de raça/gênero demonstram que não há dúvida de que as mulheres negras são aquelas que, acumulando desvantagens e vulnerabilidades, encontram-se na base da pirâmide social (Barreto e Santos, 2007, 2).

Assim, a partir dos espaços segregados da cidade, podemos articular gênero, raça e classe e tentar compreender como o machismo, o sexismo e o racismo, ao hierarquizar os indivíduos segundo atributos físicos, são determinantes na formação sócio-histórica, com consequências na configuração socioespacial e notar que tais fenômenos estão na base das desigualdades que se expressam no espaço urbano.

¹ Enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas (GONZALEZ, 1984, 3).

A vida nas cidades depende fundamentalmente do acesso à moradia adequada². As desigualdades refletem-se na forma de apropriação do espaço urbano por se tratar do resultado da produção capitalista sendo, portanto, objeto de disputas econômicas. Nessa disputa, travada pelos diversos segmentos, as camadas populares acabam em grande desvantagem, sendo as mulheres negras historicamente o grupo mais prejudicado.

Raquel Rolnik, em texto sobre o direito das mulheres à moradia, lembra que a dinâmica das desigualdades de gênero verifica-se em todas as dimensões da vida humana e com relação à moradia não é diferente. Para ela, a não realização deste direito ou a sua violação tem consequências específicas que não se verificam da mesma forma para os homens, sendo primordial para a superação das desigualdades entre homens e mulheres, o que, tradicionalmente, não é levado em consideração pelos governos na formulação das leis, políticas públicas e execução de projetos. A autora entende a garantia do direito à moradia adequada às mulheres como de fundamental importância para a realização de suas atividades cotidianas, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para a efetivação de outros direitos (Rolnik, 2012, 4-5).

Em contexto de profundas transformações no espaço urbano, essas ponderações têm grande relevância para pensarmos o lugar das mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro, que historicamente sofre com o problema da especulação imobiliária e o considerável aumento do custo de vida nos últimos anos.

Para iniciarmos o debate a respeito da cidade do Rio de Janeiro e os diversos aspectos da vida de seus habitantes a partir de uma nova visão de planejamento urbano, gostaria de trazer aqui as reflexões de Fernanda Sánchez sobre a existência de um mercado mundial de cidades, junto a uma estratégia comum de políticas urbanas, voltada para a venda de cidades. A autora nos fala que a partir da década de 1990, alguns governos locais, junto a agentes econômicos privados, passaram a vender as cidades de modo semelhante, o que, segundo ela, sugere que o espaço das cidades se realiza agora como mercadoria específica.

2 Em cartilha sobre o direito à moradia, a Relatora Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik, conceitua moradia adequada como algo que deve ser entendido no seu sentido amplo, não se limitando apenas à própria casa e que, tanto no meio urbano como no rural, deve incluir sete elementos: segurança da posse; habitabilidade; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; custo acessível.

Essa transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge um novo patamar, produto de desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual. A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo: a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcançaria cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial, evidencia a produção global do espaço social (Sánchez, 2001, 246).

A autora nos mostra que a construção da cidade-mercadoria organiza-se através da construção da imagem para vendê-la, de modo a inseri-la no mercado. Assim, segundo a autora, são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e discursos referentes a ela, que têm a mídia e as políticas de *city marketing* como instrumentos de difusão e informação.

Se passarmos a entender a cidade do Rio de Janeiro nessa perspectiva, compreenderemos melhor o papel das políticas direcionadas às favelas, principalmente a partir de 2007. Uma política que não vê mais a favela como algo a ser removido, mas positivado. A partir das Unidades de Polícia Pacificadora, elas se tornariam seguras para os turistas e seus moradores, passando, inclusive, a fazer parte do roteiro turístico da cidade.

Assim, atualmente vêm sendo desenvolvidas negociações em torno de uma representação simbólica das favelas, que devem ser preservadas em suas formas urbanas singulares da paisagem carioca, elaboradas enquanto recanto da autenticidade brasileira e destino turístico, mas desconstruídas enquanto territórios violentos de onde vinham as terríveis balas perdidas. Daí resulta a necessidade da mídia de tratar a favela por um viés diferente daquele que foi dado nas últimas duas décadas.

Se antes ela era vista como um corpo à parte da cidade, hoje se mostra a favela como algo excêntrico, mas inerente à cidade, passando inclusive a compor um de seus vários destinos turísticos, tornando-se parte constitutiva da imagem estereotípica do “pacote Brasil” (Medeiros, Menezes e Vilarouca, 2012, 183).

A imagem das favelas enquanto recantos exóticos da Cidade Maravilhosa representa grande perigo para as populações faveladas residentes nas áreas nobres da cidade. Segundo o dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2013), as violações ao direito à moradia no Rio de Janeiro sob a justificativa dos megaeventos esportivos persistem e tendem a se agravar

com a realização dos jogos internacionais³. Para o Comitê, a dinâmica das remoções no Rio de Janeiro, empreendimentos para habitação de interesse social e sua localização preferencial na periferia urbana reforçam que se trata de uma política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios. Ainda segundo o Dossiê, cerca de três mil famílias já foram removidas e oito mil estão ameaçadas de remoção, cuja justificativa, na maioria das vezes, remete às obras de infraestrutura para os megaeventos.

Enquanto a propaganda da Copa do Mundo tenta unificar a nação brasileira sob a bandeira da ‘religião nacional’ do futebol, essa união nacional reforçada é constituída pelas mesmas forças do racismo e da desigualdade de gênero que continuam a separar o Brasil (Creary, 2014).

A partir da perspectiva estabelecida, surge um questionamento sobre os impactos dessas remoções na vida das mulheres faveladas – majoritariamente negras – da cidade. Historicamente as mulheres negras estão no mundo do trabalho e, segundo Sidney Chalhoub, isso é fator de peso na estratégia de sobrevivência das pessoas. O autor destaca também as redes de solidariedade e ajuda mútua como um aspecto fundamental para o pobre urbano em questão (Chalhoub, 2001, 176). Ao analisar o início do capitalismo na cidade do Rio de Janeiro, o autor verifica vários aspectos da vida dos trabalhadores no início do século XX e nos diz que, apesar de encontrarmos algumas mulheres trabalhando em casas de comércio ou como operárias, o serviço doméstico era o principal nicho ocupacional das mulheres pobres.

Ao se basear no Censo 1906, o autor verifica que o trabalho remunerado da mulher pobre, portanto, era, em geral, uma extensão das suas funções domésticas, sendo realizado dentro de sua própria casa ou na casa da família que a empregava e, apesar de essas tarefas serem em geral mal remuneradas, ele nos mostra que muitas mulheres conseguiam viver exclusivamente daquilo que conseguiam obter com seu trabalho. O ato de desempenhar atividades remuneradas, mesmo que intermitentes em muitos casos, era parte da experiência real da vida dessas mulheres. A facilidade com que conseguiam trabalho as colocava em posição de relativa independência em relação ao seu homem (Idem, 204), embora esta independência não garantisse imunidade aos mais variados tipos de

violência.

A cidade, portanto, coloca-se como um imperativo para essas mulheres e é em determinado território que elas construíram, ao longo do tempo, os seus laços de solidariedade estabelecidos entre vizinhos, comadres etc., que lhes possibilitaram, e a seus filhos, a sobrevivência. Rogério Haesbaert sugere que o território é produto e produtor de identidades em que o território seria o ter ou o ser do grupo social. Para ele:

Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território (Haesbaert, 2007, 178, grifo do autor).

O autor parte da perspectiva segundo a qual as identidades se situam frente ou num espaço simbólico, social e historicamente produzido. Se pensarmos a família negra como algo que extrapola os laços de consanguinidade, estratégicos para a sobrevivência de grupos negligenciados pelo poder público, teremos uma perspectiva que põe a nu a dimensão desestruturante das remoções.

Para uma população que já sofre com a falta de estrutura dos seus locais de moradia, a perda dos laços afetivos e de solidariedade só agravaria seu estado de vulnerabilidade, podendo inclusive ser fator de diminuição da qualidade de vida dessas famílias e se tornando fator impeditivo para ascensão social desses grupos.

Quando verificamos a luta das mulheres brasileiras, temos a dimensão de sua importância para o processo que culminou na reabertura nos anos 1980 e para os ganhos sociais a partir da redemocratização, sendo o movimento de mulheres brasileiras um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional (Carneiro, 2003, 117). Gostaria de trazer as palavras de Lélia Gonzalez, ao destacar a atuação das mulheres negras com pouca ou nenhuma voz na cena política nacional. No que diz respeito à luta pela vida, compreendida na resistência cotidiana,

... é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a suas irmãs mais afortunadas o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas, sobretudo porque, como na

3 Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016.

dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (Gonzalez, 1982, 104).

A população favelada do Rio de Janeiro resiste desde que a favela foi considerada oficialmente como um problema a ser resolvido, no início do século XX. A atuação e a força adquiridas pelas entidades representativas organizadas pelos trabalhadores favelados foram dois dos principais elementos para quebrar o impulso remocionista. Se temos, ainda hoje, famílias de baixa renda convivendo em espaços consagrados à classe média, em muito isto se deve à força que teve o movimento contra as remoções das populações faveladas.

Para Amoroso e Gonçalves (2014), a reflexão sobre o golpe militar e as políticas em relação às favelas se revela extremamente atual. Eles nos falam que apesar de cinquenta anos do golpe e de quase trinta anos de democracia, muitas das medidas empreendidas durante a ditadura parecem persistir ou serem retomadas atualmente e destacam que, como nas décadas de 1960/1970, constata-se que o Estado continua agindo nas favelas de forma autoritária e violenta, com práticas correntes de tortura e desaparecimento de moradores. Ainda hoje os favelados enfrentam o desafio de se manter nas favelas que se localizam nas áreas valorizadas da cidade, em que se tem cada vez mais acentuado o processo de gentrificação⁴.

Essa nova onda remocionista impulsionou a reação dos movimentos de moradores de favelas e proporcionou um novo vigor à mobilização política pela permanência nos locais de moradia. A exemplo dessa mobilização, temos o premiado Plano Popular da Vila Autódromo, elaborado pela Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo⁵, a

4 “Um consenso na literatura sobre gentrificação é que esta envolve o deslocamento de um grupo social por outro grupo em melhores condições econômicas, com diferentes padrões culturais. Existe também uma compreensão de que gentrificação compreende uma série de processos inter-relacionados em formação contínua. Segundo Mendes (Mendes, 2011), a gentrificação inclui: 1) reorganização da geografia urbana com a substituição de um grupo por outro; 2) reorganização espacial de indivíduos com determinados estilos de vida e características culturais; 3) transformação do ambiente construído com a criação de novos serviços e requalificação residencial que pressupõe melhoramentos; 4) alteração de leis de zoneamento que permita um aumento no valor dos imóveis, aumento da densidade populacional e uma mudança no perfil socioeconômico” (Gaffney, 2014).

5 Primeiro lugar do Deutsche Bank Urban Age Award Rio 2013. Disponível em: http://www.ippur.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=858:plano-po-

partir da assessoria de Universidades e parceiros.

O silêncio dos moradores da favela não é, de maneira alguma, real. A partir da inserção destes atores sociais nas universidades tem-se rompido o silêncio sobre esse cotidiano. Carolina de Jesus⁶ foi a precursora e serve de exemplo para essas mulheres que, apesar de invisibilizadas pelos meios de comunicação, existem e se fazem protagonistas de todo um modo de vida para além do que lhes é permitido: resistem.

Muito se tem discutido sobre o movimento de mulheres e, em especial, o de mulheres negras (Bairros, 1995; Carneiro, 2003; Gohn, 2007; Ribeiro, 2008; Soares, 2012; Werneck, 2010), sua trajetória e organização, surgida da disputa com o feminismo branco, desmistificando, assim, a visão universalizante do feminino e tornando-se fonte de empoderamento para essas mulheres.

Ialorixás, líderes comunitárias, vizinhas, avós, madrinhas, todas lutando pela sobrevivência. Desde a chegada neste continente, as mulheres e homens negros viram a necessidade de uma maior organicidade na busca por liberdade e mais tarde por direitos, pois após a abolição⁷ apenas o estatuto jurídico de homens e mulheres livres não lhes garantiam acesso aos bens sociais e, portanto, o direito à cidadania.

Para Kia Lilly Caldwell, as ativistas do movimento de mulheres negras têm trabalhado para transformar as identidades e experiências das mulheres negras e, por intermédio das suas organizações, têm trabalhado para tratar e sanar os efeitos causados pela dominação racial, de gênero e de classe desde o nível micro até o macro (Caldwell, 2007, 58).

Quando ativistas do movimento de favelas se co-

pular-da-vila-autodromo-ganha-premio-internacional&catid=67:outros&Itemid=7. Acessado em 05 out. 2015.

6 Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade mineira de Sacramento, provavelmente em 1914 e ficou mundialmente conhecida por sua obra: Quarto de despejo: o diário de uma favelada. Pela primeira vez uma voz marginalizada, legitimada pelo falar “desde dentro” aparecia questionando as mazelas da política desenvolvimentista. O sentimento de abandono coletivo experimentado pelas camadas populares durante a transformação da vida urbana a partir dos anos 1940 foi apreendido por Carolina, que as descreveu enquanto sujeito social e cronista. A autora vivenciou a primeira forma de segregação espacial, a desterritorialização rumo às favelas (Assis, 2014; Silva, 2006-7), nos permitindo apreender, através de sua obra, as experiências dos negros e dos migrantes daquele período na cidade de São Paulo. Carolina de Jesus, uma mulher negra favelada, representou as vozes silenciadas e foi ouvida em cerca de quarenta países, tendo seu livro vendido mais de um milhão de cópias.

7 Na perspectiva de Iolanda de Oliveira, o que houve em 1888 foi na verdade a legalização da abolição, visto que, segundo ela, apenas 5% da população negra do Brasil ainda preservavam o status de escravizados.

locam como mulheres negras organizadas em suas comunidades estão justamente realçando o seu papel enquanto agentes na luta por melhores condições de vida, mostrando na prática o que Sueli Carneiro (2003) relata em seu texto, ao tratar da perspectiva feminista clássica, que tem o seu paradigma na mulher branca ocidental, encobrindo as contradições intragênero e entre gêneros em uma sociedade racializada. São mulheres com diversas práticas políticas e religiosas que, de alguma forma, lhes permitem ter um contato mais intenso com as pessoas em seus locais de moradia, com identidades específicas forjadas na intersecção das opressões de raça, gênero e classe.

Podemos notar que, apesar dos avanços do movimento de mulheres negras, os desafios das mulheres das periferias são muitos e vão desde a necessidade de uma maior integração entre as comunidades, formação de agentes multiplicadores e independentes, até o apoio do estado para que seja possível sanar demandas, de cunho mais imediato como coleta de lixo e saneamento básico etc.

O aspecto positivo trazido por uma nova forma de mobilização social é proporcionado pela ampliação dos meios de comunicação em que movimentos sociais de várias vertentes e localidades podem acompanhar-se mutuamente favorecendo uma mobilização conjunta desses agentes, mas que dada a pulverização de demandas deve buscar uma agenda conjunta de mobilizações. A articulação dessas mulheres e a consciência de que não fazem nada sozinhas trazem a possibilidade de buscar não só agentes multiplicadores para suas ações, mas parcerias para além de suas comunidades para exigir os direitos negados a parcela da população ao qual pertencem. Através da publicização de seus materiais em jornais comunitários, blogs, fanpages e sites, podemos verificar⁸ as ações dessas mulheres e não mais poderão ser negados os seus feitos.

8 Por exemplo, Girasol Comunicações (<https://www.facebook.com/natalia.girasol/groups>); Portal comunitário Cidade de Deus (<http://www.cidadededeus.org.br/>); O Cidadão Comunicação Comunitária (http://jornalocidadao.net/?page_id=2 e <https://www.facebook.com/jornalocidadao.comcom/>); TV Turano (<https://www.facebook.com/TvTurano> e <https://www.facebook.com/morrodo.turano.5>); Vila Autódromo (<http://comunidadevilaautodromo.blogspot.com.br/>); FA-FERJ (<http://faferj.blogspot.com.br/>); FAMERJ (https://www.facebook.com/pages/Federa%C3%A7%C3%A3o-de-Ass-de-Moradores-do-Estado-do-R-de-Janeiro-Famerj/542925832505487?ref=br_rs); Central de Movimentos Populares (<https://www.facebook.com/pages/Central-de-Movimentos-Populares/216141775149813> e <http://cmprio.blogspot.com.br/>). Páginas acessadas em 05 out. 2015.

CONCLUSÕES

A superação das diferenças na produção e apropriação do espaço pelos diferentes grupos sociais pressupõe uma mediação do poder público, através de políticas públicas direcionadas especificadamente ao segmento social mais prejudicado – no caso aqui tratado, o das mulheres negras. Para tanto, é necessário reverter o quadro de ausência desse segmento nas esferas de discussões do planejamento urbano por ser o espaço urbano uma arena de confronto de interesses.

Os movimentos sociais por moradia (associações de moradores, movimentos por reforma urbana etc.) têm se esforçado para recuperar formas de organização autônomas e demandar cidadania plena. Para Vargas (2005), tais esforços derivam de uma meta mais abrangente, a autodefinição, que constitui instrumento crucial de resistência e transformação, em contextos marcados por racialização desumanizadora, cujo efeito, segundo ele, é esvaziar comunidades negras de sua agência política, transformando-as, assim, em meras espectadoras passivas dos processos políticos e históricos que as atingem (Vargas, 2005, 94) e mesmo assim se consolidaram enquanto protagonistas em processos vitoriosos, como o Estatuto das Cidades.

A superação das desigualdades socio-espaciais passa necessariamente pela compreensão dos fenômenos estruturantes em sua formação e a formulação de políticas específicas para além das disputas econômicas em torno de sua produção, tendo em vista que o espaço é resultado da ação humana em todas as suas dimensões, cujo direito é fundamental para o avanço no processo de cidadania dos grupos excluídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. “Golpe Militar e Remoções nas Favelas Cariocas: revisitando um passado ainda atual”. In: *Acervo*. v. 27, n. 1. 2014. pp. 209-226.
- ASSIS, Mariana Santos de. “Antes de ser mulher, é inteira poeta: Carolina e o cânone Literário”. In: Dinha e Rafaella Fernandez (Orgs.). *Onde estaes Felicidade? - Carolina Maria de Jesus*. São Paulo: Me Parió Revolução, 2014. pp. 87-98.
- BARRETO, V.S; SANTOS, L. C. C. “Chefias Femininas na RMS: a persistência das desigualdades de gênero entre negras e brancas”. *Bahia Análises & Dados*, v. 15, 2007. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/chefias_femininas_rms.pdf

- CALDWELL, Kia Lilly. “Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil”. In: Revista Gênero, v.8, nº1. Niterói, 2007. pp. 53-69.
- CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento”. In: Estudos Avançados, v. 17-nº 49: São Paulo, 2003. pp. 117-132. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci_arttext>. Acesso em 05 out. 2015.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas, SP: Papirus, 2008 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- CREARY, Melissa; WILLIAMS, Erica Lorraine. The Place of Afro-Brazilian Women in the World Cup. 2014. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/melissa-creary/the-place-of-afrobrazilia_b_5501037.html>. Acesso em 05 out. 2015.
- Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. Megaeventos e Violação dos direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2013 e 2014. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf> e <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf>. Acesso em 05 out. 2015.
- GAFFNEY, Christopher. “Gentrificação e megaeventos no Rio de Janeiro”. In: Observatório das Metrópoles, 2014. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=797:gentrificacao%20e-megaeventos-no-rio-de-janeiro&Itemid=181&lang=pt>. Acesso em 05 out. 2015.
- GOHN, Maria da Glória. “Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático”. In: Política e Sociedade. v. 6, n. 11, 2007. pp. 41-70. Disponível em: <<file:///D:/Documentos/C3%81rea%20de%20Trabalho/1255-4168-1-PB.pdf>>. Acesso em 05 out. 2015.
- GONZALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômico”. In: LUZ, Madel. O lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (Orgs). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACESS, 2007.
- MARAFON, Glaucio José; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel e SANTOS, Angela Maria S. Penalva. Rio de Janeiro: um território em mutação. Rio de Janeiro: Gramma: FAPERJ, 2012. pp. 183-206.
- MEDEIROS, Bianca Freire; MENEZES, Palloma Valle e VILAROUCA, Márcio Grojó. “Gringos no Santa Marta: quem são, o que pensam e como avaliam a experiência turística na favela”. In: MARAFON, Glaucio José; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel e SANTOS, Angela Maria S. Penalva. Rio de Janeiro: um território em mutação. Rio de Janeiro: Gramma: FAPERJ, 2012. pp. 183-206.
- MELO, Hildete Pereira de. “Gênero e pobreza no Brasil”. Relatório Final do projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y el Caribe. CEPAL/SPM. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GeneroPobreza_Brasil04.pdf>, Acesso em 05 out. 2015.
- OLIVEIRA, Iolanda de. “A construção social e histórica do racismo e suas repercussões na educação contemporânea”. In: Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF, nº9, Rio de Janeiro/Niterói: EdUFF/Quartet, 2007.
- RATTS, Alessandro JP. “Gênero, Raça e Espaço: trajetórias de mulheres negras”. XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2013. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4259&Itemid=316>. Acesso em 05 out. 2015.
- RIBEIRO, Matilde. “Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização”. In: Rev. Estudos Feministas. vol.16, n.3, pp. 987-1004. 2008.
- ROLNIK, Raquel (Coord.). “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?” Relatório Especial para o direito à moradia adequada. Conselho de Direitos Humanos da Onu. Fourdfoudatrion, 2012. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/01/guia-mulheres-PT.pdf>
- SÁNCHEZ, Fernanda. “Cidades reinventadas para um mercado mundial: estratégias trans-escalares nas políticas urbanas”. Anais do IX ENANPUR, Rio de Janeiro, ANPUR/IPUUR/UFRJ, 2001. Disponível em: <<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2157/2110>>. Acesso em 05 out. 2015.
- SILVA, José Carlos Gomes da. História de vida, produção literária e trajetórias urbanas da escritora negra Carolina Maria de Jesus. Texto de estágio de pós-doutoramento. Universidade de Campi-

- nas, 2006-7. Disponível em: <http://proex.unifesp.br/santoamaro/docs/cultura_afro_brasileira/carolina_maria_de_jesus_biografia.pdf>. Acesso em 05 out. 2015.
- SILVA, Marcella Carvalho de Araújo. “Segurança e espaço urbano: sobre a construção social de espaços seguros na cidade do Rio de Janeiro”. Disponível em: <<http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/271>>. Acesso em 05 out. 2015.
- SOARES, Claudete Gomes. “Raça, classe, gênero e trajetórias militantes”. GT15 - Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia. 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8351&Itemid=76>. Acesso em 05 out. 2015.
- TAVARES, Rossana Brandão. “Uma análise das desigualdades de gênero em favelas do Rio de Janeiro: perspectivas de reconhecimento para o urbanismo”. In: Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. v.12 – nº 2, 2012. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/view/tavares.2012.2>>. Acesso em 05 out.. 2015.
- VARGAS, João H. Costa. “Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro”. Revista de Antropologia. vol.48 n.1. São Paulo, 2005. pp. 76-131. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012005000100003&script=sci_arttext>. Acesso em 05 out. 2015.
- WERNECK, Jurema. “Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo”. In: Revista da ABPN. v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>>. Acesso em 05 out. 2015. ■

Isabel Paz

Luz y fuerza

um olhar sobre a capital portenha

A experiência fotográfica pode ser muito mais quantitativa do que qualitativa. Em “Sobre fotografia”, Susan Sontag transcorre sobre a postura dos turistas comuns em suas viagens de lazer, que nos anos 1970, quando o livro foi escrito, não era muito diferente da atual: fotografar, a esmo, a paisagem viva vista somente através das lentes. A isto ela relaciona uma espécie de violência visual, que nos envolve sem que percebamos. Empunhamos as câmeras fotográficas como armas, para mirar (“atirar”) uma imagem (nosso “alvo”). O clique é nosso dedo apertando o gatilho. As expressões que empregamos rotineiramente, como “bater” ou “tirar” uma foto, dão uma ideia dessa agressividade. Deixamos de olhar para o que está ao nosso redor para somente dele arrancar imagens.

Produzi este ensaio em março de 2012, durante minha primeira visita a Buenos Aires. Não havia lido Sobre fotografia e a pouca experiência que tinha relacionada à fotografia se restringia a algumas tentativas amadoras com a Nikon D60. Minha atitude para com a cidade não era muito diferente da dos turistas de Sontag: câmera em

punho, um revólver sem munição. Na velocidade desses gestos, porém, vinha o interesse de me ater a detalhes que enriqueciam a visita, como se fossem pequenos *souvenirs*.

O eurocentrismo às vezes entorpece nossa visão de mundo e cria em nós expectativas ilusórias. Quando se apelida Buenos Aires de “Paris Sul-Americana”, espera-se que ela guarde semelhanças com a capital francesa, o que de fato se dá na elegância dos traçados dos bairros mais abastados, como Palermo e Recoleta. Mas os paralelos não são restritos à estética urbana. Assim como as marcas de tiros nos muros das construções parisienses, deixadas durante as guerras do século XX, Buenos Aires carrega também um passado pleno de cicatrizes que se deixa mostrar aos mais atentos.

Na tentativa de capturar essas miudezas ocasionais, vieram também os contrastes que habitam a cidade portenha, essas cicatrizes expostas a céu aberto, que passam despercebidas a alguns olhares estrangeiros. A herança dos povos indígenas, dizimados durante

a colonização, resistente nos traços de personagens fotografados ao acaso; a “*luz y fuerza*” de um país que vive às turras com a inflação descontrolada; a consciência política de protestos e greves, cujas marcas se escancaram nos gradis da Casa Rosada, acompanhada da paixão tenaz pelo futebol.

Gosto de pensar neste ensaio nos termos de James Hillman. Destas fotografias surgem pequenas pistas de uma experiência urbana possível, formas traduzidas em luz, como “pequenas e sensíveis coisas que dão vida à sua alma como uma cidade de alma e espírito, de sensibilidade e inspiração”. Outras serão as imagens a partir de outros olhares, de outras experiências. Eis as minhas. ■

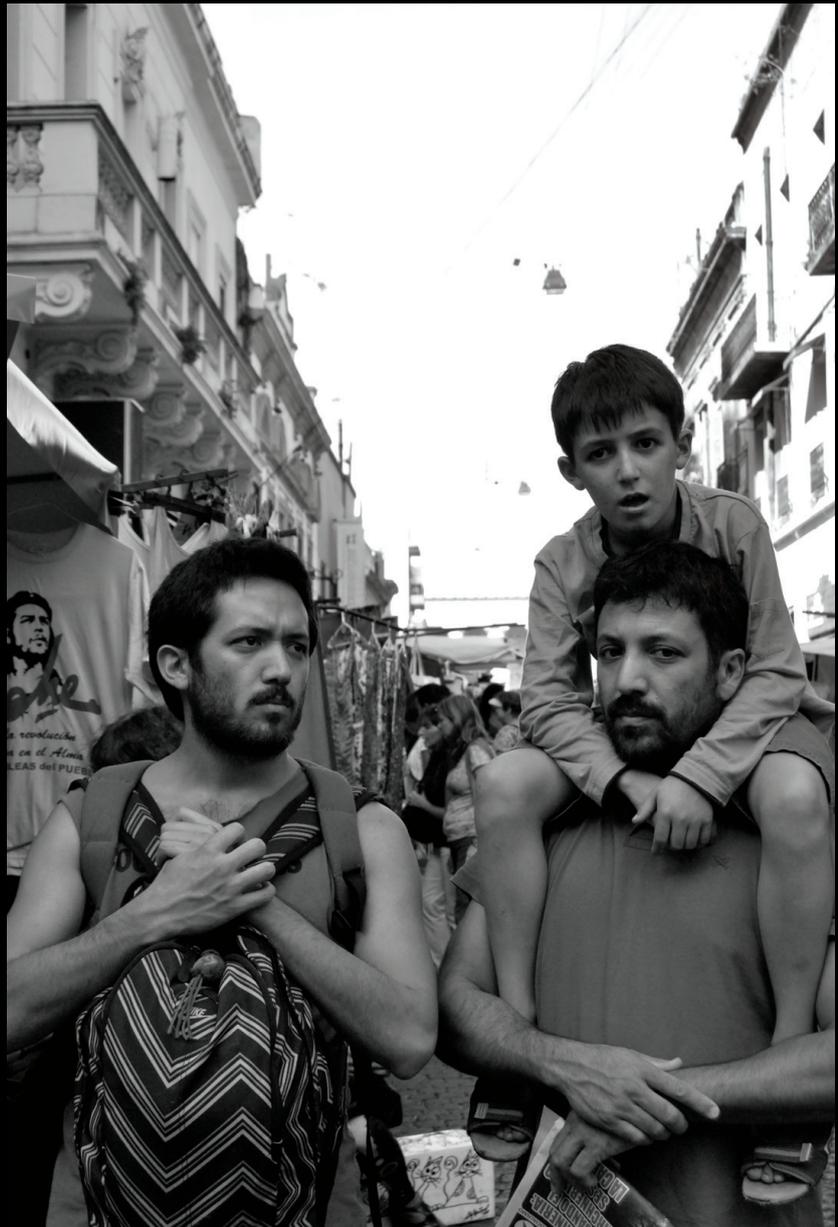
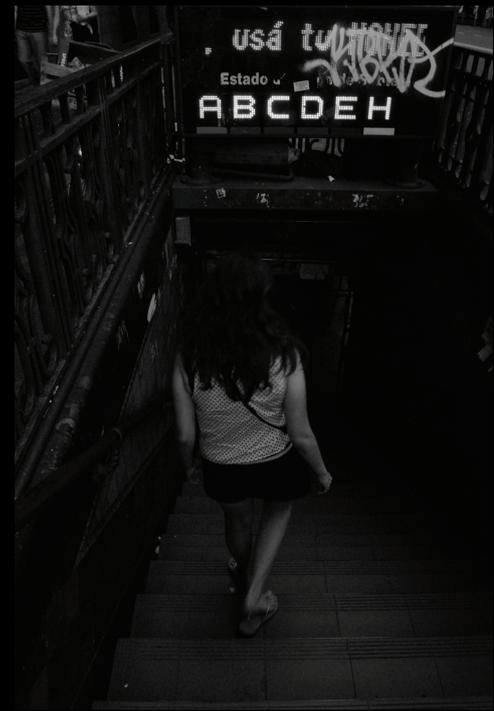




Ao lado: Zoológico
Abaixo à direita: Telhados
Abaixo ao centro: Céu



Ao lado: Metrô
Abaixo à esquerda: Obelisco
Abaixo à direita: San Telmo





Acima à esquerda:
Empanadas
Acima à direita:
Luz y Fuerza
Ao lado:
Casa Rosada

Neil Brenner

Em prol de uma reconsideração do urbano e seu impacto global

*Neil Brenner é professor de Teoria Urbana e Diretor do Urban Theory Lab da Harvard Graduate School of Design. É cientista político e geógrafo. Seu mais recente livro é **Implosions / Explosions: towards a Theory of Planetary Urbanization**. Nesta obra, ele discute a necessidade de se parar de pensar a cidade como uma coleção de prédios e de pessoas ocupando um determinado espaço definido para dar início ao enfoque, em vez disso, na ideia de que a urbanização é um processo histórico e global que se estende a cada rincão do planeta.*

Fonte: Podcast Up Close #338 (University of Melbourne, Australia) - 17 de março de 2015.

<<http://upclose.unimelb.edu.au/episode/338-man-about-town-neil-brenner-reframing-our-cities-and-their-global-impact#transcription>>. Acessado em 05 out. 2015.

PM: Tem sido cada vez mais comum chamar o século XXI de “Século urbano”, baseado no badalado fato de que mais da metade da população mundial agora vive nas cidades. O ano de 2008 é geralmente tido como aquele em que a transição urbana marcou as relações humanas. Ou seja, foi em algum período daquele ano em que uma pessoa a mais se mudou do interior para a cidade grande mais próxima ou então que mais um bebê deve ter nascido em algum subúrbio qualquer, deslocando, assim, a predominância da população global de rural para urbana. Esta afirmação é baseada nas estatísticas fornecidas pela ONU, mas uma análise mais aprofundada desses dados parece indicar que eles não são muito confiáveis. Enquanto o processo de urbanização prossegue em ritmo acelerado, a construção teórica de uma divisão clara entre o rural e o urbano ainda é muito arbitrária, e, de acordo com o nosso convidado de hoje, tais categorias mais complicam do que desvelam.

NB: Primeiramente, é importante contextualizar esse argumento. No mundo todo, estamos experimentando grandes transformações nas cidades em re-

Entrevista realizada por

Peter Mares

editor do jornal online *Inside Story* e membro adjunto do *Institute for Social Research* at Swinburne University, Austrália. Como jornalista, trabalhou como correspondente internacional da ABC e apresentou programas nacionais de rádio. Ao longo da sua carreira, tem conjugado o jornalismo com pesquisa em políticas públicas mediante publicação de artigos em livros acadêmicos, com ligeira especialização em tópicos sobre migração.

Tradução
Pedro Paulo Machado Bastos

lação à economia, à sociedade e ao meio ambiente; todas essas transformações são muito relevantes para o futuro do planeta. O discurso sobre a Era Urbana, de que cruzamos um limiar no qual 50% da população vivem agora nas cidades, é interessante porque enfatiza a importância da vida urbana para o futuro do planeta como um todo, e eu me simpatizo bastante com essa ideia. Eu acredito que esse cenário é algo com que precisamos lidar, mas que também devemos questionar criticamente. De todo modo, cabe indagar se essa afirmação de que temos 50% da população vivendo nas cidades seria de fato uma afirmação plausível para entender o caráter urbano do nosso planeta. Efetivamente, muito do que tenho pesquisado me sugere que não, que ela é ligeiramente equivocada.

PM: Qual seria o problema? Existiria algo de errado com a metodologia utilizada para definir se as pessoas estão vivendo na cidade ou no interior?

NB: Exatamente. Existe um vasto histórico de tentativas, que perdura há mais de 70 anos, sobre como definir a população urbana do mundo. Mas, para fazer isto, é preciso estabelecer um critério universal para mensurar o que é a cidade, ou seja, para mensurar a relação de uma população urbana com uma população não urbana.

PM: É preciso, então, uma unidade padrão de mensuração?

NB: Sim. É necessário estabelecer um padrão de mensuração e ninguém conseguiu fazer isto até agora.

PM: Então não existe nenhuma equação que afirme que um lugar com mais de 100 mil pessoas é igual a uma cidade ou que seja equivalente a uma área urbana, equações do gênero...?

NB: Correto. Alguns sociólogos têm tentado mensurar a população urbana mundial mediante um critério unificado, mas isto é muito difícil de se fazer porque o Censo Demográfico de cada país utiliza distintos critérios para mensurar a população de suas cidades. Então 50% desse limiar urbano declarado pela ONU em escala mundial advêm dos dados nacionais de cada país consultado, embora cada um desses Censos defina o que é o “urbano” em formas completamente diferentes.

PM: Todos os países, então, fazem essa contagem diferentemente?

NB: Todos esses países estão fazendo a contagem de modos distintos. Em alguns, a definição do que é uma área urbana conta com números relativamente altos, de 500 mil, 200 mil pessoas. Em outros, esses mesmos números podem ser muito baixos. Além disso, em outros países, foram adicionadas variáveis extras a essa mensuração. Na Índia, por exemplo, além da variável populacional, também foi utilizada a de emprego: 75% da população urbana é formada por empregos masculinos e não agrícolas. Por lá, tem-se a ideia de que as cidades serão lugares onde há muitas indústrias, enquanto as não cidades são – e serão – aqueles locais onde continuará havendo muita agricultura. Isso pode ser inferido se observarmos o mapa de densidade populacional na planície do rio Ganges, que é uma área bastante adensada em termos populacionais, mas predominantemente agrícola. No Censo indiano, entretanto, ela é classificada como área rural. Se verificarmos os dados de densidade populacional, essa classificação acaba não fazendo muito sentido, pois se trata incrivelmente de uma área urbanizada. Se classificássemos essa área como urbana de fato, em vez de rural, a população urbana da Índia se elevaria consideravelmente. Existem muitos outros exemplos como este pelo mundo.

PM: Então você está sugerindo que, muito embora afirmemos que metade da população esteja vivendo no urbano, tal informação advém de um método comparativo que não é o ideal, porque poderíamos estar comparando uma favela de Mumbai com um subúrbio rico de Melbourne, onde as pessoas que moram nas mansões poderiam estar dizendo que moram em “cidades” etc...

NB: Exatamente. Esta é uma observação que nos faz refletir sobre os problemas empíricos dessa afirmação da Era Urbana. A noção de que cruzamos um limiar urbano em torno de 50% da população tem como premissa a ideia de que a distinção entre o urbano e o rural é simplista e que podemos usá-la para classificar o mundo inteiro. Os exemplos que você deu ainda pouco já enfatizam que há muitas e diferentes condições de urbanização que precisam ser entendidas nos seus próprios termos. Neste sentido, acabamos fundindo as favelas de Mumbai com os subúrbios de Melbourne e outras cidades ao redor do mundo numa única simples contagem...

PM: O mesmo em relação às cidades-províncias que têm 50 mil pessoas ou algo do gênero no interior da Nova Zelândia...

NB: Ou podemos tomar como exemplo também as cidades mineiras com grande população, mas focadas inteiramente numa única atividade econômica. Em suma, há muitas condições diferentes de vida social, de vida econômica, de organização espacial, densidade populacional e cultura também. Se nós incluirmos todas estas diferentes condições sob um conceito único e simples de “cidade”, deveremos nos questionar: o que de fato aprendemos sobre o mundo?

PM: No geral, você está debatendo aqui que muito dessa tão-falada transição urbana, tendo o ano de 2008 como ponto de partida, quando inesperadamente nos tornamos homo urbanus com a maioria da população mundial vivendo em cidades ao invés de em áreas rurais, não esclarece muito sobre o tema e talvez ainda obscureça ainda o entendimento de certas questões.

NB: Sim, exatamente. Eu realmente acredito que existe um processo de urbanização que está transformando o nosso planeta, mas a questão aqui é se nós podemos entendê-lo simplesmente a partir da ideia de um movimento populacional que rumo do interior para a cidade. Esta relação binária interior/cidade é muito simplista e equivocada para abarcar toda a diversidade dos processos de urbanização que estão acontecendo no mundo, assim como para mostrar o que está acontecendo de fato no interior, tradicionalmente conhecido como o não urbano, objeto muito importante na minha pesquisa. Faço, portanto, uma crítica a essa noção de transição urbana, que se expressa simplesmente a partir de um movimento populacional do interior para a cidade, como se aquele estivesse sendo pura e simplesmente esvaziado e se tornando, portanto, irrelevante para o futuro do mundo.

PM: Mas podemos dizer também que o interior esteja sendo mantido inalterado por esse processo? O interior tem cada vez menos pessoas, mas, por outro lado, aparentemente, não se alterou muito.

NB: Evidentemente. Na verdade, muito do que a minha pesquisa envolve está relacionado às transforma-

ções do campo. Mesmo que a população deste meio rural possa ser relativamente baixa, o campo detém funções econômicas e ambientais que se efetuam em amplos territórios, nos quais as cidades também estão inclusas, e que também são fundamentalmente importantes para os processos de urbanização. Em vez de descrevermos o interior como “rural”, deveríamos usar um termo diferente. O interior está se tornando uma paisagem operacional. É uma paisagem que está sendo ativada e instrumentalizada em diversas e importantes maneiras com o objetivo de sustentar o crescimento urbano seja lá qual for o lugar em que este se dê. Um exemplo bastante relevante para este caso é o da extração de recursos minerais. Vivemos num mundo à base de combustíveis fósseis e, neste momento, as nossas cidades têm fundamentalmente como premissa econômica a produção, circulação e consumo de combustíveis fósseis. De onde vêm os combustíveis fósseis? Eles saem de grandes perfurações no solo, geralmente em lugares afastados, por uma grande distância, dos centros urbanos. De acordo com as concepções do trabalho que estou fazendo, essas zonas de extração de recursos minerais são espaços completamente urbanizados, mas não da maneira como, por exemplo, o centro de Melbourne; o interior representa atualmente espaços, na verdade, conectados a processos de urbanização.

PM: Antes de voltar a essa ideia de paisagens operacionais, a essa divisão cidade/rural que nós estamos conversando e que você está criticando, gostaria de comentar sobre a quantidade de textos que foram escritos recentemente sobre as cidades, muitos deles enaltecendo-as. Por exemplo, Edward Glaeser, autor do best-seller *Triumph of the city*, defende que as cidades são benéficas para as pessoas. Segundo ele, se você atentar para as condições de vida das cidades, será possível perceber que as pessoas que moram nelas são mais ricas, mais felizes e saudáveis que aquelas que não vivem lá. Isso permitiria alegar, portanto, que o processo de urbanização é benéfico. Conforme as suas premissas, Ed Glaeser estaria equivocado?

NB: Eu acho que temos de diferenciar essa questão com mais especificidade histórica. Temos que olhar para a cidade não como uma condição espacial generalizada em que as pessoas residem e onde podemos fazer grandes generalizações a respeito delas serem

benéficas ou não; o que precisamos olhar é para as diferentes formas de urbanização. Muito do trabalho que eu faço procura observar essa conexão entre capitalismo e urbanização. Sob o capitalismo, eu diria que a urbanização é decisivamente uma caixinha de surpresas. Por outro lado, essa conexão gera incríveis capacidades técnicas e civilizacionais, que transformam a natureza e melhoram bastante as condições humanas. Ao mesmo tempo, sob o capitalismo, a urbanização gera massivas desigualdades sociais; então, ao passo que ela gera melhores condições de vida para alguns, produz muita exploração e marginalização para outros. Além disso, cabe mencionar que, nos dias de hoje, o capitalismo tem externalizado cada vez mais os custos ambientais do seu próprio processo de reprodução. Em outras palavras, percebe-se uma massiva destruição ambiental por parte da urbanização capitalista sem que, de fato, esta proveja uma forma de administrar suas consequências destrutivas.

PM: Isso tem a ver com as perfurações no solo que você estava falando sobre a extração de combustíveis fósseis indispensáveis para a economia da cidade.

NB: Exatamente. Então, em vez de apenas focarmos o estudo da cidade como uma unidade limítrofe passível de ser generalizada sobre os benefícios que ela dá ou não para as pessoas que moram nela, eu estou mais interessado em entender uma gama mais ampla de perguntas. O que sustenta a vida urbana? O que sustenta as cidades em que moramos e como elas mudam a vida social e as condições ambientais? Seguindo por esta perspectiva, fica bem mais complicado cometer generalizações a respeito das cidades serem boas ou não para as pessoas. Eu ainda acrescentaria que existem muitos outros tipos de cidades no mundo. Portanto, esta é uma questão importante para indagarmos em que medida formas particulares de se edificar a cidade ou de se urbanizar são mais ou menos benéficas para a sociedade em geral e para grupos específicos de pessoas. Muitas questões complicadas acabam surgindo sobre a forma de urbanização na qual estamos vivendo atualmente diante do conflito de se defender justiça social, igualdade e democracia, isto é, de que as cidades devem ser construídas e transformadas socialmente, num contexto em que elas são, na verdade, construídas e transformadas “de cima para baixo” através de empresários, gestores ou membros da elite. Neste sentido, pressupõe-se que as pessoas não tenham controle sobre as condições que realmente governam suas vidas cotidianas.

PM: Pois é, mesmo dentro da cidade é possível ver diferentes formas de urbanização que podem ser mais ou menos benéficas de acordo com o local onde você mora. Melbourne, por exemplo, é comumente descrita como uma das cidades com melhor qualidade de vida do mundo. Isso pode ser verdade se você morar na área central, que é bem servida de transporte público, perto da praia e assim por diante, mas pode ser diferente se você morar num subúrbio distante onde acaba ficando altamente dependente do carro etc.

NB: Evidentemente. Um dos paradoxos da urbanização capitalista é que ela produz condições potencialmente benéficas para alguns setores da população, mas esses benefícios não são extensivos à sociedade como um todo e, certamente, ao mundo em geral. Por outro lado, permitem que vislumbremos alguma possibilidade de futuro melhor para todos, mas que é paralelamente suprimida por causa do sistema econômico e social dominante em que vivemos.

PM: Você não estaria sendo meio contra a cidade, de certo modo? Recorrendo ao economista Alfred Marshall, na virada do século XIX para o XX, ele percebeu que as cidades criavam algo de fantástico, hoje conhecido como economia de aglomeração, onde a proliferação de pessoas, em termos de transferência de conhecimento, inovação, aprendizado, desenvolvimento de capacidades profissionais etc., mostrou como as cidades podem ser transformadoras para a vida das pessoas.

NB: Meu ponto de vista é crítico, mas não tem viés algum de ser contra a cidade, muito menos contra o urbano. Trata-se apenas de nos atentarmos às capacidades transformadoras da urbanização moderna em articulação crítica com as suas consequências destrutivas tanto na perspectiva ambiental como social, na esperança de questionarmos se podemos produzir coletivamente uma urbanização mais social e ambientalmente mais saudável para o futuro. Ou seja, é preciso atentar para essas capacidades de transformações urbanas, mas ao mesmo tempo devemos ser fortemente críticos quanto às suas consequências destrutivas e, de modo ou de outro, ao caráter relati-

vamente antidemocrático desta forma de urbanização que vem sendo experimentada ultimamente.

PM: Trata-se, então, de uma crítica da urbanização ou de uma crítica ao nosso sistema político e democrático?

NB: É uma crítica à última, mas se eu dissesse que o problema reside unicamente no nosso sistema político e democrático, surgiriam muitos questionamentos sobre o modo de urbanização que teríamos fora desse sistema em que vivemos. Na minha perspectiva, seriam questionamentos que precisariam ser discutidos coletivamente, cujas reflexões não poderiam ser desenvolvidas apenas por um filósofo nem por um teórico urbano como eu. São reflexões que precisam ser produzidas de baixo para cima a partir não só da vida cotidiana de cada local, mas também das lutas enfrentadas nas cidades e territórios ao redor do mundo. Além disso, levando em conta a existência de meios construídos diferentes uns dos outros, faz-se necessário pensar formas de gestão igualmente diferentes para administrar as áreas que ainda não foram urbanizadas. Isto tem que fazer parte de um processo coletivo.

PM: O que você está querendo dizer, então, é sobre necessidade de se obter uma democratização - ou uma reinspiração da democracia - que transgrida o sistema tradicional de governança?

NB: Entre as muitas forças que sustentam a urbanização, uma importante delas se refere ao engajamento das pessoas na busca coletiva de apropriação das suas condições de vida – isto é, pessoas procurando aposar-se do controle sobre as condições em que vivem. Então, mesmo que atualmente estejamos vivendo sob uma forma de urbanização dominada pelas forças capitalistas através de empresários e da elite política em geral, ao mesmo tempo, os habitantes das cidades estão constantemente procurando lutar contra essas forças a fim de ganharem controle sobre o mundo no qual vivem a partir de processos coletivos. Essa relação é uma importante força modeladora que sustenta a urbanização. A meu ver, o desafio é conseguir criar instituições mais ativamente capazes de absorver a influência social sobre os ambientes construídos, bem como nos processos pelos quais as futuras cidades estão sendo produzidas. Esta é uma importante questão para mim. Contudo, existe o desafio também de se democratizar mais o acesso aos ambientes construídos que temos agora, e, ao mesmo tempo, res-

ponder aos seguintes questionamentos: quem detém o controle sobre a capacidade de produzir as cidades do futuro? É uma capacidade controlada por agentes privados ou por elites políticas? Que controle é esse? Neste sentido, o desafio fundamental para a vida urbana do planeta é democratizar esse acesso através do empoderamento social, isto é, do empoderamento dos habitantes da cidade e do mundo, para que exerçamos coletivamente alguma influência sobre como o futuro do meio construído se dará.

PM: Hoje, a democracia contemporânea está enredada em problemas de justiça social em níveis globais dentro dos Estados. Então, por exemplo, se as pessoas de Melbourne tivessem a oportunidade de influenciar coletivamente o controle da cidade, eu acredito que um de seus líderes possivelmente afirmaria que a comunidade gostaria, na verdade, de ver reduzido o número de residentes dentro dela. Como você deve saber, a Austrália tem se esforçado para barrar os pedidos de asilo político que chegam ao país. Do mesmo modo, existe um debate similar nos Estados Unidos sobre a contenção de imigrantes ilegais vindos do México. Nesta perspectiva, com as pessoas tomando o controle das cidades em que vivem, eu presumo que acabaríamos vendo um resultado não tão próximo daquele idealizado já que, em vez do compartilhamento social, poderia haver uma classe de pessoas protegendo o privilégio que elas já detêm no caso de cidades desenvolvidas de países ricos.

NB: Existem muitos desafios políticos e ideológicos associados a esse panorama. Mesmo que alguns Estados nacionais continuem sendo uns dos principais influenciadores políticos do mundo, tem sido possível ver movimentos políticos encabeçados por cidades mediante a criação de redes de colaboração e conhecimento no desenvolvimento urbano, fazendo com que essas cidades se destaquem mais do que seus Estados nacionais. Um exemplo famoso disto seria a C40 Network criada pelo Michael Bloomberg e outros que promovem novas formas de desenvolvimento político quanto às mudanças climáticas vinculadas às cidades. Além disso, trata-se de tipos de desenvolvimento muito importantes que incluem o abrandamento de tensões entre práticas de exclusão social na escala nacional e outras na escala local, a partir de

visões regularmente cosmopolitas e de justiça social. Para mim, esse tipo de desenvolvimento parece ser parte da luta que nós estamos participando.

PM: Mas, mesmo no nível local, os moradores de um subúrbio rico de Melbourne provavelmente darão o melhor de si para deter o crescimento de ferramentas e instrumentos de planejamento urbano que permitam, por exemplo, a construção de habitação social na mesma rua que a deles.

NB: Não existe uma solução simples para isso, mas eu acredito que qualquer forma viável de justiça social não deveria ser apenas local nem mesmo regional, tampouco nacional, mas sim global. Qualquer forma razoável de sustentabilidade ambiental não funciona na escala local. Uma cidade que consome combustíveis fósseis produzidos sabe-se lá onde e que gera emissões consideráveis a partir dos seus meios de transporte não é uma cidade muito sustentável. Questões para a sustentabilidade urbana aparecem crescentemente na agenda de discussão, mas a questão para mim não se trata apenas de cidades sustentáveis, mas de urbanização sustentável, ponto que nos leva de volta à escala global.

PM: Você está aqui em Melbourne para dar uma palestra, mas você trouxe também uma exposição chamada Operational Landscapes, termo já mencionado aqui durante a nossa conversa. Que tipo de imagens as pessoas vão ver nesta exposição?

NB: Essa exposição é um exercício de mapeamento bastante experimental feito por mim e meus colegas no Urban Theory Lab na Graduate School of Design de Harvard. Pode ser que ela seja surpreendente para todas as pessoas que associam a cidade e o urbano com a imagem dos espigões e de paisagens densamente povoadas, porque mesmo sendo uma exposição voltada completamente à urbanização, os territórios que estão sendo pesquisados e representados são lugares do planeta extremamente remotos. Por exemplo, o oceano Pacífico, o Ártico, o deserto do Saara, a Sibéria, o deserto de Gobi, os Himalaias – até mesmo a atmosfera é objeto da nossa pesquisa. Estas regiões não são pensadas normalmente como detentoras de nenhum tipo de conexão com a urbanização, mas a gente argumenta que elas estão se tornando crescentemente zonas operacionais e inte-

gradadas dentro do tecido urbano em escala global. Assim, temos tentado mapear as formas nas quais esses supostos lugares remotos têm se tornado consideravelmente funcionais para os processos de urbanização, em variadas maneiras.

PM: Seria uma extensão da ideia de hinterlândia? Eu acho que todos estamos familiarizados com a ideia de que a cidade possui uma hinterlândia. Em Melbourne, as montanhas ao redor da cidade e as florestas são importantes meios de captação de águas; ou seja, é uma hinterlândia da cidade que provê água a esta, mas, de acordo com o que você sugere, é preciso expandir bem mais a ideia do que seria a hinterlândia.

NB: Absolutamente. Isso tem a ver com o fato de que essas zonas, muito mais do que territórios isolados ou extremos, fazem parte de um conjunto global de hinterlândias, que não provê recursos materiais apenas a uma ou algumas cidades na região em que se localizam, por exemplo, mas são territórios que proveem combustíveis e matérias-primas, por exemplo, para cidades no mundo inteiro ou em regiões significativas do mundo, com o oferecimento de importantes recursos. Percebe-se o crescimento gradativo de uma hinterlândia global cujas atividades de extração de recursos ou de minérios se tornaram fundamentais ao processo de urbanização do mundo, ao processo de crescimento das cidades em escala cada vez mais global.

PM: Então é por isso que na sua visão a urbanização se estende a todos os cantos do planeta, penetrando até mesmo na atmosfera.

NB: Sim. Nós chamamos isso de urbanização extensiva – em outras palavras, um tipo de dialética entre a formação de aglomerações, grandes centros populacionais e ambientes edificadas por um lado, e, por outro, a transformação dinâmica de amplas paisagens e territórios distantes para sustentar as necessidades de abastecimento de recursos dos centros urbanos.

PM: De que forma então a ideia crítica de que a urbanização se trata de um processo global consegue se diferenciar da perspectiva de

globalização, por exemplo, ou como ela se distingue do que os marxistas costumam chamar de imperialismo, quando o capital extrai recursos aqui e convoca força de trabalho em outro lugar e assim por diante. Por que esta seria uma teoria da urbanização em vez de uma teoria da economia?

NB: Boa pergunta. Existe uma espécie de imperialismo ecológico e social nessa forma de urbanização na medida em que os excedentes são extraídos na periferia e transferidos para os grandes centros populacionais, onde são consumidos.

PM: A riqueza está sendo transferida do interior ou da hinterlândia para as cidades, sendo estas os lugares mais ricos.

NB: Devo acrescentar que entre essas periferias situadas nas chamadas hinterlândias globais ou no “interior”, também existem pressões significativas de deslocamentos populacionais. No entanto, nesses territórios muitas terras são fechadas, tornando o acesso as terras com fins de reprodução social e de subsistência limitado. Este fato contribui com a migração do rural para o urbano, presente no discurso da Era Urbana.

PM: Nesse sentido, poderíamos exemplificar, então, as tribos tradicionais do Laos que estão sendo deslocadas para a instalação de hidroelétricas em seus locais de origem. Ou então, parte da população das Filipinas que está sendo forçada a deslocar-se por causa das atividades de mineração...

NB: Absolutamente, e podemos citar também a grilagem de terras em parte da África por causa da produção agrícola em larga escala, que força o deslocamento e reprime o acesso da população local à terra em função das necessidades agrícolas, que, por sua vez, estão se convertendo em grandes sistemas de agronegócio. Muitos processos de despossessão de terras e de deslocamento de pessoas têm ocorrido. Ao mesmo tempo, eu insisto que isso se trata de um processo de urbanização, precisamente porque não é simplesmente um fluxo abstrato de relações econômicas. Está profundamente incorporado às infraestruturas, aos edifícios, ruas, canais, gasodutos, perfurações no solo e por aí vai. Disto se trata a urbanização. É um pouco do que o teórico francês Henri Lefebvre

chamava de produção do espaço. Com o objetivo de criar esse suposto sistema global a partir de consideráveis capacidades que façam circular matérias-primas, informação e pessoas no mundo inteiro, é preciso gerar uma infraestrutura fixa capaz de sustentar toda a dinamicidade desse fluxo – para mim, isto é urbanização. Urbanização se trata de construir um cenário que sustente a produção e a circulação de capital.

PM: O que você está dizendo então é que esses processos econômicos globais também têm consequências espaciais, digamos assim, pois eles moldam as paisagens e ambientes em que vivemos, criando estruturas entre outras modelagens. É disto que se trata a urbanização?

NB: Exatamente. A globalização não é simplesmente um fluxo de circulação ou de mobilidade. Basicamente falando, é uma questão de urbanização, de criar infraestruturas que estejam relativamente fixas na paisagem e organizadas ao longo do território de modo a facilitar e sustentar esse fluxo. Construir tais infraestruturas envolve investimentos de longo prazo em grande escala. Mas sob o capitalismo, e justo porque a economia está sendo constantemente transformada, visto que novas tecnologias estão sendo constantemente desenvolvidas, por vezes essas infraestruturas fixas da urbanização têm de ser criativamente destruídas. Você precisa reinventá-las de modo a criar uma nova infraestrutura que sustente uma nova onda de crescimento econômico.

PM: Então se nós levarmos em consideração a sua abordagem de ver a urbanização não pela perspectiva das cidades como lugares que “colecionam” prédios e pessoas, mas urbanização como um processo que, portanto, também está presente no Ártico, na Amazônia, no deserto de Gobi, como você mencionou, criando essas paisagens operacionais, aonde chegaremos com isso? Para onde esse processo nos levará em termos de políticas públicas, em termos de ação?

NB: Primeiro de tudo, isso serve para nos revelar maiores e variadas perspectivas do caráter urbano deste planeta; bem mais do que a simples invocação generalizada de que agora 50% da população mundial está vivendo dentro de cidades. Isso pode ou não pode ser o caso; como já discutimos, existem dife-

rentes formas de avaliar os tipos de lugares em que as pessoas estejam vivendo. Mas o caráter urbano do planeta se expressa tanto através do movimento de pessoas para grandes centros populacionais quanto através da operacionalização e funcionalização de regiões significativas do nosso planeta a fim de sustentar a vida urbana. Então, eu, de fato, acredito que estamos vivendo num mundo urbano e num planeta urbanizado, mas para entendermos a forma como isto está acontecendo é preciso olhar além dos limites da cidade para que vejamos as maneiras em que as paisagens, ambientes e territórios estão sendo transformados para sustentar a presente forma de urbanização. Isso amplia bastante a nossa perspectiva sobre as questões urbanas, sobre políticas e planejamento urbanos, contribuindo bem mais do que a visão “mainstream” de que o urbano está circunscrito a um limite dentro da cidade, fazendo-nos refletir sobre o modo como as pessoas vivem e consomem dentro da cidade em que vivem. Precisamos olhar a cidade desta maneira, fugindo da sua interpretação tradicional.

PM: Nesse sentido, para refletir a cidade de maneira menos convencional, deveríamos focar menos nas questões do desenho urbano, que cria espaços públicos exclusivos para pedestres, reduzindo os impactos do trânsito e contribuindo para a qualidade de vida dos residentes etc.? Na visão ideal da cidade, costuma-se pensar nas questões de inclusão social, que seja segura para idosos e jovens, acessível para pessoas incapacitadas, que tenha verde e/ou que seja ambientalmente sustentável. Você diria que este é um foco equivocado de como devemos refletir as cidades contemporâneas?

NB: Não me entenda mal. Eu não estou dizendo que essas questões sobre como vivemos e consumimos dentro da cidade não importa. Elas são bastante importantes e de fato precisamos de arquitetos, urbanistas, planejadores e de políticas urbanas que reflitam cuidadosamente tais questões de reprodução social. Não se trata de menosprezar essas preocupações, mas de adicioná-las a um horizonte muito mais amplo de se pensar o planejamento, o desenho e as políticas. Nós devemos redesenhar as infraestruturas pelas quais circulam matérias-primas, pessoas e outros recursos que sejam atraídos pelas cidades. Nós, por exemplo, devemos redesenhar os sistemas de extração de recursos que geram o combustível necessário que

dá poder aos lugares em que vivemos. Assim sendo, muitas dessas questões mais amplas sobre suprimento de energia, comida e logística são temas centrais para planejadores, urbanistas e arquitetos, pois são estes os profissionais que tradicionalmente pensam e trabalham com o meio construído das cidades. De todo modo, já tem sido possível em disciplinas do curso de Desenho Urbano discutir algumas tendências de mudanças que dialoguem com esse cenário que estou lhe falando. Muitos dos meus colegas arquitetos já estão colocando o redesenho das infraestruturas urbanas como eixos centrais das disciplinas. Eu acho que isso é um desenvolvimento que tende a ser bastante produtivo, uma abrangência do pensar que deve ser aprofundada. Esta é uma orientação muito importante da minha atividade como docente na escola de Arquitetura e Design de Harvard.

PM: Além disso, temos visto em muitas cidades ao redor do mundo a tendência crescente de se cultivar alimentos em ambientes urbanos, algo que estaria tirando a pressão do interior/hinterlândia como a base de fornecimento de comida para os centros urbanos.

NB: A ideia de criar sistemas de produção e consumo mais bem localizados é muito produtiva e com grande potencial. Pode não ser a solução, mas é certamente válido explorar uma hinterlândia mais bem localizada do que o contrário, o que geralmente se vê na globalização.

PM: A produção de energia poderia ser outro exemplo de se criar alternativas mais bem localizadas de produção energética solar ou eólica?

NB: Exatamente. Essa área tem muito potencial para o impacto ambiental das nossas atividades. Se você dispuser de uma hinterlândia mais bem localizada, isso poderia abrandar ou limitar o nível de emissão de carbono ou de outros tipos de impactos ambientais das nossas atividades, mas não é uma solução completa. Nós vivemos num mundo densamente interdependente e eu não acho que desglobalizar seja necessariamente outra solução. Então, romper com a interdependência pode gerar muitos problemas na medida em que poderíamos resolver outros. Não acredito que haja uma solução simplesmente espacial para os problemas que afligem o urbano, embora não possamos transgredir tais dificuldades se confinarmos as cidades a um limite espacial, definindo tal

área como o único terreno de ação. Precisamos de perspectivas mais abrangentes de pensar essas questões, não apenas em termos de consumo, mas de produção, troca e circulação também.

PM: Significa que nós precisamos declarar certas áreas do planeta como intocáveis e que devemos deter a “penetração” do urbano no Antártico, por exemplo, ou em certas áreas do gênero? É como se tivéssemos, de algum modo, que colocar uma barreira ao redor dessas áreas, de pará-las no sentido de se tornarem urbanizadas tal qual você descreve urbanização?

NB: Bom, talvez seja um pouco tarde para colocar essa proposta em prática, visto que, em geral, quase todo o planeta já foi impactado pelos seres humanos e pela industrialização capitalista. Assim sendo, não creio que seja possível ou produtivo pensar qualquer zona do mundo nesses termos, sejam quaisquer áreas sob a atmosfera, sejam lugares remotos com população limitada, em regiões como a Amazônia ou a Patagônia, de certa forma, áreas intocadas pelo impacto humano até agora. A questão, para mim, é desvendar como podemos manejar e organizar coletivamente os meios que já adotamos para impactar cada parte do mundo. Isso não quer dizer que eu rejeitaria a ideia de declarar certas zonas como intocáveis para desenvolvimento. Estas são questões políticas muito importantes e que precisam ser negociadas em contextos particulares, mas o enfoque de se pensar que partes do mundo são “virgens” e intocáveis pode não ser mais um modo viável de refletir as condições em que vivemos.

PM: Entendo que você não esteja insinuando que deveríamos “parar” a urbanização, mas sim de que nós temos de decidir que tipo de urbanização queremos ou não ter controle, isto é, que devemos democratizar o processo de urbanização.

NB: Exatamente. Nós já urbanizamos o mundo. Nós já temos o mundo completamente urbanizado, da atmosfera aos oceanos, do subsolo aos desertos, até o Himalaia. Isso não significa que cada parte do mundo esteja urbanizada da mesma maneira. Para mim, a urbanização é profundamente desigual e variada, tem diferentes expressões no meio construído, na vida social e na natureza. Então se trata de um processo bastante irregular, mas que, mesmo assim, atinge seu

objetivo: urbanizar. A questão é discutir que tipo de urbanização é esta, quais são suas expressões sociais e suas consequências, como ela é dirigida politicamente falando, e quais são seus impactos ambientais para o mundo inteiro e suas futuras gerações, tanto as de humanos e não humanos, neste planeta.

PM: Você trabalha no Laboratório de Teoria Urbana. Portanto, você dá grande ênfase à parte teórica. Isso significa que, para a sua pesquisa, a parte empírica seria menos importante, que os dados quantitativos não importam tanto?

NB: Os dados são fundamentais; pesquisa empírica é fundamental. O motivo de estabelecer um laboratório de teoria urbana não é o de ignorar a pesquisa empírica, mas de estabelecer um roteiro investigativo cujo foco incida em desenvolver novas perspectivas teóricas para entender o mundo em que vivemos. Nós sempre colocamos a teoria em primeiro lugar em tudo o que fazemos. Por isso eu opino que nós estejamos sempre pressupondo interpretações mais amplas de quem nós somos, do que estamos fazendo, de onde estamos indo e o porquê disso tudo. Para mim, a teoria tem a função precisamente de desvelar interpretações básicas sobre como a nossa vida se organiza, sejam aquelas interpretações da nossa vida cotidiana, sejam aquelas que dominam as práticas profissionais. A ideia por trás do Laboratório de Teoria e a ideia por trás de todo o trabalho que estamos fazendo é a de interrogar criticamente as perspectivas teóricas e interpretativas que são convencionalmente usadas para relacionar as questões urbanas. E a premissa fundamental sobre como damos o ponto de partida ao nosso trabalho é que a perspectiva dominante para entender e influenciar a vida urbana de fato precisa ser reinventada para que possamos estar mais habilitados para entender e influenciar os processos urbanos em curso no mundo.

PM: Então estamos falando de toda uma série de categorias que precisam ser mais explicitadas do que veladas, que precisam ser desafiadas e passíveis de receber abordagens alternativas?

NB: Exatamente. A noção da divisão urbano/rural, da cidade como um tipo particular de assentamento é diferente de outros tipos de assentamento. São categorias no campo da teoria do planejamento urbano que herdamos do século XIX, e, portanto, são razões pelas quais essas categorias organizam pensamentos

e ações associados a um momento particular que as cidades viviam no passado.

A questão para mim é: essas categorias continuam viáveis? Essas categorias são frutíferas e produtivas para ajudar a gente a pensar, a pesquisar e agir com relação à urbanização planetária? Nosso trabalho sugere que essas definições se tornaram bastante obsoletas. Assim, estamos empenhando bastante esforço para reinventar as perspectivas conceituais a partir do que nós pensamos e tentamos influenciar a teoria dos processos urbanos. A minha crítica à “Era Urbana”, ou seja, que representa este limiar urbano de 50% da população vivendo em cidades, faz parte da pesquisa que desenvolvo uma nova perspectiva conceitual que nos ajude a entender as questões urbanas.

PM: E isso dá a entender que existe uma forte necessidade em mapear essa perspectiva no sentido de como enxergamos o mundo.

NB: Exatamente. Isso é muito importante para a nossa metodologia. Na narrativa padrão da Era Urbana existe um único e simples mapa do mundo, facilmente criável. Você olha para onde estão todos os grandes centros populacionais, você desenha cír-

culos e linhas ao redor destas áreas, às vezes você as conecta por linhas e setas com o objetivo de apontar a interconexão entre elas, mas o resto do mundo é basicamente vazio. Existem muitas e diferentes versões desse tipo de mapa. Às vezes eles são produzidos usando dados de satélite, tecnologia cada vez mais sofisticada, mas que ainda gera ilustrações das cidades como se estivessem conectadas umas às outras e relativamente limitadas dentro de seus territórios com o resto do planeta, onde grande parte dele é mostrado como completamente vazio.

PM: Mesmo que as imagens de satélite do planeta à noite mostrem onde estão esses focos de luz.

NB: Sim. O mapa das luzes noturnas é uma fascinante representação do nosso mundo e há diversos insights que podemos tirar deles. Este mapa é, na verdade, usado para produzir dados e outros mapas funcionais. Assim, a representação cartográfica é uma fonte de informação muito importante sobre as condições do planeta, mesmo que existam grandes pontos cegos dentro desses mapas tradicionais. Eles sugerem que grande parte do mundo é basicamente vazio. Nosso trabalho está orientado em contrapor essa suposição.

REALIZAÇÃO



APOIOS

